LUIZ GUSTAVO DE SOUZA ARAÚJO
FABIANO NOGUEIRA DO NASCIMENTO
MARCELO VITOR RODRIGUES NOGUEIRA
MARIA APARECIDA AUGUSTO SATTO VILELA

CADERNOS PRETOS

MULHERES NEGRAS E SUAS JORNADAS
IDENTIDADE, RESISTÊNCIA E ANCESTRALIDADE



EDITORA BAOBÁ

CADERNOS PRETOS

MULHERES NEGRAS E SUAS JORNADAS
IDENTIDADE, RESISTÊNCIA E ANCESTRALIDADE

ORGANIZAÇÃO

Luiz Gustavo de Souza Araújo
Fabiano Nogueira do Nascimento
Marcelo Vitor Rodrigues Nogueira
Maria Aparecida Augusto Satto Vilela

EDITORA BAOBÁ

Marcelo Vitor Rodrigues Nogueira
Editor-chefe

Fabiano Nogueira do Nascimento
Editor-assistente

Luiz Gustavo de Souza Araújo
Diretora Pedagógica

CONSELHO EDITORIAL

Lara Luisa Silva Gomes (IFSC)
Luiz Gustavo de Souza Araújo - Luiza araújo (ONG VÂNIA LAFIT)
Marcelo Vitor Rodrigues Nogueira (Associação BAOBÁ)
Maria Aparecida Augusto Satto Vilela (UFU)
Juliano Henrique Xavier Cavalcanti (PPGEO/UFU)
Aline Lima Miranda Khater (SMEEL - PPGEO UFU)
Rafaela Rodrigues Nogueira (SMEEL/CEMAP)



Copyright © 2026 Editora Baobá

Todos os direitos autorais são protegidos pela Lei n.º 9.610/98.

Organizadores: Luiz Gustavo de Souza Araújo; Fabiano Nogueira do Nascimento; Marcelo Vitor Rodrigues Nogueira e Maria Aparecida Augusto Satto Vilela.
Editor da Publicação: Marcelo Vitor Rodrigues Nogueira.
Projeto Gráfico: Marcelo Vitor Rodrigues Nogueira e Fabiano Nogueira do Nascimento.
Revisão e diagramação: Fabiano Nogueira e Editora BAOBÁ.
Colaborador (organização): Juliano Henrique Xavier Cavalcanti.
Conselho editorial: Lara Luíza Silva Gomes (IFSC); Luiz Gustavo de Souza Araújo (ONG VÂNIA LAFIT); Marcelo Vitor Rodrigues Nogueira (Associação BAOBÁ); Maria Aparecida Augusto Satto Vilela (UFU); Juliano Henrique Xavier Cavalcanti (PPGEO/UFU); Aline Lima Miranda Khater; Rafaela Rodrigues Nogueira (SMEEL/CEMAP).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cadernos pretos [livro eletrônico] : mulheres negras e suas jornadas de identidade, resistência e ancestralidade / organização Luiz Gustavo de Souza Araújo ... [et al.]. -- Ituiutaba, MG : Editora Baobá, 2026. -- (Cadernos Pretos ; 2)

Vários autores.
Bibliografia.
Outros organizadores: Fabiano Nogueira do Nascimento, Marcelo Vitor Rodrigues Nogueira, Maria Aparecida Augusto Satto Vilela
ISBN 978-65-85902-10-6
DOI 10.29327/5880046

1. Ancestralidade 2. Antirracismo 3. Educação 4. Espiritualidade 5. Mulheres negras 6. Mulheres negras - Brasil - História 7. Relações étnico-raciais 8. Resistência I. Araújo, Luiz Gustavo de Souza. II. Nascimento, Fabiano Nogueira do. III. Nogueira, Marcelo Vitor Rodrigues. IV. Vilela, Maria Aparecida Augusto Satto. V. Série.

26-372885.0 CDD-306.4309

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres negras : Relações étnico-raciais : Sociologia educacional 306.4309

Camila Aparecida Rodrigues - Bibliotecária CRB - SP-010133/O

Editora BAOBÁ
CNPJ n.º 45.970.439/0001-85
Rua das Margaridas, n.º 226, Residencial Cidade Jardim, Ituiutaba/MG, CEP 38307-843.
Cel./WhatsApp: 34 997744890
editorabaobapontal@gmail.com
www.associacaobaoba.com/editorabaoba

“Falar é, em si, um ato de transgressão. Quando pessoas negras falam, não é apenas uma fala, é uma ruptura do discurso dominante. É um ato de descolonização.”

(KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó,

SUMÁRIO

10 **APRESENTAÇÃO**

14 ADIRCE MARIA DOS SANTOS: esperança, memória e ação
Autores: Marcelo Vitor Rodrigues Nogueira, Luiz Gustavo de Souza Araújo e Ana Flávia Marques dos Santos

22 ANA CAROLINA DAS NEVES SILVA DA HORA
Autora: Adriane das Neves Silva

24 ANA DA SILVA AMARAL
Autor: Cosme Freire Marins

26 ANTONIA ANA DA COSTA
Autora: Ana Lise Costa de Oliveira

29 BENEDITA FERREIRA DA COSTA
Autor: Maicon Raimundo Rocha Oliveira

32 CARLA GONÇALVES FELIZARDO
Autora: Fabiana Fernandes Campos

36 CATARINA SILVEIRA RAMOS
Autora: Josirleide Nascimento dos Santos

37 CECÍLIA DO ESPÍRITO SANTO ESTEVES
Autora: Estefanne Beatriz Cordeiro do Nascimento

39 CLAUDIONICE ALVES DURANS
Autora: Ester Alves Durans

42 CLEMÊNCIA RODRIGUES DA SILVA SANTOS
Autor: Rodrigo Cosme dos Santos

SUMÁRIO

45 DOMINGAS CANTANHEDE DOS SANTOS
Autora: Lucileide Martins Borges Ferreira

50 NADIR DA CONCEIÇÃO LINDOLFO
Autora: Elaine Cristina Lindolfo de Lima

52 ESMERALDINA DOS SANTOS
Autor: José Idinaldo Beltrão Sá

56 EVILÚZIA MOURA
Autora: Heber Costa Silva Rosa

58 FABRICIA DE JESUS
Autor: Jorge André Paulino da Silva

60 FRANCISCA RENATA
Autora: Vilanir Lima dos Santos

62 FUTURO QUE SE CONSTRÓI NO TERRITÓRIO ANCESTRAL: LARA LUISA SILVA GOMES E A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA
Autores: Marcelo Vitor Rodrigues Nogueira, Juliano Henrique Xavier Cavalcanti e Manuela Guedes Viana

64 GISELLE EMYDIO DE SOUZA
Autora: Patrícia Emydio Sampaio de Souza

66 JENIFER DE LIMA MACHADO
Autora: Tatiana Luísa de Moraes Pintado

69 JODILMA PEREIRA DOS SANTOS
Autora: Jodilce Pereira dos Santos

72 JULIANA GOMES DA SILVA
Autora: Marta Maria de Andrade Gomes

SUMÁRIO

74 LISBETH ANANSE
Autora: Andréia dos Santos Barbosa

76 LUANDA MARTINS CAMPOS
Autora: Sherlene Regea Araújo Farias

83 MARIA BERNADETE DE OLIVEIRA
Autor: Alison Azevedo da Silva

85 MARIA CÉLIA MALAQUIAS
Autora: Soraia André César

88 MARIA IRENICE DA SILVA SANTOS
Autora: Janaina de Moura Sampaio

90 MARIA FRANCINILDA DA SILVA SANTOS
Autora: Raquel Célia Silva de Vasconcelos

94 MARIANA ABREU MARMONTEL
Autora: Silvânia Silva Santos

97 MÍLDIMA FERREIRA LIMA
Autora: Maria Gildacy Araújo Lôbo Gomes

99 NEIDE PEREIRA LEITE
Autora: Simone Cristina dos Santos

101 PÂMELA MÉRCIA PINTO GOMES
Autora: Ana Paula Gonçalves Cordeiro

103 ROSA MARIA DE JESUS SANTOS MAYWORM
Autora: Marcia Marcatto Fernandes

SUMÁRIO

104 ROSEANE MEDEIROS DA SILVA
Autor: Rubens dos Santos Celestino

106 ROSENILDE SOUSA CARVALHO
Autora: Sheila Cristina Costa Carreiro

108 SARALI
Autor: Ronaldo Luiz Camilo Filho

110 SUELEN DA SILVA RIBEIRO
Autora: Rubia Regina Souza Gonçalves

112 TAMIRES DE OLIVEIRA SANTOS
Autora: Maria Virginia Oliveira Santos

113 ZELIA VASCONCELOS
Autor: Arthur Luis de Vasconcelos da Costa

APRESENTAÇÃO

CADERNOS PRETOS: mulheres negras e suas jornadas — identidade, resistência e ancestralidade

Luiz Gustavo de Souza Araújo
Fabiano Nogueira do Nascimento
Marcelo Vitor Rodrigues Nogueira
Maria Aparecida Augusto Satto Vilela

O volume Cadernos Pretos: mulheres negras e suas jornadas — identidade, resistência e ancestralidade, elaborado no âmbito do Curso de Formação Docente em Educação para as Relações Étnico-Raciais (Formação ERER 2024), pode ser lido como um arquivo vivo de escrevivências e como um território editorial de reparação simbólica. Aqui, a palavra não opera como ornamento: funciona como tecnologia política de presença. O próprio gesto de falar e de inscrever a experiência negra em linguagem pública é assumido como transgressão. Na direção do que a obra anuncia ao mobilizar Kilomba (2019), quando pessoas negras falam, rompe-se o discurso dominante, produzindo deslocamento epistêmico e descolonização do sensível. É sob essa chave que o volume se organiza: dar centralidade às trajetórias de mulheres negras, não como exceções heroicas, mas como fundamentos históricos e contemporâneos da vida social brasileira.

As resenhas reunidas configuram o resultado de um processo de criação coletiva em que escrever não opera como ornamento acadêmico, mas como instrumento de emancipação. Em diálogo com a noção de escrevivência, proposta por Evaristo (2017), os textos emergem do entrelaçamento entre experiência e política, entre intimidade e mundo, recolocando a vida das mulheres negras como fonte legítima de conhecimento e como princípio organizador de narrativa.

A ligação com a Atividade 02 da Formação ERER 2024 explicita o sentido pedagógico do livro: trata-se de um percurso formativo em que cursistas são convocados a coletar e redigir microbiografias de mulheres negras, transformando escuta em registro e registro em memória publicada. O eixo político dessa proposta se alinha ao marco de julho, quando se celebra o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, data que torna incontornável nomear a dupla discriminação que atravessa as vidas das mulheres negras e é marcada, simultaneamente, por raça e gênero.

Assim, o que se reúne no volume não é apenas um conjunto de textos, mas um modo de produzir currículo, porque cada trajetória narrada se converte em referência, em dispositivo de formação antirracista e em material de reconstrução identitária, no sentido defendido por Gomes (2003) ao pensar a educação das relações étnico-raciais como militância, reeducação do olhar e reconstrução de pertencimentos.

O livro afirma, também, uma gramática coletiva: as histórias não são tratadas como intimidades isoladas, mas como expressões de estruturas e de redes. Essa dimensão aparece com nitidez na apresentação do projeto Voz Preta, que o volume incorpora como parte de sua tessitura: ao apresentar lideranças negras de Ituiutaba-MG e articular memória, trajetória e compromisso público, o projeto explicita que biografias e instituições negras são arquivos das vivências e das violências históricas e contemporâneas direcionadas ao povo preto, convocando escola e universidade a reconhecerem saberes que emergem das práticas sociais e das lutas por reconhecimento. O efeito disso, no conjunto do livro, é reposicionar a vida de mulheres negras como fonte legítima de conhecimento e como eixo de debate sobre educação, cultura, arte, relações étnico-raciais, sexualidade e gênero.

Quando observamos as trajetórias reunidas, o volume constrói um arco geracional e territorial que impede qualquer leitura homogênea do que seja “ser mulher negra” no Brasil. Convivem, por exemplo, histórias de longevidade e trabalho comunitário, como a de Benedita Ferreira da Costa (Tia Bena), apresentada com 88 anos e com uma biografia atravessada por território, esforço e sabedoria cotidiana, e trajetórias marcadas pelo embate contemporâneo com novas faces do racismo, como a de Ana Carolina das Neves Silva da Hora (Nina da Hora), destacada como cientista da computação e referência em direitos digitais e no combate ao racismo algorítmico. Entre esses polos, emergem vidas que articulam arte, periferia, formação e insurgência, como a de Carla Felizardo (Negra Graffiti), cuja atuação com o grafite é narrada como mobilização sociocultural e disputa de espaço em um campo majoritariamente masculino. Essas presenças, tomadas em conjunto, mostram o ponto central do livro: as jornadas femininas negras são múltiplas e, exatamente por isso, estruturantes — nelas se cruzam trabalho, educação, cuidado, criatividade, espiritualidade, militância e reinvenção.

Ao mapear experiências e territórios, o livro constrói um quilombo editorial em que memória e ancestralidade funcionam como método: o passado não é nostalgia, é arquivo estratégico. Nessa direção, a categoria de amefricanidade, tal como formulada por Gonzalez (1988), ajuda a compreender por que as narrativas não são meros relatos individuais: elas reinscrevem a contribuição da diáspora africana e das culturas negras como centralidade civilizatória, deslocando o olhar eurocentrado e reconhecendo que a produção de conhecimento, de arte e de vida no Brasil é inconcebível sem a presença e a ação das mulheres negras.

Do ponto de vista pedagógico, o livro afirma que escrever é formar. Ao assumir a escrevivência (Evaristo, 2017) como horizonte, a obra demonstra que as trajetórias femininas negras, quando narradas com densidade e respeito, produzem teoria encarnada: vida vira interpretação, e interpretação vira ferramenta de transformação. Por isso, a dimensão afetiva não é acessória, mas fundamento, em consonância com bell hooks (2019), para quem a educação como prática de liberdade exige ética do cuidado e compromisso com a emancipação de quem ensina e de quem aprende. E, no mesmo movimento, a escrita se converte em reapropriação da fala, como sugere Kilomba (2019), transformar o silenciamento em verbo também significa reconstruir, no texto, a própria humanidade.

Em síntese, o Caderno se consolida como um dispositivo acadêmico e afrocentrado de valorização das trajetórias de mulheres negras: um volume que não apenas registra jornadas, mas as coloca no centro do debate público e formativo, produzindo memória, currículo e futuro. Ao reunir vidas tão diversas — de educadoras e lideranças institucionais a artistas periféricas, de anciãs guardiãs de comunidade a jovens referências no campo tecnológico —, a obra reafirma que a história do Brasil, quando contada desde as mulheres negras, deixa de ser narrativa de margem e passa a ser narrativa de fundamento.

REFERÊNCIAS

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência:** a escrita de nós — reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

Gomes, Nilma Lino. **Educação e identidade negra:** pesquisa qualitativa e militância política. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Gonzalez, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: Ribeiro, Djamila (org.). **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Texto original de 1988.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: Elefante, 2019.

Kilomba, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

ADIRCE MARIA DOS SANTOS: ESPERANÇA, MEMÓRIA E AÇÃO

Autores
Marcelo Vitor Rodrigues Nogueira
Luiz Gustavo de Souza Araújo
Ana Flávia Marques dos Santos

A entrevista aqui apresentada integra a terceira temporada da websérie Voz Preta, produção que se propõe a apresentar à comunidade acadêmica e escolar o trabalho de quatro representantes de entidades sociais e governamentais negras da cidade de Ituiutaba-MG. Em uma construção narrativa que entrelaça memória, trajetória e compromisso público, essas lideranças intercalam percursos profissionais com vivências pessoais, produzindo um campo de debate que valoriza a arte e a cultura negra e, simultaneamente, tensiona temas estruturantes da vida social brasileira: educação, cultura, arte, relações étnico-raciais, sexualidade e gênero, em diálogo com as esferas municipal, estadual e federal.





ESPERANÇA
MEMÓRIA
AÇÃO

No âmbito editorial e institucional, esta obra foi viabilizada pelo Edital PROEXC n.º 26/2023, no Programa de Ocupação do Centro de Memória da Cultura Negra Graça do Aché, e pelo Edital de Chamada Pública n.º 001/2023 da Lei Paulo Gustavo. Sua publicação consolida uma contribuição relevante para a construção e o fortalecimento da identidade negra.

Trata-se de um projeto que não se limita à difusão cultural, pois articula dimensões individuais e coletivas da experiência negra, reconhecendo que as biografias e as instituições enegrecidas se constituem também como arquivos vivos das vivências e das violências históricas e contemporâneas direcionadas ao povo preto. Nessa perspectiva, a obra assume uma função formativa: convoca o olhar crítico da escola e da universidade para narrativas que historicamente foram subalternizadas e para formas de conhecimento que emergem das práticas sociais e das lutas por reconhecimento.

Este episódio, em particular, retrata a história da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares sob o olhar de sua presidenta, Adirce Maria dos Santos, educadora comprometida, com sólida trajetória na gestão escolar e na valorização da cultura afro-brasileira. A escolha de situar a Fundação a partir da voz de quem a conduz não é um mero recurso biográfico, mas uma estratégia de valorização de uma memória institucional atravessada por disputas, conquistas e permanências. Este projeto é uma realização da Associação Baobá, organização não governamental responsável por sua produção e coordenação.

É a partir da perspectiva de Evaristo (2020) que melhor se compreende o gesto fundante desta obra: escrever não é apenas registrar fatos, mas implicar-se na travessia de uma vida marcada por resistência, superação e construção coletiva. A escrevivência, tal como formulada pela autora, é escrita que emana da condição de mulher negra na sociedade brasileira e que se tece a partir da experiência da dor, da alegria, das esperanças e das lutas vividas pelo povo negro. Nesse horizonte, a narrativa de Adirce Maria dos Santos não pertence apenas a ela: pertence a um cordão de mulheres que, antes e depois, trilharam caminhos semelhantes, erguendo dignidade onde o racismo estrutural tentou instalar o silêncio. Como na roda de tambores em que cada toque chama o próximo, a voz de Adirce convoca as vozes que a antecederam e anuncia as que ainda virão.

A voz narrativa desta produção assume um tom de oralidade comprometida, chamando o leitor para perto, como quem abre uma roda de memória e partilha um legado. Ao fazê-lo, funda um testemunho situado, em que a experiência de uma mulher negra se torna chave interpretativa para compreender a educação, o trabalho, o racismo estrutural e as redes de solidariedade no interior de Minas Gerais. Gonzalez (1984) já havia assinalado que a mulher negra no Brasil carrega o peso de uma dupla invisibilidade, relacionada à raça e ao gênero, produzida historicamente por estruturas coloniais que insistiram em destituí-la de voz, memória e lugar. Presentificar a trajetória de Adirce é, portanto, um ato contracolonial: é devolver ao centro da roda aquilo que o poder colonial insistiu em empurrar para as margens.

A narrativa localiza Adirce no “beirado” da roça, na fazenda Baúzinho, inscrevendo sua origem numa geografia do trabalho rural e numa memória de pertencimento à terra. A menção a seus pais, Adelino Amâncio e Alice Generosa, não funciona apenas como dado civil, mas como marca de ancestralidade e de valores, remetendo à herança de quem conhece o valor da terra e o peso da enxada. Collins (2019) afirma que as mulheres negras desenvolvem um ponto de vista distintivo a partir de sua localização social específica, posição que, longe de ser uma limitação, constitui uma epistemologia própria, forjada na experiência concreta da vida. O chão da fazenda Baúzinho é, nesse sentido, o primeiro território epistemológico de Adirce: é ali que se aprende a nomear o mundo, a reconhecer a força do coletivo e a compreender que sobreviver, para o povo preto, já é uma forma de resistência.

A mudança para a cidade de Ituiutaba, aos 10 anos, constitui o primeiro deslocamento estruturante, a passagem do campo para a cidade. Nessa transição, um acontecimento singular, o prêmio na loteria mineira ganho pelo pai, não aparece como mero acaso, mas como inflexão material que altera as condições de possibilidade da vida familiar, especialmente no que tange ao acesso à escolarização. O texto explicita, sem romantização, as lacunas de uma "escola de fazenda" que "mal ensinava a assinar o nome", fazendo emergir a escola rural como símbolo de desigualdade histórica e de precarização educacional em contextos periféricos.

hooks (2013) argumenta que a educação como prática de liberdade exige o reconhecimento de que nem todos chegam à escola com as mesmas condições, e que a função verdadeiramente emancipatória do ensino reside precisamente na sua capacidade de transformar as circunstâncias daqueles que chegam de onde chegam. A partir do prêmio, a família aciona professores particulares e intensifica o investimento educacional, e Adirce descobre que o conhecimento pode ser seu primeiro território de conquista: aprender deixa de ser mera obrigação institucional e passa a ser estratégia de emancipação, instrumento de mobilidade e afirmação de humanidade frente às limitações impostas por classe, gênero e raça.

Nem tudo, porém, se constrói sem conflito. Um dos eixos mais contundentes da história é a denúncia do machismo como norma social que sustentava a ideia de que "mulher não precisava estudar". Se o pai se impunha como referência de autoridade, a mãe se afirmava como estrategista da sobrevivência: era Dona Alice quem economizava cada centavo para garantir que Adirce estudasse no Colégio Santa Teresa. Nesse gesto, a narrativa revela um traço fundamental da experiência de muitas mulheres negras: a educação não é concedida, mas conquistada em disputas domésticas e sociais, com esforço, economia e planejamento.

Carneiro (2003) afirma que as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, sublinhando que as estruturas de dominação de gênero e raça não operam separadamente, mas se articulam para produzir formas específicas de exclusão que exigem respostas igualmente específicas. Dona Alice, ao driblar a autoridade paterna e financiar a escolaridade da filha, pratica, sem nomeá-la assim, uma das formas mais antigas de feminismo negro: a sobrevivência coletiva como projeto político, o cuidado como insurgência silenciosa.

A biografia assume densidade ao inserir Adirce no campo das perdas e das responsabilidades precoces. Ao casar-se aos 17 anos e tornar-se viúva "aos 20 e poucos", com um filho de cinco meses nos braços, ela se vê diante de uma encruzilhada entre a urgência da sobrevivência e a sala de aula, entre o trabalho doméstico e a continuidade dos estudos, escolhendo o caminho mais longo e mais libertador. Com o apoio fundamental de sua sogra e uma meia bolsa de estudos, forma-se normalista.

A passagem desloca qualquer heroísmo individualista para evidenciar uma política do cuidado: o êxito educacional aparece como resultado de redes familiares e de oportunidades parciais que, mesmo insuficientes, produzem transformação quando articuladas à determinação e ao suporte comunitário. Davis (2016) demonstra que as mulheres negras, ao longo de toda a história do Atlântico negro, foram forçadas a desenvolver estratégias coletivas de sobrevivência que a ideologia burguesa do individualismo nunca foi capaz de apreender. A sogra que cuida do neto enquanto a nora estuda é parte de uma tradição de solidariedade que constitui, ela mesma, uma forma de aquilombamento cotidiano, resistência tecida no miúdo da vida contra o sistema que apostou no fracasso de Adirce.

É nesse mesmo sentido que o texto destaca que Adirce não caminhou sozinha. Ao nomear a professora Vânia e a bibliotecária Jerônima, reconhece-se o papel das alianças que abrem portas quando o racismo estrutural tenta mantê-las fechadas. Ribeiro (2017) propõe que o lugar de fala não diz respeito apenas ao direito de narrar a própria experiência, mas também ao reconhecimento das posições ocupadas pelos sujeitos nas relações sociais e das responsabilidades que essas posições implicam. Vânia e Jerônima ocupavam posições que lhes permitiam abrir ou fechar caminhos, e a escolha de abri-los tem consequências que se espalham para além de Adirce: alcançam todos aqueles que ela, por sua vez, viria a acolher ao longo de décadas de trabalho na Fundação.

O racismo não se limita a atitudes individuais, mas opera como estrutura que regula acessos, oportunidades e reconhecimento. Por isso, as redes de afeto e solidariedade emergem como tecnologias sociais de sobrevivência e ascensão, operando como contrapeso às engrenagens excludentes, como o axé que circula na comunidade e a sustenta de pé.

No final dos anos 1970, o encontro com o movimento negro se torna uma virada interpretativa que transforma sua visão de mundo. Adirce passa a integrar, ao lado de figuras como Sônia do Carmo, Divina Teles e o pensador Rui Costa, o "Cabecinha", um processo de organização política e cultural que culmina na fundação da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares em Ituiutaba. A frase "não dava só para rezar" sintetiza uma crítica à passividade imposta e, ao mesmo tempo, preserva a dimensão espiritual sem deixá-la substituir a ação, reafirmando foco político e ação social como condições concretas de transformação.

Gomes (2017) argumenta que o Movimento Negro Educador produziu, ao longo do século XX, um conjunto de saberes sobre a educação, o currículo, a identidade e a cultura que a escola brasileira demorou décadas para reconhecer como legítimos. Adirce, ao fundar a Fundação Zumbi dos Palmares, inscrevia-se nessa linhagem sem ainda dispor do vocabulário acadêmico para nomeá-la: sabia, contudo, que educar o povo negro significava disputar o próprio conceito de humanidade num país que sistematicamente negou essa condição às populações afrodescendentes.



A articulação entre espiritualidade e política que a trajetória de Adirce evidencia não é uma contradição a ser resolvida, mas uma característica constitutiva da experiência negra no Brasil. Trindade (2005) sustenta que os valores civilizatórios afro-brasileiros, entre os quais a religiosidade, a ancestralidade, a circularidade e o axé comunitário, não são elementos decorativos da cultura negra, mas fundamentos epistemológicos que organizam formas próprias de compreender o tempo, a comunidade, o sagrado e a luta. Rezar e organizar, guardar a fé e exigir direitos, celebrar os ancestrais e construir instituições: esses movimentos não se excluem numa cosmologia afro-brasileira, pois compõem um mesmo tecido de sentido, o mesmo pano que veste a guarda e cobre o altar.

Na maturidade, Adirce surge como gestora da Fundação, trabalhando não por necessidade financeira, mas por propósito. Esse reposicionamento do trabalho como missão pública, compromisso comunitário e defesa de direitos ressoa diretamente com o que hooks (2013) denomina educação como prática de liberdade: uma pedagogia que não se contenta com a transmissão de conteúdos, mas que se compromete com a transformação das condições de existência de sujeitos historicamente oprimidos. A dignidade se torna palavra-chave, princípio político e pedagógico que orienta sua atuação, seja na orientação de jovens na "Petizada da Congada", evidenciando uma pedagogia da tradição e da memória afro-brasileira, seja na articulação de parcerias voltadas à garantia de direitos.

A experiência de Adirce com a "Petizada da Congada" merece atenção específica, pois revela uma das dimensões mais sofisticadas de sua atuação pedagógica. Ao introduzir crianças na tradição congadeira, ela não realiza apenas um trabalho de preservação cultural: realiza um trabalho de construção identitária que confronta, diretamente, os processos de inferiorização que o racismo produz sobre os corpos e as subjetividades negras desde a mais tenra infância.

Pinheiro (2019) afirma que uma educação verdadeiramente antirracista exige a descolonização dos saberes e o reconhecimento de que as culturas africanas e afro-brasileiras produzem formas legítimas de conhecimento que a escola oficial sistematicamente apaga. A Congada, com seus tambores, suas guardas, sua hierarquia, seus cantos e sua memória atlântica, é um currículo vivo que Adirce soube reconhecer e mobilizar como instrumento pedagógico muito antes de qualquer diretriz curricular nacional recomendar a educação para as relações étnico-raciais. No terno que desfila, a criança preta aprende matemática no compasso da caixa, história no enredo do reinado, geografia no giro pela cidade e, sobretudo, aprende que seu corpo é herdeiro de uma civilização, não de uma falta.

A narrativa mobiliza, ainda, a noção de Sankofa: olhar para trás para entender o presente e construir o futuro. Esse princípio, oriundo da tradição Akan, atravessa a trajetória de Adirce como síntese de uma filosofia do tempo e da educação. O passado não é nostalgia, mas arquivo estratégico, e a emancipação negra se constrói pela recomposição da memória, pela leitura crítica do presente e pela elaboração de futuros possíveis.

Nascimento (2006) demonstrou que o quilombo, como categoria histórica e como símbolo político, precisou ser relido pela própria comunidade negra para revelar sua potência: não como ruína do passado, mas como modelo organizativo que segue operando no presente sob múltiplas formas. A Fundação Municipal Zumbi dos Palmares é, nesse sentido, um quilombo urbano: espaço de organização coletiva, de produção cultural, de afirmação identitária e de resistência às violências que o Estado e a sociedade continuam a impor ao povo negro no interior de Minas Gerais. Não por acaso carrega no nome a memória de Zumbi: a instituição é continuidade, por outros meios, da mesma luta que Palmares inaugurou.

A frase atribuída a Adirce, "Trilhem um caminho, tenham um objetivo maior", funciona como orientação ética e formativa, articulando disciplina, projeto e horizonte coletivo. Mais do que conselho individual, ela constitui uma ética do devir coletivo: o "objetivo maior" não é o sucesso pessoal, mas a transformação das condições de possibilidade para todos os que partilham uma mesma condição histórica. Lorde (2019) escreveu que a poesia não é um luxo, mas uma necessidade vital para as mulheres negras, pois é no encontro com a linguagem que se nomeia o inominável e se forja a resistência. O mesmo pode ser dito sobre a memória: ela não é um luxo para Adirce, mas uma necessidade política, pois é pela memória que as gerações futuras reconhecem que a dignidade que hoje habitam foi construída, palmo a palmo, pelas mãos pretas que seguraram a coroa para que ela não caísse.

A dimensão coletiva da trajetória de Adirce aprofunda-se quando se observa que sua mobilidade, escolarização e liderança não são ganhos apenas pessoais: tensionam hierarquias, reconfiguram imaginários e criam precedentes para outras trajetórias. Collins (2019) afirma que o pensamento feminista negro é produzido coletivamente, mesmo quando uma mulher específica o enuncia: cada história individual de resistência alimenta um repertório compartilhado de estratégias, afetos e possibilidades que circulam nas redes de solidariedade da comunidade negra. Adirce, ao construir a Fundação, ao orientar a Petizada, ao articular parcerias e ao conceder esta entrevista, não fala apenas por si: fala por uma linhagem de mulheres que resistiram antes dela e por aquelas que, a partir dela, encontrarão abertos os caminhos que de outra forma permaneceriam bloqueados.

Gonzalez (1984) cunhou a categoria de amefricanidade para nomear a especificidade cultural e política das populações afrodescendentes nas Américas: uma especificidade que não é marca de inferioridade, mas expressão de uma síntese histórica produzida pela diáspora, pelo colonialismo e pela resistência. Adirce é, nesse sentido, uma mulher amefricana: carrega em seu corpo, em sua trajetória e em sua obra a herança de um povo que cruzou o Atlântico em condição de mercadoria e construiu, nas margens do projeto colonial, formas próprias de humanidade, sociabilidade e conhecimento.

A entrevista, ao mesmo tempo em que apresenta a história da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares pelo olhar de sua presidenta, afirma a força coletiva de um povo que se levanta por meio da educação, da organização política e da ancestralidade viva. Escrever, aqui, não é somente narrar: é produzir dignidade como prática, memória como método e futuro como compromisso. A vida de Adirce Maria dos Santos constitui, em si mesma, um projeto político que merece ser narrado, estudado e celebrado, porque nela o tambor não parou de tocar, a coroa não caiu e a roda, aberta pelas mãos das que vieram antes, continua chamando aquelas que ainda virão.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (org.). **Racismos contemporâneos.** Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência:** a escrita de nós. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-47.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, v. 2, p. 223-244, 1984.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LORDE, Audre. **Irmã outsider:** ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

NOGUEIRA, Marcelo Vitor Rodrigues (prod.). Adirce Maria dos Santos: esperança, memória e ação. Ituiutaba: Associação Baobá, 2023. 1 vídeo (28 min). **Websérie Voz Preta, 3ª temporada.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KlNbMdniT3E. Acesso em: 4 jul. 2026.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Educação em ciências na escola democrática e as relações étnico-raciais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 19, p. 329-344, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. **Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação.** Rio de Janeiro: Salto para o Futuro/MEC, 2005.

ASSISTA O EPISÓDIO 12 DA WEBSÉRIE VOZ PRETA

A websérie Voz Preta destaca lideranças negras de Ituiutaba-MG e, neste episódio, apresenta a trajetória de Adirce Maria dos Santos, presidenta da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares. Assista e conheça seu legado na educação, na valorização da cultura afro-brasileira e na defesa da igualdade racial, em uma realização da Associação Baobá.



WEBSÉRIE VOZ PRETA

ASSISTA CLICANDO NO LINK

https://youtu.be/KlNbMdniT3E



“APRESENTO A VOCÊS NINA DA HORA, CIENTISTA DA COMPUTAÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS (RJ), REFERÊNCIA EM DIREITOS DIGITAIS E NO COMBATE AO RACISMO ALGORÍTMICO.”

ANA CAROLINA DAS NEVES SILVA DA HORA

Autora

Adriane das Neves Silva

Apresento a vocês a cientista da computação Ana Carolina das Neves Silva da Hora, conhecida como Nina da Hora, natural de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Nascida em 23 de maio de 1995, é a primeira de três filhos. Desde cedo, junto com sua mãe, lutou por seus sonhos. Criada pelos avós, pela mãe e por três tias, sempre escutava os conselhos de sua avó Maria Solange quanto à importância dos estudos.

Desde pequena, ajudou a cuidar dos irmãos ao lado da mãe e acompanhou a luta de sua mãe solo para manter a família. Formou-se técnica em informática aos 15 anos, já demonstrando interesse pela tecnologia. Quando sua tia Adriane perguntou o que ela queria de presente, pediu um kit Arduino, que nem sua tia sabia o que era, mas ainda assim foi buscar e trouxe o presente. Foi com esse kit que Nina criou seu primeiro robô.

Ingressou na faculdade de Informática na FAETERJ-Petrópolis, mas continuou buscando caminhos melhores para sua formação e conseguiu migrar para a PUC-Rio, onde passou a estudar Ciências da Computação. Assim, começou a desbravar o mundo, e uma de suas grandes alegrias foi ser escolhida para conhecer e conversar com Malala Yousafzai.

A brilhante cientista criou, no ano de 2020, o Instituto da Hora, dedicado ao avanço dos direitos digitais no Brasil e à promoção de uma abordagem mais coletiva e crítica do campo da inteligência artificial na sociedade. Com tantas atividades e criações, Nina ganhou o Prêmio iBest no ano de 2023, além de outras premiações por sua dedicação à ciência e à tecnologia.

Atualmente, Nina cursa o mestrado na Unicamp, e sua pesquisa tem como objetivo mitigar o racismo algorítmico por meio da interseção entre justiça e inteligência artificial.

No ano de 2024, recebeu da Ford Foundation Global Fellowship 2024, o prêmio Forbes Under 30, o Sábia Award da Universidade de Cambridge e está listada entre as 100 pessoas mais influentes em ética na inteligência artificial.

Ela também está realizando uma pesquisa sênior em dados e inteligência artificial no Brasil, no âmbito do Pensamento Brasil. A cientista colabora ativamente em conselhos da sociedade civil, da indústria e do governo, liderando e influenciando políticas e inovações responsáveis em inteligência artificial.

Como a própria Nina destaca, o desafio em que está trabalhando gira em torno da justiça algorítmica e do racismo algorítmico. No contexto dos campos da inteligência artificial e do aprendizado de máquina, esses desafios têm se tornado cada vez mais significativos.

ANA DA SILVA AMARAL

Autor
Cosme Freire Marins



Ana da Silva Amaral, carinhosamente conhecida como Tia Ana nas rodas de que participa, nasceu na Fazenda da Roseira, em Itajubá/MG, no dia 23 de junho de 1932. Filha de Benedita Cândida da Silva e de Pedro Augusto da Silva, conheceu de perto a vida no campo, cultivando roçados, admirando a natureza, especializando-se na culinária e apreciando a música raiz, com destaque para as modas de viola e as catiras, que seu pai tão bem cantava.

Viveu na fazenda até os dez anos de idade, quando a família partiu em busca de melhores condições de vida e de trabalho, atravessando a Serra da Mantiqueira e a divisa com São Paulo até chegar a outro município, não muito longe de Itajubá: Piquete. Naquela época, a cidade vivia em função da fábrica de explosivos do Exército Brasileiro ali localizada, e a vida de todos os moradores era muito vinculada àquela Força Armada.

Ali, a menina de dez anos estudou primeiramente no Grupo Escolar da Fábrica Presidente Vargas e, posteriormente, no Grupo Escolar Antônio João.

UMA VIDA TECIDA ENTRE A ROÇA, O JONGO E A RESISTÊNCIA

A família permaneceu em Piquete até 1954. Em 1945, Ana conheceu um casal de jongueiros na cidade e, a partir de então, passou a conhecer e a apreciar essa manifestação cultural criada nas senzalas do Sudeste. Naquela época, as crianças não podiam participar das rodas de jongo, mas ela aprendeu muitos pontos (nome que se dá às canções, muitas vezes com mensagens cifradas e com vínculos às religiões de matriz africana).

Após terminar o então colegial industrial, Ana veio para São Paulo com a família em 1954. Desde então, participa de movimentos culturais ligados principalmente ao jongo, ao samba e ao artesanato, como o Jongo de Piquete, coordenado por seu sobrinho Gil; as rodas de música no Instituto Juca de Cultura, coordenado por Paulo Nunes no bairro de Pinheiros; o Samba da Vela, que reúne sambistas todas as noites de segunda-feira na região de Santo Amaro; e o Grupo de Bordado Teia de Aranha, na região do Butantã.

Católica fervorosa, tem grande alegria por conhecer a "Terra Santa", numa viagem conquistada a partir da venda de um imóvel. Já nonagenária, mantém-se muito disposta, viajando em transporte público do município de Itapevi para São Paulo todas as vezes que precisa visitar a capital. Da mesma forma, viaja sempre para municípios de Minas Gerais, na região de Morro da Garça, onde tem muitos amigos, bem como para Piquete, onde vivem alguns parentes.

Tia Ana é um exemplo para todas as pessoas que desejam viver em um mundo melhor. Ela tem muita clareza sobre o racismo ainda tão presente na sociedade brasileira. Porém, ao contrário do que ocorre com muitas pessoas, esse e outros obstáculos são verdadeiras alavancas para ela se mobilizar e realizar uma verdadeira resistência por meio da cultura.

ANTONIA ANA DA COSTA

Autora
Ana Lise Costa de Oliveira



A mulher negra em destaque é a jacuipense Antonia Ana da Costa, nascida em 03 de janeiro de 1953, filha de Eloi Silvino da Costa e Luzia Esmera Costa. Natural de Riachão do Jacuípe, na Bahia, é neta de Inocêncio Costa e Aquilina de Jesus, e de Deocleciano de Almeida e Ana de Almeida. Possui origens afro-brasileiras, pois seus avós paternos eram descendentes de pessoas escravizadas na região, enquanto os avós maternos eram trabalhadores da roça, de família humilde. Seu pai era mestre de obras e sua mãe trabalhava como doméstica, e ambos se preocupavam em garantir os estudos dela e de seus três irmãos.

Quando criança, morava em uma rua no centro da cidade, onde viviam pessoas mais abastadas, e relata ter sido acolhida por essas famílias. Aos oito anos, iniciou os estudos com as professoras leigas Dona Delfina e Dona Rosália.

MESMO ENFRENTANDO RACISMO, POBREZA E FALTA DE OPORTUNIDADES, CONSTRUIU SUA TRAJETÓRIA COM FÉ, TRABALHO E COMPROMISSO COM A VIDA DO OUTRO.

Seu pai pagava o que podia para que elas ensinassem em casa. Ela conta que escrevia suas lições em papel pardo, usando um lápis emprestado do pai, que o utilizava em sua profissão de pedreiro. Desde o início, os estudos foram marcados por muitas dificuldades, pois ainda não havia escola pública na cidade.

Na adolescência, passou a estudar na Escola Pública Osvaldo Cruz, a primeira da cidade.

Nesse período, começou a perceber diferenças no tratamento recebido por colegas e professores, pois era a única menina negra da turma. Relata que a professora a castigava com frequência, mesmo quando fazia as tarefas corretamente, e que a palmatória era comum, especialmente durante a tabuada. Nos eventos escolares, nunca era escolhida para representar a turma, mesmo sendo boa aluna. Lembra-se sempre do conselho dos pais: "Vou dar a meus filhos o que eu não tive". A falta de oportunidades que seus pais enfrentaram a motivava a seguir adiante, apesar das dificuldades. O sofrimento que eles viviam para criar os filhos reforçava nela a vontade de não desistir (hooks, 2013).

No ginásio, estudou no Colégio João Campos, onde concluiu o 2º grau no curso de Magistério, com muito sacrifício. Utilizava livros usados, possuía apenas uma farda e um único par de calçados para o ano todo. Na juventude, percebeu a presença de mais colegas negros na escola, inclusive o diretor era negro. Para concluir o 2º grau, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, enfrentou novas dificuldades. Interrompeu os estudos por dois anos após o nascimento de sua única filha e devido à doença de sua mãe. Retornou à escola em 1983 e conseguiu concluir o curso.

Embora formada em Magistério, não atuou na área da educação por falta de oportunidades. Seu primeiro emprego foi na área da saúde, por necessidade de sustentar a filha sozinha. Nesse período, também acompanhava a mãe doente em Salvador e, nesse processo, descobriu sua vocação para cuidar de pessoas enfermas. Surgiu então a oportunidade de trabalhar em uma maternidade em Riachão do Jacuípe, inicialmente na área de serviços gerais. Aceitou a vaga e, após um ano e meio, já atuava como aprendiz de enfermagem.

Por se tratar de uma maternidade, recebeu treinamento para realizar partos com o médico responsável. Passou a ser chamada pelas parteiras da cidade para auxiliar em partos domiciliares que exigiam cuidados especializados. Considera essa experiência muito significativa, pois conviveu com parteiras como Mãe Julieta, Dona Basinha, Dona Cici, Dona Maria Sinfrônia e Dona Ana Maria, aprendendo com seus saberes ancestrais e com a sabedoria popular. A troca de experiências entre os conhecimentos tradicionais e a medicina formal contribuiu para seu aperfeiçoamento como técnica de enfermagem, especialmente na realização de partos (Moreira, 2020).

Cada nascimento representava, para ela, emoção e senso de dever cumprido. Nos momentos de dificuldade, recorria à experiência e à fé, agradecendo a oportunidade de servir ao próximo.

Como parteira, sente-se realizada por ter feito o parto de sua própria filha, Ana Lise. Emociona-se ao falar do nascimento do neto e da neta. Ao longo de 40 anos de atuação, conquistou reconhecimento na cidade de Riachão do Jacuípe. Muitas mães a chamam de comadre, conforme o costume regional de considerar a parteira como "mãe de umbigo", e as crianças a chamam de "mãe Tonha". Viu gerações nascerem e crescerem sob seus cuidados. Gosta de documentar os partos e mantém um livro-ata com o registro de aproximadamente 5 mil nascimentos realizados (Evaristo, 2014).

Seu grande sonho é que a cidade tenha uma casa de parto e um espaço de acolhimento para gestantes, a fim de atender pessoas em situação de vulnerabilidade e promover o parto humanizado. Até hoje, continua sendo procurada para realizar partos tanto na sede quanto na zona rural, onde a carência de transporte e de investimentos em saúde ainda mantém viva a atuação das parteiras.

Ela reconhece que viver como mulher negra na sociedade ainda envolve enfrentar preconceitos e dificuldades, mas sente orgulho de sua trajetória (Gonçalves; Nogueira; Vilela, 2023). Destaca a formação de sua filha, hoje pedagoga, que com muito esforço concluiu o ensino superior e obteve mestrado em Educação. Orgulha-se também do neto Pedro Lucas, de 24 anos, que concluiu o curso de Psicologia, e da neta Analuz, de 10 anos, dedicada aos estudos e que sonha em ser médica geriatra.

Aos 73 anos, Dona Antonia agradece a Deus por suas conquistas e pela alegria de ver sua descendência avançando com resistência e dignidade. Expressa gratidão à sua ancestralidade, que considera guia na construção de novas histórias de emancipação (Gomes, 2017).

REFERÊNCIAS

hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água.** Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

BENEDITA FERREIRA DA COSTA

Autor
Maicon Raimundo Rocha Oliveira



Benedita Ferreira da Costa, conhecida por todos como Tia Bena, tem 88 anos e nasceu na localidade do Cipoal, no município de Portel. Foi ali que nasceu e se criou, carregando consigo as marcas de uma infância profundamente ligada ao trabalho e às dificuldades da vida na comunidade.

Ao falar sobre sua infância, relata que foi um período “meio complicado”, pois desde muito pequena precisou trabalhar. A rotina não permitia viver plenamente o tempo de ser criança. Trabalhou na roça, na extração de madeira, com maçaranduba, na coleta de seringa e também na produção de farinha. Embora não fosse profissional em nenhuma dessas atividades, fazia tudo o que era necessário para ajudar. Sua infância, portanto, foi marcada pelo esforço constante e pela ausência de descanso.

Tia Bena não teve acesso à escolarização formal. Na época, não havia escola disponível para as crianças da região.

TIA BENA É A FORÇA VIVA DE UMA HISTÓRIA CONSTRUÍDA COM TRABALHO, FÉ E RESISTÊNCIA.

Ela recorda que uma prima, chamada Benedita, organizou uma pequena escola em sua própria casa. Tia Bena ia até lá apenas para observar as aulas. Dotada de excelente memória, guardava mentalmente tudo o que a professora ensinava às outras crianças.

Certo dia, a professora lhe perguntou se tinha vontade de estudar. Entusiasmada, respondeu que sim. Foi orientada a pedir ao pai uma cartilha do ABC e um caderno.

Cheia de esperança, fez o pedido, mas o pai recusou, dizendo que “moça que aprende a ler faz besta dos pais”. Assim, não pôde estudar. Hoje lamenta não saber escrever nem o próprio nome e afirma que sua vida foi toda dedicada ao trabalho.

Seus pais chamavam-se Pedro Pereira da Costa e Joana Rodrigues Ferreira, ambos já falecidos. O pai era natural do Ceará e migrou com a família fugindo da seca severa que assolava a região. Segundo os relatos que ouviu, um tio veio primeiro para a região do Cipoal a fim de verificar as condições do lugar. Depois, outros familiares vieram, alguns permanecendo pelo caminho, inclusive na região de Breves. Seu pai acabou assumindo a responsabilidade por um terreno que havia sido preparado por esse tio.

Com o tempo, o pai constituiu família. Tia Bena recorda que sua mãe faleceu quando ela ainda era criança, possivelmente com cerca de oito anos de idade. Desde muito cedo, ajudava a mãe nas atividades da casa, na roça, na produção de farinha e até na pesca.

Após a morte da mãe, o pai formou nova união, e a carga de trabalho sobre ela aumentou ainda mais. Como era a filha mais velha, tornou-se o principal apoio do pai. Fazia tarefas domésticas, lavava roupas e ajudava em atividades consideradas pesadas. Lembra, por exemplo, de subir em árvores muito altas para retirar o breu de jutaicica, produto que tinha valor comercial. Subia por cipós até grandes alturas, sem sentir medo, e de lá via o pai bem pequeno, lá embaixo.

Sua narrativa revela uma infância de extrema dureza, mas também de coragem, resistência e força. Tia Bena relembra esses tempos com lucidez e até com certo humor, mostrando que, apesar das dificuldades, sempre encontrou maneiras de seguir em frente.

Ao longo da conversa, Dona Benedita Ferreira da Costa, a querida Tia Bena, continuou a compartilhar memórias marcantes de sua vida, revelando uma trajetória de trabalho intenso, coragem e forte participação comunitária.

Ela contou que, desde jovem, também trabalhava na colheita de açaí. Subia nos açaizeiros com destreza, usando o terçado para limpar o tronco e alcançar os cachos. Mesmo quando as árvores entortavam com seu peso, dizia não sentir medo.

Brinca que talvez toda essa vida de esforço físico tenha sido o que lhe deu força para chegar à velhice ainda ativa, caminhando, dançando e participando das atividades da comunidade.

Sua adolescência seguiu o mesmo ritmo da infância: muito trabalho. No entanto, também havia espaço para a vida religiosa e cultural. Seu pai era rezador e tocador, e ela o acompanhava nas festas e rezas, ajudando a responder as ladainhas. Assim, apesar das dificuldades, recorda que também se divertia e participava ativamente das celebrações.

Nunca teve oportunidade de estudar, nem na infância nem na adolescência. Permaneceu morando no Cipoal até se casar, aos 19 anos.

Já na vida adulta, casou-se com Raimundo Monteiro da Silva e foi morar na região do Anapú. Lá, sua rotina mudou, pois o marido trabalhava com extração de seringa e não a envolvia nas atividades pesadas que ela fazia antes. Dedicava-se aos cuidados da filha, nascida poucos meses após o casamento. Durante quase dois anos, trabalhou apenas um dia na produção de farinha, ajudando um senhor idoso que não conseguia dar conta sozinho do serviço.

O casamento, segundo ela, era tranquilo, mas foi interrompido tragicamente: seu marido foi assassinado, e o crime nunca teve justiça. Viúva com duas crianças, retornou ao Cipoal, para a casa do pai, reassumindo a responsabilidade pelo lar.

Alguns anos depois, casou-se novamente com Manuel, com quem teve nove filhos, somando onze ao todo, considerando os dois do primeiro casamento. Hoje, tem muitos netos, bisnetos e até tataranetos, embora não saiba precisar o número.

Na vida adulta, manteve forte participação comunitária e religiosa. Continuou ajudando nas ladainhas e festas. Atuou como apoio em partos — realizou um sozinha, em situação de emergência, e auxiliou em muitos outros, oferecendo encorajamento às mulheres. Também participava dos cuidados com doentes, ajudando com remédios caseiros e visitas solidárias, tradição comum na comunidade.

Embora não se considere benzedeira, relatou experiências ligadas à espiritualidade popular e à busca por curandeiros quando precisava de ajuda para a saúde.

Atualmente, participa da igreja Santa Mônica, faz caminhadas com idosos do CRAS Castanheira, dança quadrilha e participa de palestras onde conta sua história de vida. Diz sentir-se feliz, ativa e forte.

Entre seus sonhos, menciona o desejo de terminar a casa como sempre imaginou e ver todos os filhos morando perto dela. Fala com orgulho de ter criado os filhos, mesmo tendo enfrentado a dor da perda de alguns deles ao longo da vida.

Ao falar sobre a comunidade quilombola, explica que sua identidade vem principalmente das histórias contadas por seu pai, descendente de pessoas que migraram do Ceará fugindo da seca. A família se estabeleceu no Cipoal, onde criaram os filhos e formaram suas raízes. Relata também conflitos posteriores por posse de terra e cobrança para plantar na região.

Sobre a fundação da comunidade católica local, recorda a tradição ligada a São Miguel das Cachoeiras. Conta que a imagem do santo teria sido encontrada de forma misteriosa no alto de uma árvore. A partir daí, começaram as promessas, festejos e a construção da capela, que se tornou centro das celebrações religiosas, reunindo pessoas de várias regiões.

Ao final da entrevista, ficou evidente que a história de Dona Benedita é marcada por resistência, fé, trabalho, maternidade, liderança comunitária e profunda ligação com a cultura e a memória quilombola.





CARLA GONÇALVES FELIZARDO

Autora

Fabiana Fernandes Campos

Minha homenageada é uma mulher preta e mãe atípica que, apesar das adversidades da vida, soube se reinventar. Descobriu-se líder comunitária e artista periférica na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Sua trajetória evidencia como a arte urbana, o cuidado comunitário e a mobilização de mulheres podem transformar territórios periféricos e produzir novas formas de pertencimento. Carla faz parte da cena de arte urbana há cerca de dez anos, atuando como grafiteira e integrante do coletivo Afro Mulheres de Opinião — AMO Crew.

Ativista em projetos socioculturais, Carla é voluntária no Centro de Convivência Mais que Vencedores, na Vila Kennedy — território onde reside —, e faz parte da coletiva feminista Promotoras Legais Populares do Rio de Janeiro (PLPs/RJ). Sua atuação busca trazer mais dignidade, melhorias de acesso, qualificação e desenvolvimento para mulheres, crianças e famílias, sempre em prol da comunidade.

Pode-se dizer que Carla é uma artista autodidata, potencializada por todas as pessoas que cruzam seu caminho.



Minha homenageada é uma mulher preta e mãe atípica que, apesar das adversidades da vida, soube se reinventar. Descobriu-se líder comunitária e artista periférica na Zona Oeste do Rio de Janeiro.



Sua trajetória evidencia como a arte urbana, o cuidado comunitário e a mobilização de mulheres podem transformar territórios periféricos e produzir novas formas de pertencimento.

Sua arte reflete as mulheres que inspiram sua vida, que lutam e se dedicam ao trabalho voluntário, reafirmando o poder da coletividade na conquista de vitórias e transformações sociais em toda a região do Rio de Janeiro.

Ela afirma que, embora sozinha caminhe bem, juntas as mulheres chegam melhor. Atuando como artista e ativista social, utiliza o grafite como ferramenta de mobilização sociocultural em toda a região do Rio de Janeiro.

Hoje, reconhecida como artista e palestrante, a ativista Carla Felizardo, a Negra Graffiti, encanta e inspira jovens e mulheres através de sua arte. Ela assume seu papel e ergue sua voz em um cenário majoritariamente masculino, afirmando em alto e bom tom que "lugar de mulher é onde ela quiser". Por onde passa, incentiva outras mulheres a irem além de seus territórios e a acreditarem em seus sonhos.

Em sua caminhada artística, recebeu moções honrosas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e, entre outros prêmios, foi uma das vencedoras do Prêmio Inspirar 2024. Descrevo com muito orgulho a trajetória desta mulher incrível, que luta arduamente levando cultura e arte para além de sua comunidade por acreditar em seus ideais.

Filha do Sr. Natal e da Sra. Suely, Carla relata que sua infância foi marcada pela mudança do Morro da Cachoeirinha para a Vila Kennedy, aos três anos de idade. Seu pai inscreveu-se em um programa governamental para obter uma casa fora da favela, pois viviam no alto do morro, no Lins de Vasconcelos, onde o acesso era extremamente difícil e não havia a urbanização existente hoje. Uma lembrança vívida em sua memória é a da casa de madeira, "bonitinha", mas que sequer possuía banheiro.

Mesmo após a mudança, Carla retornou diversas vezes ao morro para visitar familiares que residem lá até hoje; outros, gradualmente, mudaram-se para a Vila Kennedy, Campo Grande e demais bairros do Rio. Seu pai buscava dignidade e cidadania: uma casa urbanizada com água e esgoto encanados. Embora na Vila Kennedy o transporte fosse reduzido e os acessos difíceis, a família sentia-se em um local mais seguro e com maior cidadania. Apesar das dificuldades, Carla teve uma infância boa; seu pai possuía um emprego razoável e sua mãe era pensionista do governo. Estudante tranquila, frequentou um colégio particular do bairro como bolsista. Na adolescência, conheceu seu namorado, com quem se casou e teve seus dois filhos.

Após ter seu primeiro filho, aos vinte e três anos, Carla engravidou de uma menina, Mayara. No sexto mês de vida da bebê, descobriu que ela era uma criança especial e que precisava de cuidados aliados a terapias. Devido a isso, Carla teve que largar seu emprego; foi uma mudança de vida brusca, pois Mayara necessitava de tratamentos diários, de segunda a quinta-feira, durante todo o período da manhã. No início, Carla ainda tentou conciliar a rotina com o trabalho, mas não conseguiu um emprego formal, e trabalhar à noite era muito desgastante.

Então, passou a dedicar-se ao cuidado da filha em tempo integral, pois Mayara precisava realizar fisioterapia também em casa. Contudo, Carla sempre manteve seu lado empreendedor, vendendo lingeries e produtos de beleza na tentativa de contribuir com a renda familiar. Hoje, aos 25 anos, Mayara é uma jovem com idade mental de 7 anos, que convive socialmente, brinca, conversa, reclama, faz seus questionamentos e possui uma independência mínima; contudo, ainda assim, precisa de atenção e cuidados constantes. Como toda pessoa atípica, frequenta a escola no programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Prefeitura do Rio, mas nunca alcançou a alfabetização plena.

Por volta dos trinta anos, Carla atravessou uma fase muito pesada. A exaustão de cuidar da casa e dos filhos, somada ao fato de ter parado de trabalhar para cuidar de Mayara e de sua mãe, que enfrentava problemas de saúde mental, gerou um peso muito grande. Ela sentia falta de um emprego formal e acabou entrando em depressão; sua saúde mental foi abalada porque ela se via restrita às funções de dona de casa e cuidadora.

Sem maiores esperanças, começou a ajudar sua tia, Marta Gonçalves, durante a campanha para o cargo de vereadora na cidade do Rio de Janeiro nas eleições de 2012. Após o período da campanha, elas aceitaram a proposta de receber um projeto educacional e profissionalizante e fundaram uma ONG na Vila Kennedy. Desde a criação, já se passaram doze anos; o objetivo da instituição é cuidar de mulheres e de suas famílias. O Centro de Convivência Mais Que Vencedores iniciou-se com projetos de cursos e oficinas profissionalizantes, priorizando as mulheres da Vila Kennedy, e avançou envolvendo toda a família.

Em suas raízes, estão a cultura popular do carnaval, a participação em blocos afro e, claro, o samba, presente em sua vida desde a infância. Carla ama estar na avenida do samba, seja nos bastidores ou nos desfiles por sua escola de coração desde criança, a Lins Imperial, e também na Acadêmicos do Salgueiro, que chegou em sua vida adulta. Para ela, o carnaval é um momento terapêutico, de pura alegria, descanso, alívio, lazer e felicidade.

Sobre a mulher Carla, uma conquista muito importante é o fato de ela estar aprendendo a realizar sonhos: viajou para a Bahia, conheceu Salvador e um pouco da cultura local. Carla Felizardo adora conhecer lugares novos, passear e trabalhar com cultura. Hoje, ela consegue estar envolvida em vários movimentos socioculturais trabalhando com o grafite, conheceu muitos lugares e tornou-se referência para tantas mulheres pretas periféricas, jovens e crianças.

Quanto aos espaços de atuação com seu trabalho social, destaca-se o Centro de Convivência Mais Que Vencedores, na Vila Kennedy, que já teve como parceiros instituições como SESC, CIEDS, CEDAPS, Casa Fluminense, a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Governo do Estado, buscando sempre novas parcerias para trazer oportunidades ao território. A ONG fomenta iniciativas para o desenvolvimento de crianças em idade escolar e de adultos por meio de aulas de reforço; visa o empoderamento das mulheres e das famílias em geral com aulas de artesanato, cursos de corte e costura, costura criativa, reciclagem, empreendedorismo e eventos culturais.

Ao longo dos anos, Carla participou de muitos movimentos, cursos e oficinas formativas. Essa caminhada a fez crescer na elaboração de projetos sociais e em pautas voltadas para mulheres, especificamente nas questões relacionadas ao cuidado. Essa trajetória ajudou a conquistar dois projetos para a ONG em 2024:

ArtTB: realizado em parceria com o Fórum TB do Rio de Janeiro e o CEDAPS para combater o alto índice de contaminação pelo bacilo da tuberculose na Vila Kennedy. Esse índice é reflexo da proximidade com o complexo penitenciário da região, que acaba impactando todo o território. O projeto realiza palestras de conscientização com grafite, panfletagem e rodas de conversa, compartilhando informações essenciais sobre o tratamento e os cuidados com a tuberculose.

O segundo projeto de destaque em 2024 é o CURA – Costurando com União, Reciclagem e Arte. Com o apoio da Casa Fluminense, a iniciativa foca na costura criativa e pauta a ética do cuidado por meio de oficinas de psicologia e direito. O tema central é o enfrentamento à violência contra a mulher, orientando as participantes sobre como se proteger, cuidar de si e empreender.

A ONG está sediada na Estrada do Quafá, n.º 620, na Vila Kennedy (Bangu), dentro da Associação de Moradores do Conjunto Quafá — um dos conjuntos habitacionais que compõem a VK. A ONG mantém uma parceria sólida com a Associação, compartilhando o prédio e ocupando salas fixas, como o Brechó das Estrelas e a Biblioteca Comunitária. Esta última foi criada em parceria com o projeto Favelivro, uma iniciativa que potencializa a criação de bibliotecas em favelas e territórios em situação de vulnerabilidade.

Foi a partir da criação da ONG que Carla ganhou visibilidade no trabalho social em seu território. Convidada para participar de diversos projetos governamentais, ela se qualificou e se consolidou como uma liderança comunitária. Como representante da instituição, Carla percorreu cada canto esquecido da Vila Kennedy, entrevistando jovens e mapeando famílias. Esse processo permitiu que ela conhecesse profundamente as necessidades e pautas locais, enxergando potencial em pessoas antes vulnerabilizadas e ampliando a busca por novos projetos socioculturais.

É imperativo registrar o quanto sua filha, Mayara, potencializou toda essa busca e luta. O lado mobilizador e ativista de Carla nasceu juntamente com o "corre" diário nos tratamentos e cuidados com a filha. Sendo originalmente tímida, ela precisou aprender a se comunicar e a reivindicar atendimentos médicos, reinventando-se mais uma vez.

Contudo, Carla compartilha as dificuldades de ser uma mãe atípica, enfrentando a limitação da liberdade devido ao tempo integral de cuidado com uma filha que, aos vinte e cinco anos, ainda demanda atenção diária. Ela relata que a paternidade de Mayara foi quase ausente no cotidiano: ao longo de nove anos após a separação, a filha ficou com o pai em apenas três ocasiões.

Após a separação, Carla viveu de aluguel em locais de maior vulnerabilidade na Vila Kennedy. Diante das despesas e adversidades, retornou à casa de seu pai, onde passou a infância — um local mais tranquilo da comunidade. Como mãe atípica, sempre manteve trabalhos informais para conciliar com os cuidados familiares, mas confirma que o Graffiti foi o melhor empreendimento de sua vida. A arte possibilitou a independência profissional necessária para cuidar de seu pai, Sr. Natal, e de sua filha, Mayara, enquanto prossegue em sua caminhada social. Carla vive da arte que produz, com persistência, compreendendo que a vida em si é uma luta, e não apenas um "empreendimento".

Sua maior conquista é o reconhecimento da sociedade como empreendedora e artista sociocultural; é isso que a move. Aos quarenta e oito anos, Carla olha para trás e vê uma trajetória de protagonismo: começou no grafite aos trinta e sete, aprofundou-se na cultura Hip-Hop e deixou de ser coadjuvante para protagonizar sua própria história no momento mais difícil de sua vida.

Embora tenha dificuldade em sonhar — talvez pelas marcas de uma realidade dura que muitas vezes desestimula a imaginação —, Carla possui metas claras. Hoje, seu objetivo é completar a graduação em Design Gráfico para potencializar seu trabalho nas artes visuais. Pela sua vivência comunitária, ela já considerou cursar Ciências Sociais e Pedagogia, tamanha é sua entrega às necessidades alheias. Muitas pessoas, ao notarem sua postura e conhecimento, perguntam se ela é assistente social ou professora; na verdade, sua sabedoria vem da vida e de diversos cursos de extensão.

Sua maior ambição é a estabilidade financeira para obter qualidade de vida e romper crenças limitantes. Ela sonha com o dia em que todas as mulheres pretas periféricas tenham casas amplas, confortáveis e vidas dignas.



“SUA HISTÓRIA REVELA A FORÇA DE UMA MULHER QUE TRANSFORMOU SOFRIMENTO EM CONQUISTA E AMOR EM ALICERCE DE VIDA.”

CATARINA SILVEIRA RAMOS

Autora
Josirleide Nascimento dos Santos

Catarina é uma mulher preta, mãe de um adolescente e professora atuante na Educação Infantil. Ela relata que teve uma infância feliz, apesar de algumas dificuldades. Cresceu em ambiente escolar, pois sua mãe era agente escolar da Prefeitura de São Paulo, e desde pequena já sonhava em ser professora.

Na infância e na adolescência, sofreu episódios de racismo, mas sua mãe e sua família sempre conversaram com ela e a orientaram sobre sua ancestralidade. Esse apoio foi fundamental para fortalecer sua autoestima e ajudá-la a superar essa fase de cabeça erguida.

Catarina sempre estudou em escola pública e se orgulha disso. Prestou o Enem e conquistou uma bolsa integral do Prouni, cursando Pedagogia na Uniban. Essa conquista foi muito importante em sua trajetória. Durante a faculdade, enfrentou dificuldades, engravidou e chegou a pensar em desistir, mas, com o apoio da família e das amigas, conseguiu concluir o tão sonhado curso de Pedagogia. Formou-se em 2010 e, nesse período, começou a trabalhar na rede conveniada da Prefeitura de São Paulo, onde atuou por quase dez anos.

Em 2020, passou a trabalhar diretamente para a Prefeitura de São Paulo, dessa vez como contratada. No entanto, como já havia traçado o objetivo de se tornar servidora pública, continuou estudando. Em outubro de 2021, foi convocada no concurso para PEI (Professora de Educação Infantil), alcançando sua primeira grande conquista profissional: o tão sonhado cargo público na rede municipal de São Paulo.

Em busca de novos desafios, Catarina prestou outro concurso, desta vez para PEIF (Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental), sendo chamada em março de 2024. Atualmente, atua em dois cargos públicos e sente-se realizada, pois sabe que, além das conquistas pessoais, seu trabalho contribui para a garantia dos direitos dos bebês e das crianças. Por meio de sua atuação nas escolas públicas municipais de São Paulo, a professora Catarina promove o desenvolvimento integral das crianças, com aprendizagens significativas e acolhedoras.

CECÍLIA DO ESPÍRITO SANTO ESTEVES

Autora
Estefanne Beatriz Cordeiro do Nascimento



Segunda filha de sua mãe, a "flor do meio" entre dois irmãos, Cecília do Espírito Santo Esteves é uma suburbana nata da Zona Norte do Rio de Janeiro. Cresceu entre repiques e tamborins, colorindo sua existência no compasso dos batuques e das harmonias do samba.

Quando criança, sua alegria era brincar com os irmãos e com o tio. Este, como um pássaro que voa olhando para trás, trazendo sementes de futuro no bico, cuidava das crianças e as introduzia no universo ancestral dos cavacos, chorinhos e bandolins.



Da batucada do subúrbio à pedagogia crítica na UFRJ

Assertiva e determinada, a pequena Cecília sempre mostrava a que veio. Muitas vezes incompreendida, carregou o estigma de menina "indomável" e "raivosa" quando, na verdade, manifestava sua potência e o vislumbre inicial de seu brilho. Sua família, em contrapartida, sempre abraçou sua grandiosidade, construindo nela a segurança de que, mesmo em encruzilhadas difíceis, a menina encontraria seu lugar no mundo.

E assim se deu. Crescendo graciosa, a menina "doce de leite" seguiu desenhando-se no mundo. Estudiosa e boa argumentadora, destacava-se na escola, ainda que sua convicção em questionar injustiças seguisse incompreendida por alguns. Cresceu e apareceu: escolheu a docência e a gestão cultural como meios de vida.
Em Cecília, veem-se muitas outras meninas. Talvez se esperasse a história de uma "Pantera Negra" ou de uma mártir da resistência; talvez Cecília venha a ser isso um dia. Neste texto, porém, o convite é para outro ponto de partida: celebrar Cecília é celebrar as pequenas revoluções diárias encabeçadas por pessoas como nós. É atentar-se ao cotidiano como potência criativa e destacar seus artistas ordinários.

Entre a educação e a cultura, a menina assertiva hoje é professora, pedagoga graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora com foco nas relações étnico-raciais na infância. Encantando quem a conhece, Esteves luta diariamente pela sociedade na qual acredita — a luta de muitos de nós. De partilha em partilha, com amorosidade e firmeza, esta é a beleza que a mulher Cecília carrega: levar para tantas outras toda a potência de sua vida.

Neta, sobrinha, professora e amiga memorável, este é o retrato de Cecília e de suas contribuições: o trabalho diário de quem luta pelo que acredita, contagiando e educando uma cabeça por vez — uma contemplável revolução microfísica cotidiana. Cecília é a força da natureza encarnada no corpo de uma mulher; é graça, resistência e reinvenção. É a beleza do acontecimento e a contemplação dos grandes feitos tecidos nas tramas das contingências.



CLAUDIONICE ALVES DURANS

Autora
Ester Alves Durans

A mulher negra escolhida para ter sua história de luta e resistência narrada é Claudionice Alves Durans, conhecida como Nicinha Griot — apelido de infância, de origem familiar, acrescido de uma palavra que a representa muito bem: aquela que conta histórias. Ela tem 57 anos, completados no dia 7 de agosto de 2025.

É formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA e atua como professora da rede municipal de São Luís, na Educação Infantil, sendo docente em uma creche do Território Quilombo Urbano Liberdade, local onde vive desde que nasceu. É poeta — ou poetisa, como preferirem — e escreve poesias sobre a questão da mulher negra, sobre a população negra e sobre a classe trabalhadora. Sua arte está voltada para sua classe e, principalmente, para as questões de raça e classe.



ELA FORTALECE A CULTURA NEGRA NA PERIFERIA

Nascida e criada no Quilombo Liberdade, viveu sua infância com os pais, os oito irmãos e outros parentes, guardando lembranças muito positivas desse período. A casa era pequena, mas os pais sempre acolhiam outras crianças — parentes, primos e tios — para morar com eles. Era um lar sempre cheio, alegre, marcado por felicidade e muitas brincadeiras.

Para Nicinha Griot, a casa era o melhor lugar para se viver. Gostava muito do ambiente, pois havia muitas crianças. Apesar das brigas, era o espaço em que se sentia segura e feliz.

Era considerada a mais danada de todos e, geralmente, era castigada por ultrapassar os limites impostos. Ainda assim, viveu uma infância feliz, alegre, com acolhimento, experiências prazerosas e muita memória afetiva construída nesse período.

A experiência escolar, no entanto, foi diferente. A escola era um espaço extremamente racista e marcado pelo preconceito. Por ser muito magra, era vista como "feinha", tanto por colegas quanto por adultos, reflexo do racismo que enxergava seus traços negros como elementos de feiura. Até a quarta série, estudou em escola pública. O ensino fundamental II cursou em escola particular como bolsista, pois seu pai é professor de Português, hoje aposentado. Em uma escola ligada à Igreja Batista, frequentada majoritariamente por pessoas brancas, onde havia poucos estudantes negros, sentiu intensamente o preconceito. Frequentar a escola era uma experiência difícil, e o desejo constante era voltar rapidamente para casa, junto aos seus.

Na adolescência e juventude, participou do Grupo de Adolescentes da Liberdade e Floresta (GALF). Esse movimento reunia adolescentes em torno da cena cultural da cidade para reivindicar seus direitos e questionar a situação vigente. O bairro da Liberdade é um bairro periférico, situado próximo ao Centro de São Luís, que reúne moradores oriundos da Baixada Maranhense e possui uma diversidade de manifestações culturais e artísticas, dentre as quais: tambor de crioula, bumba meu boi, cacuriá, terreiros de umbanda e mina, festas do Divino Espírito Santo, reggae, entre outras.

Foi uma das articuladoras do processo de certificação do bairro da Liberdade como Território Quilombola Urbano, que, em 13 de novembro de 2019, recebeu da Fundação Cultural Palmares a titulação como comunidade remanescente de quilombo, sendo considerado o maior quilombo urbano da América Latina.

Juntamente com moradores do bairro e movimentos sociais, esteve na luta desde o início do processo de criação do território, quando foi feito o pedido para que o Estado reconhecesse o bairro como território quilombola. A partir desse pedido, o movimento Quilombo Urbano, do qual faz parte, foi signatário e compôs o comitê gestor.

Nesse processo, foi uma das pesquisadoras que integrou a equipe responsável pela construção do Inventário de Referências Culturais do Quilombo Liberdade, que atua como política pública de salvaguarda e promoção do patrimônio cultural dos bairros que formam o Quilombo Liberdade.

Além de militar em organização política e em outros movimentos sociais e culturais, atua também na construção do movimento de hip-hop organizado do Maranhão — Quilombo Urbano, a organização de hip-hop mais antiga do Brasil. Essa organização trabalha com os quatro elementos do hip-hop (DJ, MC, graffiti e break dance) e desenvolve ações de conscientização e atuação com jovens da periferia por meio desses elementos.

O Quilombo Urbano inovou em sua atuação ao chamar os espaços de militância com os jovens de "posse". Rodas de conversa, dança, música, shows e palestras aconteciam em diversos bairros da cidade, e Nicinha foi uma das articuladoras da juventude de seu território, organizando a posse Liberdade Sem Fronteiras, núcleo do Movimento de Hip-Hop Quilombo Urbano. Posteriormente, passou a organizar a Batalha da LB, batalha de rimas que acontece no Quilombo Liberdade.

Como militante do hip-hop, busca organizar a juventude da periferia para lutar por uma vida melhor e desenvolver seu potencial de forma positiva. Acredita que, por meio da cultura urbana desenvolvida nas periferias, isso é possível, mesmo tendo que disputar essa juventude com as drogas, o tráfico e as facções, que, devido à falta de políticas públicas e de condições dignas de sobrevivência, acabam levando muitos ao pior caminho que lhes é ofertado.

Participa do Núcleo Preta Anastácia, com o objetivo de garantir que a atuação feminina vá além dos homens, pois as mulheres cantam, grafitam, são DJs e b-girls. Compõe uma banda de rap feminina chamada Ameaça Feminista, juntamente com outras duas companheiras do Quilombo Urbano, Luanda e Preta Lu.

Atualmente, escreve poesias que fazem referência às mulheres negras e denunciam todo tipo de opressão e violência contra elas. Tem como sonho escrever um livro infantil, com histórias e poesias voltadas para crianças e adultos, e segue caminhando para concretizar esse projeto.

Nicinha Griot é bastante atuante e conhecida em seu território, do qual tem profundo orgulho de pertencimento.

Tem sua arte como instrumento de militância e a cultura ancestral como sua armadura e, ao mesmo tempo, seu aconchego e fonte de energia. Seja como coreira de tambor de crioula, tocadora de roca de bloco tradicional, poeta, rapper ou organizadora de eventos do hip-hop, sua cultura é luta, é liberdade de ser e de viver com dignidade.



> “OS PRECONCEITOS E AS DIFICULDADES EDIFICAM UMA BUSCA PESSOAL E PROFISSIONAL CONTÍNUA.”

CLEMÊNCIA RODRIGUES DA SILVA SANTOS

Autor
Rodrigo Cosme dos Santos

Clemência Rodrigues da Silva Santos, mulher negra, nasceu em Brasília. Na infância, morou e estudou em área rural. Quando criança, brincava com brinquedos feitos de sucata e vivenciou experiências com musicalização. Seus pais (in memoriam), com simplicidade, valorizavam a educação, oferecendo estímulos positivos para uma busca pessoal, tendo o estudo como referência. Foram pré-alfabetizados por ela e por sua irmã. A casa de seu professor, localizada ao lado da sua, despertava admiração. Cursou o magistério na Escola Normal do Distrito Federal, onde também aprendeu a gostar de música.

Mãe de três filhos, sendo que o segundo nasceu com deficiência física decorrente de malformação congênita, com atresia de esôfago. Ele se alimentou por sonda até os dezesseis anos, quando realizou cirurgia para reconstituição, ficando com sequela de polineuropatia sensitivo-motora, apresentando locomoção reduzida. Trata-se de uma trajetória significativa, marcada pela participação do esposo, dos filhos e de parentes, que são a base de tantas conquistas. Ao mencionar essas vivências em sua história como mulher, relata que os preconceitos e as dificuldades em sua constituição como mãe e profissional são experiências que fortalecem uma busca pessoal e profissional contínua. É avó de três netos, que representam alegria e esperança em relação à geração futura, reforçando o cuidado consigo e com o outro.

O esforço acadêmico e profissional a levou a prestar vestibular na Faculdades Integradas ICESP, onde cursou a graduação por meio do FIES, enfrentando diversas situações de preconceito. Lembra que, durante a graduação, na disciplina Inclusão Social, a professora solicitou uma dissertação com o tema “Diversidade no Processo de Inclusão Social”. Como não possuía acessibilidade digital, levou o texto para ser digitado em uma lan house próxima à sua residência. Uma colega da mesma faculdade realizou o mesmo procedimento.

Quando foi buscar a dissertação, não houve tempo de revisar o trabalho com detalhes, pois houve atraso na entrega. A professora comentou nas turmas que estavam "subestimando suas habilidades de correção" e que daria nota zero. Fez as colocações da mesma forma em sua turma, e, em momento algum, Clemência imaginou que se tratava do seu trabalho.

Ao final, a professora se aproximou de sua carteira, na presença de alguns discentes, e afirmou de forma discriminatória que o trabalho era o seu. Envergonhada e cansada, pois trabalhava em dois empregos, cuidava dos filhos em parceria com o marido e realizava as atividades da faculdade da meia-noite às seis da manhã, disse aos colegas, que quiseram sair após a fala da professora, que permanecessem em respeito à sua pessoa. Afirmou que a docente fizesse o que era seu direito como professora, mas que não realizasse pré-julgamentos sobre sua história de vida, que ela desconhecia. Após uma semana, a professora a procurou em particular e "pediu" que ela fizesse outra dissertação. No primeiro momento, resistiu, mas percebeu que era a oportunidade de relatar de forma significativa a experiência vivida. Foi solicitado que o novo trabalho fosse feito manualmente.

Diante da profissão, decidiu cursar Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional. No dia da apresentação do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), estava em preparação a cirurgia de reconstituição do esôfago do filho anteriormente citado. Houve situações constrangedoras para ela e para o filho, que fisicamente aparentava ser uma criança de seis anos, mas possuía maturidade intelectual e emocional compatível com sua idade cronológica. Ao chegar o momento de sua apresentação, problemas administrativos do processo educativo geraram novos constrangimentos, superados por meio do olhar sensível de uma amiga e professora, que realizou a mediação.

Quando assumiu a vaga em concurso como pedagoga orientadora educacional, ao chegar à escola, uma professora questionou, sem qualquer palavra de acolhimento, se ela havia ido atuar na cantina ou na limpeza. Segundo a entrevistada, ela devolveu a argumentação, questionando os fatores que levaram àquela suposição sobre sua atuação. A professora pediu desculpas, alegando que não queria ofender. Entretanto, Clemência afirma que já trabalhou na cantina, na limpeza, como monitora, professora e, naquele período, assumia como efetiva a função de Pedagoga Orientadora Educacional. Destaca que todas as funções desempenhadas ao longo de sua trajetória contribuíram para sua constituição como pessoa e como profissional.

Atualmente, atua na Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), lotada no Centro de Educação Infantil (CEI) do Núcleo Bandeirante, há dezesseis anos. Recorda que sua primeira especialização foi uma grande conquista. Seu pai estava com Alzheimer, e ela precisou priorizar os custos das medicações, em parceria com a irmã. Uma colega e a coordenadora da rede particular fizeram uma fala preconceituosa, afirmando que uma pessoa negra já havia conseguido muita coisa e que, sem a especialização, caso ela não retornasse aos estudos, seria novamente demitida. Ela respondeu que não poderia iniciar naquele momento, pois precisava priorizar as despesas com a saúde do pai. Relata que sua filha primogênita, ao saber da situação e também de que havia sido nomeada no concurso da EMBRAPA, prontificou-se a pagar a pós-graduação.
Participou do concurso da SEEDF para Pedagoga Orientadora Educacional por incentivo de uma amiga, que pagou sua inscrição, a quem é eternamente grata.

Faço minhas as palavras de Mantoan (2003): "Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós."

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

DAVIS, Angela. **Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.** El País Brasil, São Paulo, 27 jul. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html. Acesso em: 28 jan. 2026.

SILVA JUNIOR, Hédio; BENTO, Maria Aparecida Silva; CARVALHO, Silvia Pereira de (coord.). **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial.** São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT); Instituto Avisa Lá, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Cotidiano Escolar).

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Fala proferida no "Módulo II – Confluências da Periferia**", curso UNIPERIFERIAs, Galpão Bela Maré, 2018.

SÃO PAULO (Município). **Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da cidade:** educação antirracista: orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros. São Paulo: SME/COPED, 2022.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Orientações curriculares:** expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio. São Paulo: SME/DOT, 2008.

DOMINGAS CANTANHEDE DOS SANTOS

Autora
Lucileide Martins Borges Ferreira



A trajetória de vida contada neste relato é a de uma mulher negra inspiradora, chamada Domingas Cantanhede dos Santos, brasileira, nordestina, casada com Dorival dos Santos, mãe de Maria Júlia e de Jônatas Baruc, nascida em uma comunidade quilombola chamada Suassuí, localizada no município de Bequimão, Estado do Maranhão. Ela é a décima quarta filha de uma família de dezesseis irmãos, sendo que, atualmente, apenas oito estão vivos. Seus pais se chamam José Saraiva Ferreira (in memoriam) e Rosalina Cantanhede.

Domingas teve uma infância marcada pela pobreza e por muitas dificuldades nos aspectos sociais, econômicos e educacionais. Ela residia em uma localidade que não possuía escola, e quase a totalidade dos moradores não era alfabetizada. Seu pai sabia ler e escrever um pouco; sua mãe lê com dificuldade e sabe escrever o próprio nome.

TRAJETÓRIA DE VIDA DE UMA MULHER NEGRA

Em decorrência desse contexto, aos seis anos de idade, precisou deixar a família para morar em outro povoado, na casa da madrinha Dute Amorim Rodrigues (in memoriam), a fim de poder estudar. Nesse local, Domingas foi alfabetizada e, aos oito anos de idade, mudou-se para a sede do município de Bequimão-MA, onde passou a morar com três irmãos (Saraiva, Laurino e Lídio) para dar prosseguimento aos estudos. Nessa época, cursou o primeiro ano do ensino fundamental menor. Nesse período, o irmão mais velho, chamado Saraiva, cuidava dos irmãos menores.

Durante toda a vida escolar, Domingas recebeu grande apoio e incentivo do irmão Saraiva, que sempre foi sua maior referência e se empenhou para que ela pudesse estudar. Nos muitos conselhos que lhe dava, ele sempre dizia: “Se não estudar, vai voltar para trabalhar na roça”. Domingas e seus irmãos sempre iam para a casa dos pais no período das férias escolares para ajudá-los no plantio e na colheita da roça. Os pais acreditavam que, por meio da educação, os filhos poderiam ter um futuro melhor. Isso sempre foi uma base para todos.

A adolescência, vivida na década de 1990, foi uma fase em que Domingas teve experiências que marcaram sua vida e lhe deram base para sua formação humana, o que posteriormente impactou positivamente sua vida adulta. Nessa fase, ela ingressou em um grupo de jovens da Igreja Católica, chamado Esperança Jovem. Por meio das reuniões desse grupo, pôde estudar e discutir diversos temas diretamente ligados à juventude naquele contexto histórico.

Em 2000, concluiu o Ensino Médio e, nesse mesmo ano, foi aprovada no vestibular da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, no campus Itaqui Bacanga, localizado na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão. No ano de 2001, a UFMA entrou em greve, o que fez com que ela iniciasse o curso somente no primeiro semestre de 2002. Com a aprovação no vestibular, iniciou-se um novo ciclo em sua vida, e novos desafios se apresentaram, pois sua família não dispunha de recursos financeiros para custear as despesas na capital. Desse modo, foi morar em São Luís, na casa de uma família que a acolheu. Posteriormente, conseguiu uma vaga na residência estudantil feminina da UFMA, denominada Lar Universitário Rosa Amélia Gomes Bogéa (LURAGB), local onde residiu até a conclusão do curso de graduação, no ano de 2006. A vivência na residência estudantil contribuiu sobremaneira para sua formação como pessoa e cidadã, para conhecer seus direitos e lutar por eles e, além disso, trouxe muitos frutos positivos nas relações interpessoais com as outras moradoras, laços que se estenderam para além da moradia.

No decorrer de seu percurso acadêmico na graduação, as áreas de estudo e pesquisa em que Domingas mais se destacou foram as relacionadas à educação, gênero e identidade étnico-racial.

Ela foi integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGE), coordenado pela professora Dra. Diomar das Graças Motta. Também foi integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UFMA. No período de 2003 a 2006, atuou no Projeto Calu, que integrava o Programa de Extensão da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em parceria com a Universidade Solidária (UNISOL). O projeto era de caráter interdisciplinar e abrangeu vinte e dois graduandos das áreas de saúde, educação, ciências sociais e arte, sendo todos afrodescendentes. As ações do projeto foram executadas nas comunidades quilombolas de Itamatatiua e Samucangaua, localizadas em Alcântara-MA. Os objetivos do projeto foram possibilitar a integração entre os habitantes das localidades pesquisadas e os estudantes da UFMA, além de realizar um mapeamento das questões de sustentabilidade dessas comunidades.

Como resultado de seu estudo e pesquisa no Projeto Calu, a monografia de conclusão da graduação teve como título “Liderança feminina na comunidade remanescente do quilombo de Itamatatiua, no município de Alcântara-MA”. A participação de Domingas nesses grupos de estudo e também no Projeto Calu trouxe contribuições riquíssimas para sua formação, pois, a partir dessas experiências, ela iniciou um processo de autoconhecimento e valorização de sua identidade étnica.

Durante a infância e a adolescência, sofreu muito bullying, principalmente na escola, por conta do cabelo crespo e da cor da pele. Sofreu bastante, durante muito tempo, por causa dessas questões. Somente na vida adulta, com as experiências vividas por meio dos estudos nas áreas de identidade étnico-racial e da participação no NEAB, no Centro de Cultura Negra do Maranhão, no Projeto Calu e em outros espaços, começou a tomar consciência de quem era e a se reconhecer como mulher negra. Esse processo de autoconhecimento foi demorado e exigiu um mergulho interior, revivendo situações que lhe causaram dores e constrangimentos, mas que precisaram ser enfrentadas para que houvesse a superação desses traumas e para que pudesse se posicionar de forma diferente na sociedade, não aceitando mais aquilo que feria sua dignidade como pessoa e como pertencente ao povo negro.

Hoje, ela sabe o valor que tem e o quanto seus ancestrais contribuíram para a formação da sociedade brasileira.

Os aprendizados adquiridos no percurso da graduação serviram de estímulo para continuar sua caminhada de cabeça erguida, sempre almejando alcançar novos horizontes. Assim, após a conclusão do curso de graduação, Domingas continuou residindo na cidade de São Luís e iniciou-se um novo ciclo em sua vida: a luta para ingressar no mercado de trabalho de modo formal.

ESPAÇOS DE ATUAÇÃO

As vivências e experiências profissionais ao longo de sua trajetória são compostas por atuações em espaços públicos, privados e em entidades não governamentais. Dentre as áreas de atuação, destacam-se aquelas voltadas para a educação e para a identidade étnico-racial.

Atuou nas seguintes instituições não governamentais: Escola Comunitária Pir-lim-pim-pim, onde foi professora das séries iniciais no período de 2004 a 2006. No Centro de Cultura Negra do Maranhão – CCN/MA, atuou como Coordenadora Pedagógica do Projeto O Sonho dos Erês, no período de 2007 a 2008. As ações estavam diretamente ligadas ao planejamento e à realização de oficinas educativas com temáticas diversas. O projeto O Sonho dos Erês atendia adolescentes e jovens entre 16 e 24 anos de idade, que viviam em situação de vulnerabilidade social. As atividades eram desenvolvidas por meio de oficinas semiprofissionalizantes de confecção de instrumentos, estamparia afro e grafite/pintura em tela. No Centro de Formação para a Cidadania AKONI, no ano de 2008, atuou como Coordenadora Pedagógica no Projeto Omó Birin Irê – Meninas com Esperança. Esse projeto era voltado para o público feminino, atendendo adolescentes e jovens. As ações eram realizadas por meio de oficinas de arte em tecidos, produção de bolsas com fibra da bananeira, móveis e utensílios em bambu.

As experiências no setor privado incluíram a Companhia Vale do Rio Doce – VALE, onde atuou no período de 2006 a 2007 como alfabetizadora do Programa Vale Alfabetizar. O projeto Vale Alfabetizar teve sua coordenação pedagógica sob responsabilidade da Fundação Vale do Rio Doce, em parceria com a Universidade Federal do Maranhão.

O programa atendeu moradores da região Itaqui-Bacanga, em São Luís-MA, com idades entre 16 e 90 anos. No Serviço Social da Indústria – SESI, atuou no período de 2007 a 2008 como Mobilizadora Social no Programa Educação nos Trilhos. Esse programa foi criado no ano 2000, em parceria com a Fundação Vale do Rio Doce, e consistia em um projeto socioeducativo realizado nas estações e nos trens de passageiros da Companhia Vale do Rio Doce. Utilizando a programação do Canal Futura associada a ações de mobilização, o projeto contribuiu para a melhoria da qualidade de vida dos usuários e das comunidades ao longo das ferrovias. A atuação de Domingas como mobilizadora social envolvia o planejamento e a execução de oficinas que abordavam temáticas relacionadas à saúde, cultura, meio ambiente, formação profissional, cidadania, dentre outros assuntos.

As experiências de Domingas no setor público foram diversas. No ano de 2019, trabalhou no Instituto Maranhense de Ensino Superior – IMES, onde lecionou a disciplina Alfabetização no curso de Pedagogia. No ano de 2005, prestou serviço para a empresa Unidade de Limpeza e Serviços LTDA – UNILIMPS, atuando como Auxiliar de Antropólogo. Essa experiência profissional estava vinculada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, no estado do Maranhão. A atividade desempenhada envolvia pesquisa em bibliotecas para o levantamento do patrimônio cultural imaterial do Estado do Maranhão. No período de 2008 a 2011, trabalhou na Secretaria Municipal de Educação de São Luís – SEMED/São Luís, atuando como Professora de Nível Superior 4, lecionando disciplinas do Núcleo Comum para alunos da 1ª etapa do ciclo de Alfabetização do Ensino Fundamental, na Unidade de Educação Básica Henrique de La Roque Almeida.

No ano de 2010, ingressou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA para atuar no cargo de Pedagoga, onde permanece em exercício até o presente momento, no Campus Pinheiro. Nessa instituição, Domingas está à frente da Coordenadoria de Apoio Pedagógico (CAP) e também integra a equipe do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). No período de 2011 a 2013, esteve à frente da Coordenadoria do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas — NEABI.

Nas experiências em projetos de pesquisa, Domingas destacou-se no "Projeto Construindo identidades: um estudo sobre as relações entre o perfil étnico-racial, classe e gênero nas trajetórias de vida dos discentes do IFMA Campus Santa Inês". Esse projeto realizou uma pesquisa sobre as relações existentes entre o perfil étnico-racial e as questões de classe e de gênero na trajetória de vida dos discentes dos cursos técnicos, do EJA e dos cursos superiores do IFMA, Campus Santa Inês, matriculados no ano de 2017. Por meio das informações coletadas, foi possível analisar a trajetória dos alunos e alunas do campus, tendo por base a História Oral, fundamentando-se na história de vida. Essa pesquisa foi vinculada ao NEABI/Campus Santa Inês e buscou produzir materiais para a realização de atividades de ensino e extensão sobre as questões étnico-raciais, em consonância com as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

No tocante às experiências com projetos de extensão, no ano de 2019, atuou no "Projeto de Extensão Módulo Básico de Libras". O público atendido pelo curso compreendeu professores da rede básica de educação (municipal e estadual), profissionais que atuam no atendimento educacional especializado de pessoas com surdez nas salas de AEE, pessoas surdas e familiares de pessoas surdas. O curso teve como objetivo proporcionar um melhor acompanhamento por parte dos professores e melhores resultados de aprendizagem.

Ainda em 2019, atuou no "Projeto Educação, escolas quilombolas e formação de professores na Baixada Maranhense". Esse projeto foi realizado pelo NEABI do IFMA Campus Pinheiro em parceria com o Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM) e consistiu na oferta de um curso de Formação de Professores na modalidade de extensão continuada. O curso teve como objetivo contribuir para a formação de professores que atuam na Educação Escolar Quilombola do Território Pau Pombo, localizado em Santa Helena-MA.

Na área de projeto de ensino, no período de 2022 a 2023, Domingas participou do projeto "Estratégias e Metodologias de Ensino-Aprendizagem para Pessoas com Deficiência: sala de Atendimento Educacional Especializado e Construção de Materiais". Esse projeto foi promovido pelo NAPNE do IFMA Campus Pinheiro.

O público atendido foi composto por alunos com necessidades educacionais específicas (NEE), regularmente matriculados nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e em curso técnico subsequente do referido campus. O objetivo geral do projeto foi desenvolver suporte aos discentes nos processos de ensino e aprendizagem, com vistas ao desenvolvimento da autonomia nos estudos, ao fortalecimento da criticidade, da formação profissional e da cidadania, aprimorando o processo de ensino-aprendizagem e diminuindo as dificuldades decorrentes da deficiência.

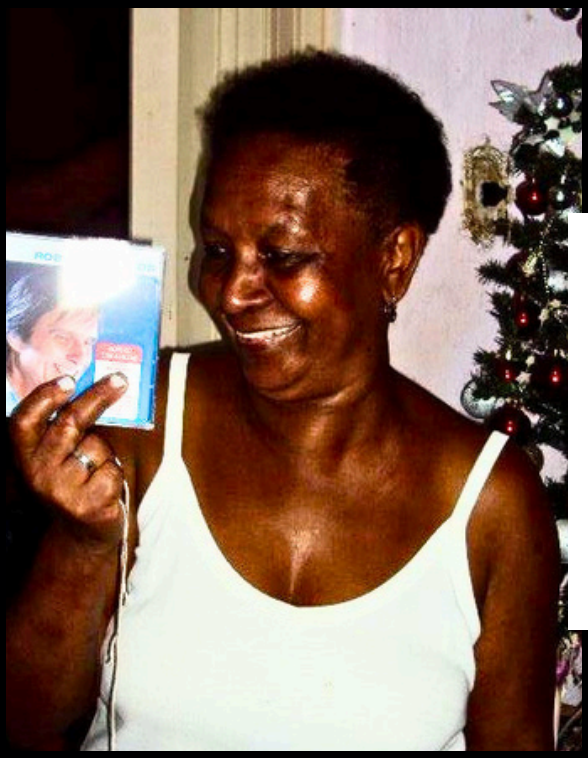
AS REALIZAÇÕES E CONQUISTAS IMPORTANTES DE DOMINGAS

Na construção do mosaico da vida, cada etapa é fundamental para a composição do todo. Domingas costuma celebrar tanto as pequenas quanto as grandes vitórias, pois reconhece que cada uma delas traz aprendizados importantes. Diante de tudo o que já viveu até aqui, ela destacou duas conquistas que considera muito significativas em sua trajetória: a conclusão do Mestrado em Ensino, cursado no Centro Universitário UNIVATES, na cidade de Lajeado, no Rio Grande do Sul, no período de 2014 a 2016, e a aprovação em concurso público para o cargo de Pedagoga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), no ano de 2010, cargo no qual atua até os dias atuais.

OS SONHOS E SUA RELAÇÃO COM AS PESSOAS

Domingas já realizou parte de seus sonhos pessoais. Ter sua família, seus filhos e seu lar é algo que a faz muito feliz. Ela pretende cursar o doutorado na área da educação. Domingas sonha com uma sociedade mais acolhedora e respeitosa, onde o preconceito não tenha espaço. Deseja que seus filhos sejam reconhecidos não pela cor da pele, mas por seu caráter. Busca sempre se relacionar com as pessoas de forma pacífica e cordial, tendo o diálogo como princípio para resolver as questões que surgem em sua vida, pois acredita que uma boa conversa pode nos preservar de muitas dores. Durante a entrevista, Domingas expressou o desejo de que sua história de vida possa, de algum modo, inspirar outras mulheres a buscarem a realização de seus sonhos. Ela acredita que, mesmo diante de um cenário improvável, ainda assim é possível sonhar e realizar.

Outro ponto importante que destacou foi o estudo, pois entende que a educação nos permite alcançar voos mais altos.



“NOSSA MENINA PRETA, DE SORRISO LARGO E DETERMINAÇÃO INIGUALÁVEL, É A BASE DA NOSSA HISTÓRIA E A RAZÃO DE TANTAS CONQUISTAS.”

NADIR DA CONCEIÇÃO LINDOLFO

Autora
Elaine Cristina Lindolfo de Lima

Esta escrita busca retratar um pouco de uma pessoa muito inspiradora, que ajudou a constituir a pessoa que hoje eu sou. Ao mesmo tempo em que é fácil falar dela, porque seus atos são intensos e marcantes, também é uma grande responsabilidade traduzir em palavras e versos essa personalidade.

Ao falar de sua infância, sempre permeada por aventuras, brincadeiras e até situações de preconceito — que mal chegavam a afetá-la, protegida pela inocência infantil — surgem memórias das brincadeiras na rua, dos pais, da máquina de costura e da aventura de ir à escola. A educação sempre foi um desejo, mas muitas vezes não fazia parte das possibilidades daquela menina preta, cheia de sonhos. Ela fala com orgulho de ter cursado até o quinto ano de admissão, como se isso lhe conferisse um diploma, algo que não fazia parte das perspectivas de vida dela e de tantas outras meninas pretas.

Uma das histórias que ela conta e reconta — às vezes por esquecer que já contou, outras tantas para reafirmar experiências e princípios que sempre guiaram sua vida — é sobre o avô, Belizário, negro descendente de escravizados, politicamente engajado e participante do Partido Comunista Brasileiro. Ele era o exemplo vivo de que o conformismo não cabe na estrutura física e existencial das pessoas negras.

Minha mãe fala do avô com orgulho, lembrando-se do homem alto e austero, encantado com a alegria de conhecer os netos e tê-los como forma única de demonstrar ternura e aconchego. Suas histórias são sempre entrelaçadas com costuras e retalhos que a antiga e linda máquina Singer ajudou a unir, numa tessitura feita de conquistas, sonhos e também desencantos que, muitas vezes, assolaram sua existência.

Ainda jovem, quando se tornou mãe, perdeu sua primeira filha. Essa dor lhe trouxe uma tristeza profunda, um aperto imenso no coração, que quase lhe roubou a alegria. Mais uma vez, precisou juntar um ponto ao outro e retomar a costura da própria vida, unindo retalhos e reconstruindo-se.

Depois, teve mais três filhos, dos quais eu me orgulho de fazer parte, entrelaçando minha existência aos tecidos e retalhos que ela sempre trouxe como aprendizado, experiência e possibilidade.

Para nós, ela sempre quis muito mais do que o quinto ano de admissão. Sonhou outros "quintos anos", outras oportunidades que pudessem nos projetar para conquistas que ela nunca considerou para si.

Muito ativa, alegre e disposta, é o arrimo emocional da nossa família. Nesse papel, nunca se permitiu adoecer ou descansar. Sempre esteve pronta para apoiar a todos, levantar quem mais precisava, estender a mão, oferecer o prato de comida quentinho, ajudar nos afazeres domésticos das nossas casas e nos cuidados espirituais das nossas almas.

Ao escrever este texto, passa como um filme em minha mente tudo o que vivemos. O coração aperta, a voz embarga, pois sei que as palavras não serão suficientes para traduzir tudo o que você sempre nos ofereceu.

Este ano, pela primeira vez, nossa fortaleza cedeu.

Foi uma experiência muito dolorosa, e ainda estamos tentando juntar os cacos e recosturar nossas vidas — vidas que não fazem sentido sem você, mãe. Nossa fortaleza quase caiu, mas não caiu. Reergueu-se e continua aqui, firme em sua força e, mais ainda, na importância que tem em nossas vidas.

Eu sabia que falar de você não seria fácil, mas venho humildemente registrar estas palavras para exaltar sua existência, pedir por sua saúde e agradecer por tudo o que a senhora é para nós. Nossa menina preta, de sorriso largo e determinação inigualável, que sempre será a nossa menina preta.

ESMERALDINA DOS SANTOS

Autor
José Idinaldo Beltrão Sá



É com grande satisfação e honra que apresentamos a história de vida de Esmeraldina dos Santos, mulher negra quilombola do Estado do Amapá, moradora do Quilombo do Curiaú, localizado em Macapá, capital do Estado. Em 1998, o Quilombo do Curiaú foi regularizado pela Fundação Cultural Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura. Segundo registros, trata-se de um dos primeiros territórios quilombolas titulados no Brasil, sendo o 13º reconhecimento oficial. Em 03 de dezembro de 1999, o Curiaú recebeu oficialmente o título de "comunidade remanescente de quilombo".

Tomamos como fonte de informações recortes de seu Memorial Descritivo, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa Educação, Culturas e Diversidades, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), além de outras referências citadas ao final deste trabalho. Afirmamos ser uma honra apresentar sua história porque nos conhecemos ao ingressarmos juntos no Mestrado em Educação, no ano de 2023, na UNIFAP.

SUA ESCRITA É VOZ VIVA DA ANCESTRALIDADE QUILOMBOLA

Segundo Dias (2010, p. 75), "o negro no Amapá construiu e manteve uma rica cultura até hoje manifestada nas festas religiosas, no tambor, na culinária (feijoada, etc.), na linguagem e em outras práticas artísticas do Estado do Amapá". Esses elementos estão intimamente ligados à vida, aos saberes e às práticas culturais dessa mulher negra, lutadora e resistente nas causas de seu povo quilombola. Apresentamos, assim, nossa ilustre convidada a este diálogo, representando, junto a outros expoentes, os povos negros amapaenses: sua identificação, primeiras vivências, conquistas e atuações profissionais.

A metodologia deste trabalho utilizou a conversa e a entrevista com Esmeraldina dos Santos. Para Gil (2008, p. 109), "a entrevista é, portanto, uma forma de interação social". Outras informações bibliográficas foram obtidas em obras e manuscritos da autora, bem como em fontes de registros históricos e jornalísticos. O trabalho está dividido nas seguintes seções: identificação; relato das primeiras vivências; atuação profissional e principais conquistas; considerações finais; e minibiografia do organizador deste relato de Dona Esmeraldina dos Santos, fundamentado em sua própria escrevivência.

Identificação

Desde pequena, Esmeraldina reside na Área de Proteção Ambiental do Curiaú. Segundo os dados apresentados no texto, o quilombo possui uma população de 1.803 pessoas, constituindo um importante território de memória, ancestralidade e resistência negra no Amapá.

Esmeraldina, mulher negra de múltiplos talentos, assim se define: "nasci no Laguinho e por isso reflito tudo o que ele é; sou poeta, escritora, artesã, sambista e artista, gosto de tudo da nossa cultura"[3]. Laguinho é um bairro de Macapá formado a partir do remanejamento da população negra que residia anteriormente na região central da cidade, fato que revela, à época, uma política de embranquecimento e higienização urbana, sobretudo implementada desde a chegada do primeiro governador do Território do Amapá, Capitão Janary Gentil Nunes, nomeado pelo então presidente do Brasil, Getúlio Vargas.

Quais são suas memórias das primeiras vivências?

Esmeraldina dos Santos nasceu em 11 de janeiro de 1955, na cidade de Macapá, no Amapá. Brasileira, filha de Francisca Ramos dos Santos, conhecida como Tia Chiquinha, e Maximiano Machado dos Santos, graduou-se em Pedagogia pela Faculdade Atual, em 2018. É artesã, escritora e mestranda em Educação. Reside no Quilombo do Curiaú, situado a aproximadamente cinco quilômetros da cidade de Macapá.

De acordo com Esmeraldina, sua memória está profundamente vinculada ao passado, período em que a mulher negra era vista apenas como força de trabalho.

Recorda que essa foi também a história de sua avó, Benedita Carlota do Rosário, nascida em 13 de maio de 1888, em meio aos tambores e às bandaias de lamentos e sofrimentos. "Mãe velha", como era chamada, não sabia ler nem escrever, mas possuía o dom do canto nas noites de batuque e marabaixo. Contava que seus pais foram escravizados e que, para que seus senhores dormissem, precisavam miar como gatos para espantar os ratos. Era uma vida dura, marcada pela resistência, mas sempre sustentada pela esperança de dias melhores e de liberdade.

Esmeraldina ressalta que as histórias importam — muitas histórias importam. Elas foram, diversas vezes, utilizadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser instrumentos de empoderamento e humanização. Para Benedita Carlota do Rosário, a fé e a crença foram fundamentais para torná-la uma mulher negra respeitada. Mesmo viúva, criou os filhos trabalhando na roça e dedicou sua vida à família, muitas vezes sem ter o que lhes oferecer, mas sem jamais reclamar da vida. Posteriormente, deixou o campo e foi para a cidade com uma de suas filhas, onde permaneceu até 1975, ano de seu falecimento, aos 87 anos.

Para contribuir com a renda familiar, Esmeraldina interrompeu os estudos aos 16 anos e passou a trabalhar em casas de família, atuando como lavadeira, costureira e artesã, produzindo crochês, flores e bordados em pano. De jovem estudante cheia de sonhos, tornou-se trabalhadora incansável para sobreviver e auxiliar a família. Segundo seu relato, seu único arrependimento foi ter interrompido os estudos. Retornou à sala de aula já adulta, por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Paróquia São Benedito e Paulo Freire. Após uma trajetória marcada por sacrifício e superação, concluiu o Ensino Médio na Escola Estadual Maria do Carmo Viana dos Anjos, em 2012, seguindo então rumo à universidade.

Qual sua atuação profissional e suas principais conquistas?

Reconhecida por sua comunidade como Mestra Griô, por ser herdeira dos saberes e fazeres da tradição oral, Esmeraldina atua por meio da palavra, da oralidade, da corporeidade e da vivência, dialogando, aprendendo e ensinando, tornando-se memória viva e afetiva da tradição oral. Dessa forma, transmite saberes e práticas de geração em geração, preservando a ancestralidade e a identidade de seu povo.

Esmeraldina dos Santos despertou para a literatura já na fase adulta, quando retomou os estudos formais, formando-se em Pedagogia no ano de 2018.

O despertar para a escrita ocorreu em um momento de grande tristeza em sua vida: a doença de seu pai. Entre uma conversa e outra, nos últimos dias de vida do patriarca, Esmeraldina registrava relatos sobre a trajetória do mestre Bolão. Desse processo nasceram as memórias que deram origem ao seu primeiro livro, Histórias do Meu Povo, lançado em 2002.

Ao retomar os estudos, entusiasmada, recorda que sentiu nova inspiração para escrever, da qual também surgiu o livro As Aventuras de Florzinha (2011), uma obra de literatura infantil baseada em fatos reais de seu cotidiano. O livro é indicado principalmente para as séries iniciais e ensina, entre outros aspectos culturais, como se escreve um "ladrão de marabaixo" — denominação dada aos trechos das músicas dessa dança típica dos afrodescendentes do Amapá. Esmeraldina afirma, com orgulho, que voltou a estudar para adquirir conhecimento e fortalecer sua autoestima e o orgulho de sua família, ressaltando que é por meio da educação que se amplia a visão de mundo.

Como escritora, publicou seu primeiro livro em 2002, intitulado Histórias do Meu Povo. Em 2011, lançou seu segundo livro, também disponibilizado em CD, As Aventuras de Dona Florzinha. O ano de 2012 marcou sua trajetória literária, pois foi convidada a ser patrona da II Feira Amapaense do Livro (FLAP). Em 2014, lançou O Melhor Caminho é a Escola e Relato de Viagem, obra em que descreve sua experiência com o Grupo Raízes do Bolão, com o qual percorreu 56 cidades das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de 49 cidades das regiões Sul e Sudeste, cantando Marabaixo e Batuque por meio do projeto Sonora Brasil, do Serviço Social do Comércio (SESC/DN).

Esmeraldina dos Santos integra uma das famílias tradicionais do Quilombo do Curiaú. A artista dá continuidade à tradição de negros amapaenses que registravam seu cotidiano por meio dos ladrões de Marabaixo, agora utilizando a literatura como suporte. Em seus livros e contos, escreve sobre o dia a dia de sua família e de seu povo, além de percorrer comunidades, escolas e eventos em geral, compartilhando conhecimentos e semeando ancestralidade.

E não encerrou sua trajetória acadêmica. Como mencionado anteriormente, atualmente é mestranda. Em 2023, Esmeraldina dos Santos foi aprovada para cursar o Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá (PPGED/UNIFAP), na linha de pesquisa Educação, Culturas e Diversidades.

Seu projeto de pesquisa, em fase de qualificação, propõe como tema de dissertação: Escrevivências e cotidiano quilombola no espaço cultural Tia Chiquinha, localizado no Quilombo do Cria-ú: estudo de caso. Nesse espaço cultural, situado no quintal de sua residência, Esmeraldina desenvolve diversas atividades, como letramento e alfabetização quilombola, palestras, danças, oficinas, festas sociais e religiosas, além de encontros comunitários.

Esmeralda — como gosta de ser chamada e comparada a uma joia preciosa — fundamenta-se em autoras e autores negros, conforme cita em seu projeto de pesquisa. Entre eles, destaca-se a influente voz de Conceição Evaristo, especialmente nas obras Olhos d'água (2014), Ponciá Vicêncio e Becos da Memória, que abordam a importância da escrevivência negra. A partir dessas referências, a mestranda sente-se fortalecida e incentivada a narrar sua própria história, convidando o leitor a adentrar as profundezas de suas memórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esmeraldina dos Santos é uma das maiores divulgadoras da cultura amapaense. Teve duas filhas e é avó de quatro netos. É uma das remanescentes da cultura quilombola do Curiaú, contadora de histórias, dançadeira e cantadeira de Batuque e Marabaixo, além de escritora desde 2002, quando publicou seu primeiro livro intitulado Histórias do Meu Povo.

Para não concluir de forma definitiva, resta-nos o orgulho de apresentar um pouco da história de vida de Esmeraldina dos Santos, em grande parte relatada por ela mesma, a partir de suas memórias gentilmente compartilhadas para este trabalho. Ao mesmo tempo em que essa narrativa a torna mais conhecida e reconhecida, projeta a trajetória de uma mulher negra marcada por lutas e conquistas, bem como a história de seu povo, imerso no belo e significativo território do Quilombo do Curiaú, na Amazônia quilombola amapaense.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 7 set. 2025.

DIAS, Paulo. **História do Amapá:** o passado é o espelho do presente. Macapá: JM Editora Gráfica, 2010.

ROGÉRIO, Claudio. **Literatura no Amapá.** Blogger, 2014. Disponível em: https://escritoresap.blogspot.com/2014/11/esmeraldina-dos-santos-lanca-livros.html. Acesso em: 7 set. 2025.

SANTOS, Esmeraldina dos. **Memorial descritivo.** Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2024.

SANTOS, Esmeraldina dos. **Portfólio.** Disponível em: https://oinoizaki.com.br/portfolio/esmeraldina-dos-santos/. Acesso em: 7 set. 2025.

SANTOS, Esmeraldina dos. **Histórias do meu povo.** Macapá: Confraria Tucuju, 2002.

SANTOS, Esmeraldina dos. **As aventuras de Dona Florzinha.** Macapá: Edição autoral, 2011.

EVILÚZIA MOURA

Autora
Heber Costa Silva Rosa

Aos 55 anos, Evilúzia Moura constrói sua trajetória a partir das memórias de uma infância plena, marcada pelo afeto e pela segurança familiar. Filha de pais dedicados, teve o privilégio de crescer em um ambiente de tranquilidade, no qual ser criança era sua principal ocupação. Ao lado do irmão mais velho, viveu intensamente as experiências próprias da infância, guardando como herança um lar que a preparou para os desafios do mundo.

Desde cedo, reconheceu que seu caminho passaria pela sala de aula. O sonho de ser professora não se configurou apenas como um desejo juvenil, mas como uma missão de vida, concretizada no ano 2000 com a conclusão do curso de Letras. Sua trajetória profissional teve início em 1993, no município de Aiquara. Embora sua formação inicial fosse em Contabilidade, a vivência do estágio revelou precocemente que os números e balanços não atendiam à sua busca por realização pessoal. Ao ser contratada para lecionar no único colégio da cidade naquele mesmo ano, a sala de aula tornou-se um espaço de reconhecimento identitário: foi ali que Evilúzia compreendeu que o magistério era, de fato, o seu lugar.

Em 1994, consolidou essa escolha ao ser aprovada no concurso municipal de Jequié. Iniciou sua atuação na zona rural, onde permaneceu por dois anos, enfrentando os desafios do campo e ampliando seu olhar sobre a diversidade educacional. Posteriormente, foi transferida para a sede do município.



Ao longo das décadas, sua prática pedagógica foi marcada pela interdisciplinaridade, ministrando disciplinas como Ciências, Matemática e História, o que lhe proporcionou uma compreensão ampla e integrada do currículo escolar. Atualmente, atua no ensino de Língua Portuguesa para turmas do 6º ano e do Ensino Médio, utilizando a linguagem como instrumento de emancipação.

Um marco decisivo em sua carreira ocorreu em 2005, com a nomeação como professora da rede estadual da Bahia, no então Colégio Duque de Caxias. Nesse espaço, vivenciou uma profunda transformação institucional e pessoal. Em 2010, com o reconhecimento da escola como unidade quilombola, a instituição passou a se chamar Colégio Estadual Dr. Milton Santos – Escola Quilombola. Foi nesse contexto que sua plena realização profissional encontrou sentido. Inserida em uma comunidade historicamente marcada pela ausência de políticas públicas, percebeu a necessidade de ultrapassar o ensino meramente conteudista.

Desse compromisso nasceu, em 2015, o projeto "Mulheres que mudaram ou mudam a história do Barro Preto", voltado ao resgate das trajetórias femininas que transformaram o bairro, promovendo o reconhecimento do território, da ancestralidade e da memória coletiva. Diante da forte aceitação, o projeto tornou-se uma ação anual, reafirmando a mulher como protagonista. O sucesso da iniciativa agrega toda a comunidade, promove afeto, empoderamento e incentiva uma educação emancipadora.

Desde 2023, sua práxis pedagógica dialoga diretamente com a obra Lugar de Fala, de Djamila Ribeiro, como base teórica para o debate sobre relações de gênero no ambiente escolar. O objetivo é oferecer às alunas ferramentas críticas para compreender as estruturas de poder que moldam suas identidades. Este memorial reafirma o compromisso de Evilúzia Moura com uma educação que prepara os sujeitos para transformar o mundo.
Para além dos muros da escola, Evilúzia cultiva o sonho de uma sociedade em que a humanidade se sobreponha aos estigmas e a trajetória de um indivíduo não seja limitada pela cor da pele. Defende uma sociedade equitativa que substitua o julgamento pelo acolhimento consciente. Se na profissão é professora, na vida reconhece-se como construção coletiva: é esposa e mãe de dois filhos adultos que já trilham seus próprios caminhos. Atualmente, vivencia a experiência da avosidade com Pedro, de 6 anos, e Maria Clara, de 4 anos, enxergando neles a continuidade do amor cultivado por seus pais.

Conclui este memorial reafirmando a educação antirracista como um compromisso ético e político inadiável. Educar para as relações étnico-raciais implica confrontar o racismo estrutural e oferecer aos estudantes o espelhamento positivo de suas identidades. Evilúzia Moura é uma educadora que faz a diferença; seu trabalho fortalece identidades e transforma a escola em um espaço de pertencimento e consciência crítica. É uma mestre que inspira, acolhe e deixa marcas profundas por onde passa.

FABRICIA DE JESUS

Autor
Jorge André Paulino da Silva



Fabricia de Jesus, filha de Gicelia e do Sr. Flor — ambos filhos de Nazaré das Farinhas, no Recôncavo baiano —, é mãe de Laiane da Silva. O pai dela ancestralizou quando ela ainda tinha 6 anos, e isso modificou toda a história da família. Ficaram sem renda e sem casa, já que moravam de aluguel. Dona Gicelia passou a lavar de ganho, e o tio de Fabricia, Dainho — conhecido como "o Sem Terra" —, ocupou um pedaço de terra na comunidade do Alto do Cabrito, levantou quatro paredes e lá passaram a morar. Era um lugar insalubre, sem energia legalizada e sem rede de esgoto. O Sem Terra nomeou a rua em que residiam como Rua São Jorge do Cabrito, e assim ela se chama até hoje.

Durante a infância e adolescência, a rede de vizinhos ajudou a criar Fabricia e os dois irmãos mais novos. A irmã tinha apenas um ano quando o pai, Sr. Flor, se foi. As gentes brincavam muito nas ruas e colhiam frutas nas muitas árvores da região. Davam valor à ida para a cachoeira, uma andança valiosa! A coletividade forjou Fabricia, sua família e seu círculo de amizades. Seus amigos são os mesmos desde a década de 1990, vizinhos desde então.

Desde muito cedo, Fabricia se movimentava na comunidade: aos 12 anos, ela já ajudava nos deveres dos mais novos e tomava conta deles. Cresceu envolvendo-se em questões como a falta de água, a vaquinha para a gestante sem enxoval e ações do tipo. Por conta disso, as vivências em comunidade a escolheram para ser assistente social. Era um dia comum quando ela recebeu o recado de um membro da associação do bairro, convocando-a para fazer a prova para a graduação. Era um projeto da então Presidenta Dilma para qualificar lideranças; ela fez a prova e obteve aprovação.

A educação sempre foi o caminho de Fabricia. Assim, ela descobriu que a poesia poderia ser um instrumento educacional e passou a usá-la. Mais tarde, outra "rua" a levou para a literatura como ferramenta de letramento racial. Aí ela não parou mais.

"UMA JOVEM SENHORA, TEIMOSA COMO A POESIA, QUE REPETE O VERSO DA LIBERDADE ATÉ QUE A VIDA INTEIRA SE TORNE POEMA."

Fruto do Instituto Cultural Steve Biko, passou a trabalhar na perspectiva racial e atua na educação emancipadora por meio do letramento racial na Orí Aiê Leituroteca. O Orí é um espaço cultural, uma invenção dela para compartilhar com a comunidade mais de 100 livros de sua biblioteca pessoal.

O projeto é um movimento Sankofa, que utiliza a literatura escurecida e interseccionalizada como tecnologia de autoconhecimento, criticidade e cuidado. O Orí Aiê é um espaço acolhedor, que estimula novas leituras de si e do mundo. Neste sentido, e compreendendo a estrutura social que perpassa a dinâmica do público-alvo — a juventude negra suburbana da comunidade do Alto do Cabrito e adjacências —, o projeto considera imprescindível o diálogo com as diversas linguagens artísticas (poesia, música, artes visuais, etc.), bem como a interdisciplinaridade de saberes para a aproximação e o fortalecimento de vínculos. Assim, promove o resgate e a construção de um senso de pertença que facilita o contato entre a comunidade, os livros e a produção de um novo saber.

O Orí é a grande realização diária na trajetória de nossa biografada. A partir dele, Fabricia adentra no programa de mestrado. Mas felicidade real e plena ela sentiu quando uma das jovens do pré-Enem do Orí passou para a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ela nunca consegue vibrar ou comemorar feitos particulares, porque há sempre uma demanda ligada à conquista que a impede. As conquistas da comunidade, no entanto, fazem-na vibrar e comemorar, pois ela considera importante cada pessoa que teve a vida melhorada pelo conhecimento que o Orí, de alguma forma, trouxe.

Disse Mano Brown em Vida Loka Parte 2: “Às vez eu acho que todo preto como eu só quer um terreno no mato, só seu. Sem luxo, descalço, nadar num riacho, sem fome pegando as fruta no cacho”. De forma semelhante, o sonho de Fabricia é uma casa com varanda em Nazaré das Farinhas, com a família reunida e celebrando. Coletivamente, ela sonha com um Orí em cada quebrada, envolvendo os jovens com atividades que resgatem os sonhos dessas juventudes. Para a família, ela quer ver Laiane, João, Iza, Maria Alice, Luan e Raí — as crianças do seu grupo familiar — vivendo sem precisar de estratégias para sobreviver nesta nossa sociedade racista.

De modo geral, ela se relaciona com muita gente. Em 2021, participou das gravações de um filme na comunidade do Alto do Cabrito, em plena pandemia de Covid-19, um projeto lindo. Certa feita, por conhecer todo mundo, um dos diretores deu a ela o apelido de “Prefeita do Cabrito”. Tudo o que acontece de artes no setor, ela fica sabendo, seja participando, seja fazendo a crítica. Adquiriu esse reconhecimento. Para se definir, ela arremata: “Eu sou uma jovem senhora, teimosa! Uma poesia que repete o verso até ganhar o poema. É isso que sou!!” (De Jeses, 2024).



“A HISTÓRIA DE RENATA É UMA NARRATIVA DE RESISTÊNCIA, FÉ E FORÇA INTERIOR.”

FRANCISCA RENATA

Autora
Vilanir Lima dos Santos

Francisca Renata nasceu em fevereiro de 1992, filha de Maria de Fátima, agricultora analfabeta e mãe solteira. Foi a segunda de quatro irmãos em uma família marcada por desafios constantes. Sua infância não foi fácil: cresceu em um ambiente familiar conturbado, com desunião entre os pais e, infelizmente, com a presença do alcoolismo em grande parte da família. As dificuldades financeiras faziam parte dessa realidade, o que agravava ainda mais a situação, dificultando o acesso a muitas coisas que, para outras crianças, eram naturais.
No entanto, desde muito cedo, Francisca encontrou na educação um refúgio, uma maneira de buscar um futuro melhor. Mesmo com as dificuldades ao redor, sempre se destacou como uma das melhores alunas nas escolas públicas onde estudava. O conhecimento tornou-se uma forma de visualizar um caminho diferente, longe dos problemas familiares e da falta de oportunidades. Porém, a vida de Francisca tomou um rumo inesperado. Em 2009, ainda adolescente, ela engravidou, o que representou um grande desafio, pois teve que abandonar temporariamente seus planos de seguir os estudos. A responsabilidade de ser mãe precocemente a obrigou a entrar no mercado de trabalho para garantir o sustento da criança e ajudar nas finanças da família, adiando seus sonhos e sacrificando seus desejos de crescimento profissional.

Apesar das dificuldades, Francisca nunca desistiu de seus objetivos. Sabia que, para mudar sua vida e oferecer um futuro melhor para seu filho, precisaria continuar batalhando. Com muito esforço e dedicação, retomou os estudos e, com o tempo, conseguiu ingressar na faculdade de Educação Física, curso que sempre foi seu grande sonho desde a infância. A jornada foi longa e cheia de obstáculos: trabalhava à noite e estudava durante o dia, passando aproximadamente oito meses praticamente sem dormir, mas nunca deixou de acreditar que poderia vencer. Conseguiu uma bolsa na faculdade e, paralelamente, começou a trabalhar em escolas, atuando em projetos como Mais Educação e como assistente de alfabetização, entre outros. Assim, conseguiu concluir o curso no ano de 2018, passando a atuar como professora contratada na cidade de Limoeiro do Norte.

Renata sempre foi uma mulher forte, moldada por dificuldades que pareciam não cessar. O ano de 2020, no entanto, foi um marco de dor profunda em sua vida. O assassinato de seu irmão, no dia 24 de outubro, deixou uma cicatriz impossível de curar, um vazio imenso em seu peito. Além de perder alguém tão querido, ela se viu diante de uma realidade brutal, em que a violência arrancou uma parte importante de sua história. O impacto psicológico e emocional foi devastador, mas Renata tentou se manter firme, em busca de forças onde talvez já não houvesse.
Poucos meses depois, em 29 de dezembro, o destino lhe impôs mais uma perda cruel: seu avô, figura que sempre representou o pai que ela nunca teve, faleceu. Ele foi sua base, seu porto seguro. A dor de perder a única referência paterna que conhecia, após o abandono do próprio pai — que sempre negou sua paternidade —, deixou Renata ainda mais abalada. Era como se o universo estivesse testando sua resistência até os limites mais profundos.

Apesar disso, Renata não se deixou abater. A vida, por mais difícil que fosse, seguia com suas exigências, e ela precisava se manter de pé. Mesmo em meio ao luto e à dor, conseguiu concluir o bacharelado em Educação Física. Durante todo o processo, trabalhou exaustivamente, dividindo seu tempo entre as aulas diurnas na escola e os turnos noturnos na academia, onde recebia um pagamento modesto de R$ 8,00 por hora-aula. Às vezes, parecia que as forças estavam se esgotando, mas ela não desistiu. A sensação de concluir mais uma graduação, mesmo com todas as dificuldades, foi um alívio, ainda que a dor do luto permanecesse constante.

A história de Renata é uma narrativa de resistência, fé e força interior. Ela passou por perdas inimagináveis, mas encontrou um caminho para recomeçar e transformar sua realidade. Por meio da fé, do trabalho árduo e da perseverança, foi capaz de se reerguer, encontrando a paz e a realização que tanto buscava.

Renata recorda, com uma mistura de saudade e gratidão, o período em que trabalhou como vendedora. Sabia que cada dia era um desafio, mas também uma oportunidade de aprender e crescer. As manhãs eram especialmente difíceis. Às vezes, via-se diante de uma escolha simples, mas que refletia sua dura realidade: “lanchar ou tirar xerox?”. Se comprasse algo para comer, o orçamento ficava apertado. Se economizasse, o tempo parecia não ser suficiente para dar conta de todas as responsabilidades.

As noites eram igualmente intensas. Passava horas acordada, atendendo clientes e tentando fechar vendas, para garantir que os custos do dia seguinte estivessem cobertos. No dia seguinte, acordava cedo para estudar e dar o seu melhor como professora. Era um equilíbrio delicado entre o trabalho árduo e o sonho de um futuro melhor, no qual pudesse proporcionar mais conforto ao seu filho, o grande amor de sua vida.

Com o tempo, quando a ferida foi, de certa forma, amenizada, Renata passou a refletir sobre o futuro. Sabia que precisava de algo mais para transformar sua vida e realizar seus sonhos. Foi então que, em 2022, uma amiga a incentivou a fazer o concurso do município de Fortaleza. Ela estava exausta e com pouco tempo para estudar, pois sua rotina como professora do Ensino Fundamental II era intensa. Ainda assim, a fé que carregava no coração a fez persistir. Apegou-se a Deus e aos santos, buscando força e inspiração para seguir em frente. Contra todas as probabilidades, foi aprovada no concurso público. Foi uma vitória pessoal imensurável, uma prova de que, mesmo quando tudo parecia perdido, ainda havia luz no fim do túnel.

A aprovação no concurso não representou apenas a conquista de um emprego estável, mas a realização de um projeto de vida alimentado por anos. O concurso simbolizava não só a superação das dificuldades financeiras e emocionais, mas também a concretização de um sonho que, até então, parecia distante demais.

Ao longo do tempo, Renata encontrou forças onde muitos acreditariam ser impossível. A rotina cansativa e o desgaste físico e emocional não a impediram de seguir em frente. Sua visão sempre esteve voltada para o futuro, para a possibilidade de um amanhã mais tranquilo e seguro. O amor por seu filho foi o combustível que a manteve em movimento, fazendo-a acreditar que cada esforço valeria a pena, pois seu filho seria o maior reflexo de todo o sacrifício.

Hoje, ao olhar para trás, Renata não sente mágoa, mas uma profunda gratidão. Agradece a Deus todos os dias por ter sobrevivido a tudo o que passou e por ter a chance de viver da melhor forma possível, oferecendo ao seu filho uma vida mais confortável, mais digna e, sobretudo, cheia de amor e oportunidades. Ela sabe que a jornada não foi fácil, mas também reconhece que cada dificuldade enfrentada a fortaleceu, tornando-a a mulher que é hoje. E isso, para ela, é o maior presente que poderia ter dado ao seu filho: um exemplo de resiliência, coragem e fé.





FUTURO QUE SE CONSTRÓI NO TERRITÓRIO ANCESTRAL: LARA LUISA SILVA GOMES E A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Autores
Marcelo Vitor Rodrigues Nogueira
Juliano Henrique Xavier Cavalcanti
Manuela Guedes Viana



Falar de Lara Luisa Silva Gomes é falar de uma mulher que carrega no nome a linhagem que a fez. Quilombola, mãe, filha de Ângela e Vicente, neta de Ambrosia, Maria, Liberino e Selvino, ela se apresenta nomeando primeiro os seus, porque sabe que nenhuma trajetória negra se conta sozinha (Franco, 2025). Esse gesto é o que Evaristo (2020) nomeia escrevivência: a escrita que emana da experiência coletiva do povo negro. Sua história tem chão, a Comunidade Quilombola de São Domingos, em Paracatu-MG, e é desse território, que Nascimento (2006) compreende não como ruína do passado, mas como sistema social contínuo de afirmação negra, que emerge uma das mais importantes vozes da educação quilombola do Brasil.

Enfrentando a dupla subalternização da mulher negra denunciada por Gonzalez (1984), Lara fez do estudo instrumento de luta: graduou-se em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros, tornou-se Mestra em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia.

Sua atuação materializa o que Gomes (2017) chama de Movimento Negro Educador: foi Conselheira Nacional de Promoção da Igualdade Racial, é vice-presidente da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, a N'GOLO, idealizou a primeira linha de pesquisa em quilombos na Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras, construiu o currículo da primeira graduação em Educação Quilombola de Minas Gerais e atua como pedagoga no Instituto Federal de Santa Catarina, onde coordenou o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Franco, 2025)



Com dissertação dedicada à educação quilombola de sua própria comunidade, concluiu MBA em Políticas Públicas pela Escola Nacional de Administração Pública e cursa o doutorado em Educação na Universidade de São Paulo (Franco, 2025). Como sustenta Collins (2019), as mulheres negras produzem um ponto de vista epistemológico próprio, forjado na experiência concreta da vida: o percurso de Lara confirma essa tese, pois ela nunca estudou para sair do quilombo, estudou para fortalecê-lo.

Foi ainda a primeira mulher quilombola a candidatar-se à prefeitura de Paracatu, rompendo o silenciamento histórico que Ribeiro (2017) identifica como estrutura de exclusão dos grupos subalternizados, e publicou o livro Políticas de Descentralização Financeira na Educação Brasileira (Franco, 2022), recebendo prêmios da Prefeitura de Paracatu, da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais e da Universidade Federal de Minas Gerais.

Seus sonhos permanecem coletivos: currículos afrocentrados, políticas públicas que cheguem às comunidades e mais mulheres quilombolas nos espaços de decisão, na tradição de solidariedade que Davis (2016) reconhece nas redes de luta das mulheres negras e no programa que Carneiro (2003) sintetizou como enegrecer o feminismo. Em cada aula, banca e plano que constrói, Lara carrega os seus e o seu território. Como ensina o princípio Sankofa, olhar para trás é condição para construir o futuro: quando uma mulher quilombola se movimenta, abre caminho para todas as que virão. Lara é prova viva de que o quilombo não é passado: é presente que educa e futuro que se constrói.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (org.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). Escrevivência: a escrita de nós. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-47.

FRANCO, Lara Luisa Silva Gomes. Educação quilombola em Paracatu (MG). Em Extensão, Uberlândia, v. 18, p. 76-103, 2020.

FRANCO, Lara Luisa Silva Gomes. Políticas de descentralização financeira na educação brasileira. Curitiba: Editora CRV, 2022.

FRANCO, Lara Luisa Silva Gomes. Currículo Lattes. Brasília: CNPq, 2025. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/6166843590067612. Acesso em: 4 jul. 2026.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, v. 2, p. 223-244, 1984.

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTS, Alex. Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

GISELLE EMYDIO DE SOUZA

Autora
Patrícia Emydio Sampaio de Souza





Giselle Emydio, nascida em 16 de janeiro de 1997, filha de Ana Lúcia e Valmir Sampaio, construiu sua trajetória guiada pela sensibilidade, pela criatividade e por um profundo compromisso com a identidade e a ancestralidade. Graduada pela Universidade Oswaldo Cruz em Design Gráfico e Design de Produto, é fluente na língua inglesa e atua profissionalmente em sua área desde o período da graduação, transformando o conhecimento acadêmico em prática viva e significativa.

Autora e ilustradora da obra Os Segredos das Máscaras Africanas, Giselle utiliza a arte como linguagem de resistência, educação e valorização cultural. Sua produção transcende o campo estético, tornando-se instrumento de diálogo, pertencimento e reconhecimento das raízes africanas, especialmente para crianças e jovens negros que, muitas vezes, não se veem representados nos espaços educativos e culturais.

Pessoa autêntica e transformadora, Giselle se destaca como uma referência potente na promoção da identidade, da diversidade e do respeito às diferenças étnico-raciais. Foi a primeira integrante de sua família a vivenciar o processo de transição capilar e a se engajar na militância negra, inaugurando um movimento profundo de fortalecimento da identidade racial e de valorização da ancestralidade africana. Esse percurso não foi apenas individual, mas coletivo, reverberando em sua família e em todos que foram tocados por sua coragem, consciência e posicionamento político.

No contexto da formação acadêmica de sua irmã, ao abordar a representatividade de crianças negras e o enaltecimento do uso do cabelo em sua forma natural, Giselle ressaltou, com sensibilidade e firmeza, a importância de alinhar teoria e prática pedagógica. Defendeu que a vivência concreta da transformação identitária é elemento essencial para a construção de uma educação verdadeiramente significativa, crítica e emancipatória. Tal perspectiva dialoga diretamente com os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao valorizar o desenvolvimento integral do sujeito, a construção da autonomia, o reconhecimento da identidade e a promoção de práticas educativas pautadas na equidade, no respeito e na valorização da diversidade cultural e racial.

Graças à sua influência, apoio e exemplo, sua irmã também passou pelo processo de transição capilar, usando o cabelo natural desde 2019. Hoje, atuando como professora no Ensino Fundamental I e II, tornou-se uma grande fonte de inspiração e representatividade para meninos e meninas, reafirmando, na prática cotidiana da escola, o legado iniciado por Giselle: o de educar para a liberdade, para o pertencimento e para o orgulho de ser quem se é.

Dessa forma, sua atuação contribuiu de maneira expressiva para a consolidação de uma prática pedagógica crítica, consciente e coerente com os princípios da BNCC, especialmente no que se refere à promoção da cidadania, da empatia e do reconhecimento positivo da identidade das crianças negras.

JENIFER DE LIMA MACHADO

Autora
Tatiana Luísa de Moraes Pintado



JENIFER É FORÇA NEGRA QUE EDUCA

Jenifer de Lima Machado é professora, mulher negra, mãe de Isadora e esposa de Jonas Machado. Contar sua história sem mencionar as pessoas que a constituíram como mulher negra seria ignorar parte significativa de sua trajetória. Por isso, ao começar a narrar sua história, é necessário falar sobre as pessoas que a inspiraram.

Ela é filha única. Seus pais abriram mão de ter mais filhos, colocando seus próprios sonhos em segundo plano, para poder proporcionar a ela os estudos que não tiveram. Tanto o pai quanto a mãe de Jenifer tiveram mais de cinco irmãos e, desde muito cedo, precisaram trabalhar para ajudar no sustento básico da família. Dessa forma, ambos não concluíram os estudos básicos, mas, por meio de muito trabalho, possibilitaram que ela se tornasse quem desejava ser.

Algumas expressões sutis ouvidas no seio familiar só passaram a fazer sentido na vida adulta, como: “Nós, pretos, precisamos estar sempre arrumados”; “Nunca pise em ninguém, mas não deixe que ninguém pise em você”; “Acredite, você pode tanto ou até mais que os outros”. Quando se nasce em uma família retinta como a de Jenifer, nem sempre se compreende, de imediato, o motivo de ouvir essas expressões. Seu sentido se revela, muitas vezes, somente no confronto com os olhares e as práticas racistas presentes fora do ambiente familiar.

O preconceito na infância é algo que toda pessoa negra sente, alguns com mais intensidade, outros com menos, alguns sequer o percebem, mas ele é cotidiano.

O fato de um professor mandar pintar um determinado personagem de rosa porque ele ficaria "mais bonito" dessa cor, em vez de pintá-lo com o marrom que a criança desejava; os questionamentos sobre como arruma o cabelo, ou comentários como "se fosse liso seria mais bonito" — essas pequenas narrativas fazem muito mais sentido hoje do que faziam na época, embora já causassem dúvidas.

Hoje, é evidente que se tratava de racismo.

Apesar de tudo isso, a infância de Jenifer foi um período feliz, com muitos primos, amigos e uma família afetuosa. Sua avó materna contava histórias sobre lugares onde negros não podiam frequentar e ensinava pratos ancestrais sem mesmo saber o que representavam em termos históricos, pois simplesmente lhe foram ensinados. Alguns estereótipos eram reproduzidos por ela, como a ideia de que "cabelo de negro é ruim" — palavras que também lhe foram ditas e que ela apenas repetia, sem saber que ali estava presente o racismo estrutural.

A chegada ao Ensino Médio foi um marco, uma vez que primos, tios e pais não haviam alcançado essa etapa. Foi uma nova fase para toda a família. Fazer o Magistério em outro município, pagar transporte e perceber que era minoria naquele ambiente foram desafios que a fizeram refletir sobre muitas questões, mas que também lhe deram mais força para continuar. Não foram anos fáceis, mas foram necessários, preciosos e repletos de aprendizado. Trabalhar e estudar na modalidade Normal do Ensino Médio chegou ao fim e, em meados de 2011, a família ganhou sua primeira professora. Era o momento de ingressar no Ensino Superior.

Ao falar de faculdade, não se pode esquecer das políticas afirmativas. Apesar de nunca ter ouvido falar sobre legislação, ações afirmativas ou questões étnico-raciais no Ensino Fundamental ou no Magistério, foi por meio de uma política de cotas que ingressou na Universidade Feevale, uma instituição de Ensino Superior particular, para cursar Pedagogia. O trabalho já fazia parte de sua rotina: atuando como professora contratada em escolas públicas, buscava contar histórias com personagens negros e ler sobre sua própria história.

Em 2013, já universitária, participou de um seminário que comemorava os dez anos da Lei 10.639, que determina que "nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira". Foi nesse momento que Jenifer descobriu a existência dessa legislação e se tornou uma eterna pesquisadora.

Tratava-se de uma lei que já existia enquanto ela ainda cursava o Ensino Fundamental, mas que nunca chegou ao seu conhecimento. Naquele período, a representação negra nos teatros era restrita ao papel de escravizados, e, nas aulas de História, os livros didáticos apresentavam a figura negra sempre presa ao tronco, o que a fazia odiar a disciplina. Tudo isso poderia e deveria ter sido apresentado de outra maneira. No seminário, teve a certeza de que, embora estivesse no sexto semestre da faculdade e ainda fosse cedo para pensar sobre o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), era sobre isso que gostaria de aprender mais; seria esse o tema de sua monografia ao final do curso.

Desde então, a pesquisa sobre questões étnico-raciais tornou-se cada vez mais presente em sua vida. Nas salas de aula por onde passou, por meio de seu trabalho e de sua resistência, buscou influenciar cada vez mais pessoas. Em 2015, o trabalho "Das Raízes do Preconceito às Políticas Afirmativas: A Lei 10.639 colocada em questão" foi apresentado e aprovado por uma banca presencial, que lhe atribuiu nota dez. A pesquisa abriu novos horizontes e novas perspectivas. A formação em Pedagogia não certificou apenas uma mulher negra pedagoga, mas uma pedagoga negra que deseja mudar o mundo, fazer diferente e possibilitar que crianças negras e não negras conheçam a importância e a participação do povo negro na cultura brasileira, para além da condição de escravizado.

Ao longo de sua trajetória profissional e pessoal, as questões étnico-raciais permeiam suas pesquisas e práticas. Mãe de uma menina negra e casada com um homem negro, ela sente a necessidade de continuar lutando para que sua filha tenha um mundo com menos preconceito. Acreditar no fim do racismo pode parecer utopia, mas ter a certeza de que o empoderamento é o caminho é algo fundamental.

Auxilia na formação de professores da rede de Taquara-RS, oferece suporte pedagógico à Secretaria de Educação em relação às questões étnico-raciais e, acima de tudo, continua estudando e pesquisando, realizando cursos e pós-graduações em diversas áreas.

Ao ler e se apropriar de sua ancestralidade, Jenifer fortalece sua identidade e reconhece a educação como caminho de transformação. Para encerrar sua história, retomamos uma reflexão de Lázaro Ramos, utilizamos uma frase do ator, escritor e produtor negro contemporâneo Lázaro Ramos, em seu livro Na Minha Pele: “Seu lugar é onde você sonhar estar.” E assim, Jenifer seguirá inspirando e se deixando inspirar por figuras negras do passado e do presente, acreditando que podemos, devemos e precisamos ser resistência.



“SUA HISTÓRIA REVELA A FORÇA DE UMA MULHER QUE TRANSFORMOU SOFRIMENTO EM CONQUISTA E AMOR EM ALICERCE DE VIDA.”

JODILMA PEREIRA DOS SANTOS

Autora
Jodilce Pereira dos Santos

Falar sobre essa mulher é fortalecer as raízes de uma família humilde, batalhadora e resiliente, que representa a identidade de um povo forte que luta pela valorização da mulher brasileira. Mulher, irmã, mãe, amiga, conselheira, tia e esposa, ela é uma grande referência em minha vida. Saiu de sua cidade natal, Gandu, na Bahia, aos dezenove anos.

Filha de Wedite Maria Borges (in memoriam) e Lourival Pereira dos Santos (in memoriam), seus pais tiveram cinco filhos, sendo quatro mulheres e um homem. Ao ver a dificuldade da mãe para sustentar a família, conheceu uma família apresentada por sua tia Clotilde, que a levou para o estado de Goiás.
Segundo seu relato, essa família tinha um grau de parentesco, ainda que distante, com a tia. O objetivo era viajar, se estruturar financeiramente e retornar para proporcionar uma vida melhor à mãe, que enfrentava grandes sofrimentos.

Ao chegar a Goiás, ainda muito jovem, percebeu que a realidade fora de sua terra natal era bem diferente. Compreendeu que o mundo era duro e que muitos de seus sonhos eram ilusões da juventude. Teve que aprender no sofrimento, longe da família, a lidar com dificuldades e desafios.

Sem casa para morar, sem experiência e distante do seio familiar, precisou procurar trabalho. Um dos primeiros foi na “capina de algodão”, retirando com enxada o mato que crescia entre os pés de algodão. Como boia-fria, saía às cinco da manhã e retornava apenas às cinco da tarde.

Teve seu primeiro relacionamento, que durou menos de um ano, mas do qual nasceu sua filha primogênita, Lorena. A relação não se manteve, e foi necessário buscar outro lugar para viver e continuar trabalhando. Mesmo grávida, permaneceu na capina até o nascimento da filha, seguindo de cabeça erguida, pois não tinha a quem recorrer.

Conseguiu depois um emprego em uma empresa de tecelagem, onde conheceu uma mulher que acolheu a ela e à criança. Dessa convivência, conheceu o irmão dessa mulher, que mais tarde seria o pai de sua segunda filha, Camila. Ajudava nas despesas da casa e seguia firme em seu sonho de ter a casa própria, enriquecer e retornar para ajudar a mãe.

Na tentativa de alcançar seus objetivos, manteve esse relacionamento por quatro anos, mas o companheiro passou a beber e tornou-se alcoólatra.

Diante disso, lutou e conseguiu retornar à Bahia, indo para Salvador. O que não imaginava era que voltava com duas filhas pequenas e grávida do terceiro filho, José Henrique. Retornou para a casa da mãe, onde permaneceu até o nascimento do menino.

Em Salvador, conheceu Ailton, com quem se casou e vive até hoje. Após o nascimento de José Henrique, começou a trabalhar em uma empresa, fez economias, recebeu ajuda da irmã e conseguiu construir uma casa sobre a laje da residência da mãe, utilizando também seus direitos trabalhistas.

Segundo seu testemunho, Deus lhe proporcionou um lar, onde seguiu a vida ao lado de Ailton. Dois anos depois, engravidou novamente e nasceu Ailton Júnior, conhecido como Nino. Com o passar dos anos, conquistou a segunda casa e, vinte e cinco anos depois, retornou à cidade onde havia vivido parte de sua juventude e onde nasceram alguns de seus filhos.

Hoje, em busca de tranquilidade, vive na mesma cidade onde, ainda jovem e inexperiente, enfrentou grandes batalhas pela sobrevivência. Relata que, em seu retorno, Deus lhe concedeu condições de construir a terceira casa em apenas quarenta dias.

Em conversa, afirmou: “Foi com muita luta, muito trabalho, tudo do suor do rosto. Nada foi com dinheiro ilícito, nada foi com vida fácil. Foi tudo com muita dignidade o que ocorreu até o dia de hoje.” (Santos, 2024).

Após retornar à Bahia, reencontrou a irmã, que havia saído de casa aos quatorze anos para viver em Itabuna. Depois de muitos anos, aconteceu o reencontro, e a irmã contou todos os esforços feitos para localizá-la. Chegou a escrever para o Programa do Ratinho, divulgando sua foto na tentativa de encontrá-la.

Trabalhando como recepcionista de ônibus, a irmã mobilizou colegas e viajantes, que se sensibilizaram com a história e ajudaram a juntar dinheiro para enviar à mãe, para que fosse comprada a passagem de volta. A moeda da época era o cruzado.

Cheia de esperança, essa irmã viajou para Simões Filho, comprou uma casa para que a família tivesse onde morar e voltou a Itabuna para continuar trabalhando.

No entanto, essa casa nunca chegou a ser habitada por quem era esperado. A irmã mais velha (in memoriam) e o irmão foram os que passaram a viver ali. Ela permaneceu na casa construída sobre a laje da mãe e cuidou dos pais até a morte, com amor, afinco e dedicação.

Essa história me representa e é referência em minha vida. Minha trajetória também foi marcada por lutas, batalhas e desafios. Casei cedo, mudei de cidade aos quatorze anos, consegui trabalho e investi nos estudos, acreditando que a educação é a porta para todas as conquistas. Enfrentar um casamento tão jovem, longe da família, não era para qualquer pessoa.

A sociedade da época era conservadora, e namorar significava casar. Tendo Deus como alicerce, com resiliência e perseverança, conquistei minhas metas e alcancei, pela graça divina, tudo o que tenho hoje. Pude ajudar minha irmã a cuidar de nossos pais, mesmo à distância, e recebi a bênção de manter sua presença em minha vida até hoje.

FORMAÇÃO ACADÊMICA E ATUAÇÃO

Magistério pelo Colégio Polivalente de Itabuna (1992).
Atuo na rede municipal da cidade de Santa Cruz Cabrália, no extremo sul da Bahia, desde 1998.
Professora de História na Escola Municipal Victurino da Purificação Figueirêdo.
Bacharel em Administração Geral pelas Faculdades do Descobrimento – FACDESCO (2006).
Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Ciências Educacionais – FACE (2007).
Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pela Faculdade do Noroeste de Minas – FINOM (2010).
Licenciada em Ciências Sociais (Primeira Licenciatura) pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (2015).
Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais – Mestrado Profissional (PPGER) da Universidade Federal do Sul da Bahia (2019).

JULIANA GOMES DA SILVA

Autora

Marta Maria de Andrade Gomes



Juliana Andrade, 34 anos, é mulher negra, militar da Aeronáutica e profissional da área de Administração Pública, trajetória que traduz não apenas uma escolha profissional, mas um compromisso de vida. Nascida em 17 de agosto de 1991, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense (RJ), foi criada entre o Morro do Engenho da Rainha e a região do Chapadão/Barros Filho, territórios periféricos da cidade do Rio de Janeiro que marcaram sua infância e adolescência.
Filha de uma mulher negra, mãe solo, que atuou por 33 anos na administração pública, Juliana reconhece na trajetória materna a base de sua formação ética, profissional e política. Desde cedo compreendeu o valor do estudo como instrumento de mobilidade social e, principalmente, como ferramenta de transformação coletiva. Autodeclarada mulher negra de origem periférica, entende sua presença nos espaços que ocupa como resultado de esforço individual, mas também como parte de uma luta histórica por acesso e permanência da população negra em posições de decisão.

Aos 17 anos iniciou sua vida profissional como jovem aprendiz na CEDAE-RJ, onde atuou na área administrativa durante seu curso técnico em Administração. O estágio, previsto inicialmente para seis meses, foi prorrogado pelo bom desempenho. Paralelamente, preparava-se para concursos militares, motivada pelo desejo de estabilidade e pela identificação com a área pública.

Em 2010 foi aprovada no concurso para Sargento Especialista da Aeronáutica e, no ano seguinte, formou-se em Administração Pública pela Escola de Especialistas da Força Aérea Brasileira. Em seguida, foi transferida para Brasília, onde atuou por dois anos no Projeto Aeronave de Combate, desempenhando funções administrativas em um ambiente predominantemente ocupado por oficiais e coordenadores de alto escalão.

“SUA HISTÓRIA REVELA QUE OCUPAR ESPAÇOS DE PODER TAMBÉM É UM ATO DE RESPONSABILIDADE COM A COMUNIDADE E DE LUTA POR JUSTIÇA RACIAL.”

De volta ao Rio de Janeiro, permaneceu na área administrativa da Aeronáutica, consolidando uma carreira que, segundo ela, “nunca se afastou de sua área de formação”. Para Juliana, a Administração Pública não é apenas uma profissão, mas uma vocação, algo que “a vida a direcionou a fazer”.

Com o amadurecimento, despertou também o desejo pela formação acadêmica. Graduou-se em Administração pela Universidade Estácio de Sá em 2022 e segue estudando para concursos públicos, aprofundando-se na área que considera sua verdadeira especialidade. Paralelamente, vem se qualificando como perita financeira na área de assistência técnica financeira e extrajudicial, ampliando sua atuação para além do serviço militar.

Juliana se orgulha de ser, atualmente, a única mulher negra em sua repartição. Entre suas maiores conquistas, destaca não apenas títulos e cargos, mas “o ser humano que se tornou”. Para ela, o conhecimento só faz sentido quando retorna à comunidade. Esse compromisso se materializou em 2022, quando atuou como orientadora e ministrou aulas de Contabilidade Pública e Teoria Geral da Administração em curso preparatório para concursos. Ver antigos alunos aprovados e hoje atuando como colegas de trabalho foi, segundo ela, uma de suas maiores realizações pessoais.

Juliana defende uma concepção de comunidade baseada na coletividade e na responsabilidade racial. Acredita que a ascensão de pessoas negras não pode se desconectar de suas origens e que “olhar para trás e puxar os seus” é parte essencial do sucesso. Para ela, conhecimento é ferramenta de libertação e deve ser compartilhado.

Inspirada na trajetória de sua mãe e em autoras como Lélia Gonzalez, problematiza o lugar historicamente imposto à mulher negra na sociedade brasileira. Reconhece que, mesmo diante de conquistas profissionais, a mulher negra segue sendo cobrada a ser sempre a mais forte, a mais competente e a mais resistente, sem que sua humanidade plena seja reconhecida.

Seu projeto de futuro envolve continuar estudando, ocupar espaços de poder e atuar como agente pública comprometida com a população em situação de vulnerabilidade, especialmente pessoas em situação de rua, população encarcerada e demais grupos excluídos.

Juliana sonha com uma Administração Pública mais justa, ética e comprometida com quem historicamente foi deixado à margem.

Sua trajetória é, antes de tudo, a história de uma mulher negra que transformou origem, estudo e consciência racial em compromisso com o coletivo, fazendo de sua própria vida um instrumento de abertura de caminhos para outros.

LISBETH ANANSE

Autora
Andréia dos Santos Barbosa



“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.” Angela Davis
“Sou uma Mulher Negra.” Quanto legado carrega essa descoberta? Quantas vieram antes de nós, construindo pontes para que pudéssemos trilhar nossos caminhos e contar nossas histórias sob outras perspectivas, sabendo de onde falamos, de onde viemos e quanta luta foi necessária para que pudéssemos (r)existir.

Lisbeth Ananse é educadora antirracista, escritora, formadora, contadora de histórias das Áfricas e diásporas, pesquisadora da cultura popular e batuqueira. Como ocorre com muitas meninas e mulheres no Brasil, para Lisbeth o processo de redescoberta e conexão com sua identidade se deu já na fase adulta. Após 28 anos, percebeu que já não cabia mais nos estereótipos raciais e culturais aos quais havia sido submetida até então. Muitos foram os desafios emocionais, sociais e estéticos para que pudesse responder à pergunta: Mulher Negra, eu? E foi assim, reinventando-se e ressignificando sua própria história, que nasceu Lisbeth, a semeadora de histórias e sonhos ancestrais.

Para trilhar esse caminho, muito estudo, pesquisa e encontros foram necessários, até que seus interesses por educação antirracista, cultura popular, literatura afrocentrada, musicalidade e direitos humanos convergissem como @baudeananse.

Ao resgatar suas memórias de infância nas escolas por onde passou, assume a responsabilidade de contar aos meninos e meninas histórias que, por muito tempo, foram silenciadas. Sabendo que o letramento racial precisa fazer parte das discussões no chão da escola e que histórias afrocentradas devem chegar às salas de aula desde cedo, para garantir que nenhuma criança se sinta adversa ao espaço educativo, Lisbeth passou a compartilhar suas narrativas com educadores em formações. Desse modo, pôde compartilhar saberes da cultura popular, seus textos e suas experiências enquanto mulher negra. Gradativamente, começou a perceber que havia convivido com as diferentes nuances do racismo nos espaços escolares a vida toda, inclusive agora, enquanto educadora preta.

Em busca de nossas memórias coletivas, Lisbeth direcionou suas pesquisas para a cultura popular e suas diversas manifestações nas periferias de São Paulo. A cultura popular é fonte inesgotável de conhecimento. Segundo Nêgo Bispo, aprendemos de verdade quando o saber não é mercadoria. Quando é com mestres e mestras, eles não cobram; ensinam para manter o conhecimento vivo. Quando você compartilha o saber, ele só cresce. É como as águas que confluenciam: quando um rio encontra outro rio, ele não deixa de ser rio, ele passa a ser um rio maior. Foi assim que Lisbeth se deu conta da riqueza dos encontros, do aprender por meio da convivência, sendo acolhida e sentindo-se pertencente aos espaços que ocupa.

Dentre muitos encontros, conheceu a Cia Porto de Luanda e passou a integrar o Bloco Afro Expresso Baianista. A partir daí, imersa nesse universo e com a generosidade de mestres e mestras da cultura popular paulista, foi se empoderando, ampliando seu repertório, descobrindo-se nos batuques, nas festas populares e compartilhando seus aprendizados a cada história contada e a cada novo encontro.

Lisbeth segue fazendo a diferença nos espaços que ocupa. A cada olhar de encantamento de uma criança, ao som da alfaia no maracatu, nos contos e nas contações. Resistir, seja na educação, na cultura popular ou na arte, é transcender barreiras antes intransponíveis; é caminhar em consonância com os saberes ancestrais e com as utopias de um futuro multicultural. Que bom saber que, nessa luta, não estamos sós.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DE ELIZABETE

Elizabete Teixeira de Souza é educadora antirracista, escritora, formadora, contadora de histórias das Áfricas e diásporas, pesquisadora da cultura popular e batuqueira. Desenvolve os projetos @baudeananse e integra o Bloco Afro Expresso Baianista (@expressobaianista).

LUANDA MARTINS CAMPOS



Autora
Sherlene Regea Araújo Farias

Luanda Martins Campos nasceu em São Luís do Maranhão, em 11 de outubro de 1981, em uma família quilombola vinda do interior do estado. Foi na família materna, composta por descendentes dos quilombos do Damásio (em Guimarães) e São Sebastião (em Central do Maranhão), que constituiu sua identidade como mulher negra quilombola na urbanidade de São Luís. É militante do movimento negro no Maranhão desde os 21 anos, atuando inicialmente no Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON) e, posteriormente, no Movimento Hip Hop Quilombo Urbano, onde permanece ativa até hoje.

Sua formação acadêmica entrelaça-se com sua militância e identidade. Graduada em Pedagogia em 2005, Luanda sempre pesquisou a oralidade de base africana como metodologia educativa ancestral, tendo como inspiração as conversas com sua avó materna, Bá, e as memórias de sua família.

Atualmente, é doutoranda em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes (PPGHIS/UFMA) e mestra em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB/UFMA). Possui especializações em Política de Igualdade Racial no Ambiente Escolar (UFMA), Psicologia da Aprendizagem (UEMA), Docência do Ensino Superior (Uniasselvi) e Gestão e Supervisão Escolar (Faculdade Santa Fé). É professora dos anos iniciais da Rede Municipal de Educação de São Luís/MA, integrante do Grupo de Estudo, Pesquisa e Investigações Afro-brasileiras (GIPEAB/UFMA) e integrante do AFRO — Núcleo de Pesquisa, Formação e Difusão sobre a Temática Racial do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Suas pesquisas concentram-se na área da educação para as relações étnico-raciais, ensino de história e cultura afro-brasileira e africana para crianças, oralidade de base africana e formação docente.

Entre 2021 e 2023, atuou como professora substituta na Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (LIESAFRO/UFMA), lecionando disciplinas pedagógicas com um currículo afrorreferenciado. No campo literário, lançou seu primeiro livro infantil em 2022, intitulado Na casa da vó Bá. Nos anos seguintes, publicou No balanço da Kyanda, na pungada da coreira (2023) e Ayana e as flores de herança (2024). Luanda caracteriza sua escrita como Literatura Negra para as Infâncias e realiza produções independentes, priorizando a parceria com mulheres negras nas ilustrações.

Desde 2017, atua como contadora de Histórias Pretas, levando para escolas, quilombos, terreiros e praças do Maranhão narrativas africanas e afro-brasileiras, acompanhadas de canções, instrumentos musicais e bonecas negras de produção própria. É também voluntária do Projeto de Extensão “Identidade e Pertencimento”, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) — Campus Itapecuru-Mirim, desde sua criação em 2017. Nesse projeto, atua em contações de histórias para crianças quilombolas e na formação de profissionais da educação do município, por meio de oficinas construídas em diálogo com as demandas das comunidades locais.

Em 2025, recebeu Menção Honrosa no “Prêmio Luiz Alves Ferreira – Luizão, de Promoção à Diversidade e Combate à Discriminação”, em reconhecimento à sua parceria nas ações do Comitê da Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Visão de Mundo
Sou uma mulher negra, mãe, professora e moradora da periferia de São Luís. Minha infância permanece viva em minha memória e define quem sou. O que realizo hoje, como mulher e militante, é fruto da formação no seio de uma família quilombola que preserva estratégias ancestrais para a manutenção de sua história. Fui criada por minha avó, e isso faz toda a diferença. O afeto, transmitido através das histórias e práticas culturais de seu tempo e território, de seu modo de falar e de compreender as modernidades, constitui o traço que me trouxe até aqui e me reconecta a um passado que não vivi, mas que reverencio profundamente.

Nesse sentido, compreendo que minha função política como educadora, militante e escritora de literatura para as infâncias reside no olhar crítico e emancipador que imprimo sobre minha produção. Entendo a tradição oral de base africana como uma epistemologia ancestral, pois ela apresenta conceitos e práticas educativas capazes de manter viva a memória coletiva. Não por acaso, o gatilho para o início de meus estudos sobre a oralidade partiu das conversas com minha avó Bá, quando ela relembrava suas brincadeiras de infância. Eu a questionava sobre como conseguia recordar tantos detalhes, e ela me respondia apenas com o sorriso de quem não precisava de palavras para explicar.

Amadou Hampâté Bâ conseguiu me dar a resposta que eu buscava, permitindo-me, enfim, interpretar aquele sorriso leve de lembrança: precisamos não apenas ver e ouvir, mas sentir as histórias e experimentar os ambientes, para que cheiros, cores, vozes e sabores fiquem cravados em nossa memória e em nosso corpo. Acredito que o processo de reparação ao povo negro deve, necessariamente, perpassar pelo respeito às infâncias e às ancianidades, tomando a memória como o elo essencial de religação com as identidades que foram marginalizadas pelo racismo.

Projeto Estético-Ideológico: Literatura Afro-brasileira
A literatura brasileira carrega uma enorme responsabilidade no processo de reparação histórica ao povo negro e no combate ao racismo, visto que surge, em suas origens, com propósitos racializadores. Por isso, defendo uma escrita negra engajada e de reverência às memórias africanas e afro-brasileiras, especialmente às memórias quilombolas. Caracterizo minha produção literária como Literatura Negra para as Infâncias, fundamentada no conceito de Cuti sobre a escrita emancipadora: aquela que denuncia ao mesmo tempo que afaga e afeta as subjetividades em um diálogo transgressor. Esta literatura, ao reverberar nas infâncias, garante a atenção e o cuidado necessários para a manutenção de nossa história. Como a tradição Bantu nos ensina: “cada criança é um sol para sua comunidade e todos são responsáveis por ela”.

Papel da Literatura e da Arte
Dividir a escrita acadêmica com a escrita literária para as infâncias é uma estratégia de luta que compreende e valoriza o lugar histórico de cada pessoa negra, da infância à ancianidade. Acredito que nossa função na literatura deve ser política, mas também afetuosa; deve denunciar, mas também acalentar nossas memórias. Por isso, escrevo o que sinto e o que carrego na memória constituída coletivamente com "carinho de vó", encontrando, assim, outras infâncias de ontem e de hoje que precisam ser abraçadas e encantadas por sua própria história.

Avaliação da Implementação da Lei 10.639/03
A qualidade da educação básica perpassa, obrigatoriamente, pelo debate racial. Ainda há muito a ser alcançado, visto que as desigualdades permanecem como base da sociedade brasileira. Contudo, temos observado, a partir da segunda década da Lei 10.639/2003, respostas satisfatórias à sua implementação. Destacam-se o aumento de pesquisas no campo da educação e da literatura e a criação de cursos de graduação, pós-graduação e aperfeiçoamento. No Maranhão, exemplificam esse avanço a Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos (LIESAFRO/UFMA), criada em 2015, e o Programa de Formação Docente para a Diversidade Étnica (PROETNOS/UEMA), criado em 2016. Além disso, há uma crescente valorização de editoras especializadas e de autores e autoras independentes.

Assim, apesar dos embates e ataques à nossa emancipação como povo negro brasileiro, considero que temos uma avaliação positiva nesta segunda década da Lei, embora ainda haja muito a trilhar e defender para que nossos territórios físicos e subjetivos permaneçam vivos e livres.

Participação no Movimento Hip Hop Quilombo Urbano

Iniciei minha militância no hip hop maranhense em 2006, ano da 1ª Marcha da Periferia. Essa marcha foi idealizada com o intuito de pôr fim aos conflitos internos na periferia de São Luís. A cidade passava a acompanhar, todo mês de novembro, em suas principais ruas do centro, jovens de bairros rivais segurando a mesma faixa, produzida por eles através da arte do grafite. Zumbi dos Palmares, símbolo de unidade e mobilização para a emancipação, estampava camisetas, assim como fotos e frases de Malcolm X, Angela Davis e Preta Anastácia, entre outras referências.

Ingressei no movimento através do Núcleo de Mulheres Preta Anastácia, que tem a função de manter as mulheres unidas no hip hop e, simultaneamente, avaliar e interpor-se às ações machistas dentro do movimento. Foi nas rodas de conversa e nos grupos de estudo que surgiram as primeiras letras de rap que, unindo-se à minha experiência anterior, possibilitaram-me contribuir com ações educativas. Uma dessas iniciativas foi o projeto Yabás da Perifa, no qual, em cada edição, visitávamos um bairro periférico para dialogar com mulheres sobre temas relacionados às características das Yabás.

Para compreender como o movimento construiu essa identidade política, é preciso conhecer sua história. O Movimento Hip Hop Quilombo Urbano é uma organização política e artística surgida em 1992, em São Luís. Seu nascimento ocorreu em conjunto com as mobilizações da classe trabalhadora, por meio de sindicatos, partidos e movimentos sociais.

Em um período de crescimento populacional causado pela expropriação territorial no interior do estado (especialmente de quilombos) e pela implementação de grandes empreendimentos na capital, intensificou-se o processo de "periferização da Grande Ilha", como afirma o professor Rosenverck Santos, militante do Quilombo Urbano e pesquisador do hip hop como experiência de educação popular.

Um marco para a criação do movimento foi a aproximação com o saudoso Magno Cruz, representante do Sindicato dos Urbanitários e militante fundador do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA). Foi ele quem levantou questionamentos sobre a função política do hip hop e sua contribuição histórica na mobilização da juventude negra. A prática artística do movimento reproduz o discurso político socialista em defesa dos territórios e na unidade de luta com a classe trabalhadora, garantindo que, a cada geração, o propósito político seja renovado.

Produção Editorial Independente

Ser uma escritora negra que aborda elementos de sua negritude ainda não é uma tarefa fácil, especialmente estando distante dos grandes centros editoriais do país. Contudo, assim como adequamos nossa prática militante a cada geração, encontrei na autopublicação uma alternativa para transpor as discussões acadêmicas para o público geral, utilizando uma linguagem popular que atenda, especialmente, às infâncias.

Escrever de forma independente significa responsabilizar-se por todo o processo editorial, da leitura crítica à comercialização. Um ponto crucial dessa prática é o cuidado com a qualidade do conteúdo, para não reforçar estereótipos. Meu texto literário é voltado para as infâncias e aborda temas de meus estudos acadêmicos; mesmo assim, submeto-o à revisão de pares engajados na causa.

As plataformas de autopublicação são facilitadoras para quem não possui fundos para lotes em editoras tradicionais. Através da impressão sob demanda, é possível definir a quantidade de exemplares de acordo com o orçamento ou realizar a venda direta entre comprador e gráfica.

Embora existam desvantagens, como o custo unitário mais alto e limitações de acabamento, a autopublicação permite que memórias e ideias circulem pelo mundo, diversificando os temas literários e fazendo emergir identidades antes marginalizadas dos circuitos culturais.

A respeito da opção por ilustradoras negras

Busco demarcar minha escrita como algo "feito por mãos negras maranhenses". No primeiro livro, Na casa da vó Bá, como ainda estava conhecendo o processo de autopublicação, terceirizei todas as etapas, inclusive a ilustração. A partir do segundo, arrisquei-me a administrar o processo, contando com mulheres negras maranhenses tanto na revisão quanto na ilustração — uma parceria que tem sido muito bem-sucedida. São mulheres que também vêm do hip hop e aliam os elementos desse movimento às suas práticas profissionais.

Claudimar Durans — professora das áreas de Letras e História, pesquisadora do hip hop e uma das primeiras integrantes do Núcleo de Mulheres Preta Anastácia — é quem realiza a leitura crítica e a revisão dos meus textos. Habynikawa Adriana — psicóloga e filósofa de formação, mas grafiteira por vocação — é a responsável pelas ilustrações dos livros No balanço da Kyanda, na pungada da coreira e Ayana e as flores de herança. Assim, considero que este seja um processo artesanal, em respeito às mãos que o constroem.

Depoimento concedido a Wellington Marçal de Carvalho. São Luís, junho de 2025.

PUBLICAÇÕES

Obra Individual (Literatura Infantil)

CAMPOS, Luanda Martins. Na casa da vó Bá. São Luís: Edição da Autora, 2022.

CAMPOS, Luanda Martins. No balanço da Kyanda, na pungada da coreira. Ilustrações de Habynikawa Adriana. São Luís: Edição da Autora, 2023.

CAMPOS, Luanda Martins. Ayana e as flores de herança. Ilustrações de Habynikawa Adriana. São Luís: Edição da Autora, 2024.

Antologias

CAMPOS, Luanda Martins. Aiwê! Aiwê!. In: CANDA, João (org.). Coletânea de contos africanos: práticas de um processo criativo. 1. Ed. São Paulo: Literáfrica, 2020. v. 1, p. 51-59.

CAMPOS, Luanda Martins et al. (Re)Existências: historicidade e militância: Monumento à diáspora africana no Maranhão. 1. Ed. São Paulo: Quereres Edições, 2023.

Não ficção (artigos e Dissertação)

CAMPOS, Luanda Martins. Seguindo os passos dos griôs: a oralidade como instrumento metodológico para o ensino da História e cultura afro-brasileira e africana para crianças na Unidade de Educação Básica Tancredo Neves — ISEMA. 2021. 115 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Ensino da Educação Básica) — Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021. Disponível no Repositório da Universidade Federal do Maranhão. Acesso em: 22 fev. 2026.

CAMPOS, Luanda Martins. Raça, território e formação docente: dilemas no atendimento à primeira infância. Nexo Jornal, [S. l.], 10 fev. 2025. Disponível em: A literatura brasileira carrega uma enorme responsabilidade no processo de reparação histórica ao povo ne. Acesso em: 22 fev. 2026.

CAMPOS, Luanda Martins; MOTA, Kellyni Fernanda. Bonecas negras na escola: do estereótipo de assombração a práticas emancipatórias. Nexo Jornal, [S. l.], 2 jun. 2023. Disponível em: A literatura brasileira carrega uma enorme responsabilidade no processo de reparação histórica ao povo ne. Acesso em: 22 fev. 2026.

CAMPOS, Luanda Martins. África e tradição oral: contribuições teórico-metodológicas para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica. Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, São Luís, v. 3, n. 5, 2020. Disponível em: A literatura brasileira carrega uma enorme responsabilidade no processo de reparação histórica ao povo ne**. Acesso em: 22 fev. 2026.**

Capítulos de Livros

CAMPOS, Luanda Martins. Infância, ancestralidade e individualidade negra: diálogo para uma educação antirracista. In: ABUD, Cristiane de Castro Ramos (org.). Diversidade cultural e diferenças na escola. 1. ed. Santa Maria: Arco Editores, 2022. v. 1, p. 41-57.

CAMPOS, Luanda Martins et al. História e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula: estado da arte das dissertações da região Nordeste no período de 2016 a 2018. In: OGUNBIYI, Adomair O. et al (org.). Negritude em movimento: (re)construindo percursos de luta e resistência. 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2022. p. 249-271.

RECURSOS E CRÍTICA

- Aquiles Emir: Escritora maranhense reconhece escrita para vencer as amarras do racismo.
- Afeto e Memórias: Podcast Resenha – Episódio sobre o livro "Na casa da vó Bá".

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Luanda Martins. África e tradição oral: contribuições teórico-metodológicas para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica. Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, São Luís, v. 3, n. 5, 2020. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/19611. Acesso em: 22 fev. 2026.

CAMPOS, Luanda Martins. Aiwê! Aiwê!. In: CANDA, João (org.). Coletânea de contos africanos: práticas de um processo criativo. 1. ed. São Paulo: Literáfrica, 2020. v. 1, p. 51-59.

CAMPOS, Luanda Martins. Ayana e as flores de herança. Ilustrações de Habynikawa Adriana. São Luís: Edição da Autora, 2024.

CAMPOS, Luanda Martins. Contação de histórias e Lives. [S. l.]: YouTube, [202-]. Disponível em: https://www.youtube.com. Acesso em: 22 fev. 2026.

CAMPOS, Luanda Martins. Infância, ancestralidade e individualidade negra: diálogo para uma educação antirracista. In: ABUD, Cristiane de Castro Ramos (org.). Diversidade cultural e diferenças na escola. 1. ed. Santa Maria: Arco Editores, 2022. v. 1, p. 41-57.

CAMPOS, Luanda Martins. Minicurso: Oralidade de base africana. Itapecuru-Mirim: YouTube IFMA Campus Itapecuru-Mirim, [202-]. Disponível em: https://www.youtube.com. Acesso em: 22 fev. 2026.

CAMPOS, Luanda Martins. Na casa da vó Bá. São Luís: Edição da Autora, 2022.

CAMPOS, Luanda Martins. No balanço da Kyanda, na pungada da coreira. Ilustrações de Habynikawa Adriana. São Luís: Edição da Autora, 2023.

CAMPOS, Luanda Martins. Raça, território e formação docente: dilemas no atendimento à primeira infância. Nexo Jornal, [S. l.], 10 fev. 2025. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2025/02/10/raca-territorio-e-formacao-docente-dilemas-no-atendimento-a-primeira-infancia. Acesso em: 22 fev. 2026.

CAMPOS, Luanda Martins. Seguindo os passos dos griôs: a oralidade como instrumento metodológico para o ensino da História e cultura afro-brasileira e africana para crianças na Unidade de Educação Básica (UEB) Tancredo Neves – ISEMA. 2021. 115 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Ensino da Educação Básica) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021. Disponível em: https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/3820. Acesso em: 22 fev. 2026.

CAMPOS, Luanda Martins; MOTA, Kellyni Fernanda. Bonecas negras na escola: do estereótipo de assombração a práticas emancipatórias. Nexo Jornal, [S. l.], 2 jun. 2023. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2023/06/02/bonecas-negras-na-escola-do-estereotipo-de-assombracao-a-praticas-emancipatorias. Acesso em: 22 fev. 2026.

CAMPOS, Luanda Martins et al. (Re)Existências: historicidade e militância: Monumento à diáspora africana no Maranhão. 1. ed. São Paulo: Quereres Edições, 2023.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. E-book. Disponível em: https://piape.prograd.ufsc.br/files/2020/07/Angela-Davis-Mulheres-ra%C3%A7a-e-classe-Boitempo.pdf. Acesso em: 28 jan. 2026.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/bell_hooks_-_Ensinando_a_Transgredir_1.pdf. Acesso em: 28 jan. 2026.

HOOKS, Bell. Olhares negros: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2020. Disponível em: https://cpdel.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/10/bell-hooks-Olhares-Negros.pdf. Acesso em: 28 jan. 2026.
MARANHÃO. Tribunal de Justiça. Menção Honrosa "Prêmio Luiz Alves Ferreira – Luizão" de Promoção à Diversidade e Combate à Discriminação. São Luís: Comitê da Diversidade, 2025.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/43520006/Necropol%C3%ADtica_livro_Achile_Mbembe. Acesso em: 2 fev. 2026.
MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016. Disponível em: https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf. Acesso em: 2 fev. 2026.

MENEZES, Leandra Luiza Gomes de et al. Reflexões acerca das representações étnico-raciais da infância no contexto da obra literária Na casa da vó Bá. In: III WORKSHOP GEPEID. São Luís: Cidade Universitária, 2024. Disponível em: https://grcmlesydpcd.objectstorage.sa-saopaulo-1.oci.customer-oci.com/p/OQwcvnO-c63O08Gc2Kv4OTbJttj5ik60dguiDIyyQ0wuo5SWn-jHOLW9wNbylNqI/n/grcmlesydpcd/b/dtysppobjmntbkp01/o/media/doity/submissoes/artigo-d8f402a1d8431aca316960336a27340a5f3f7b11-segundo_arquivo.pdf. Acesso em: 22 fev. 2026.

OGUNBIYI, Adomair O. et al (org.). Negritude em movimento: (re)construindo percursos de luta e resistência. 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2022.

PODCAST TÔ DIZENDO. Entrevista com Luanda Martins Campos. São Luís: Portal Imirante, [202-].

PROGRAMA TODA MULHER. Entrevista com Luanda Martins Campos. São Luís: TV Assembleia, [202-].

SALA DE ENTREVISTA. Entrevista com Luanda Martins Campos. São Luís: TV UFMA, [202-].

VIANA, Joselma Santos. Tira, põe, deixa ficar, guerreiros com guerreiros fazem zigue-zigue-zá: a literatura afro-brasileira na educação infantil iremos divulgar. Revista Multidebates, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 85-94, 2024. Disponível em: SALA DE ENTREVISTA. Entrevista com Luanda Martins Campos. São Luís: TV UFMA, [202-].

VIANA, Joselma Santos. Tira, põe, deixa ficar, guerreiros com guerreiros fazem zigue-zigue-zá: a literatura afro-brasileira na educação infantil iremos divulgar. Revista Multidebates, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 85-94, 2024. Disponível em: CAMPOS, Luanda Martins. África e tradição oral: contribuições teórico-metodológicas para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica. Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, São Luís, v. 3, n. 5, 2020. Disponível em: A literatura brasileira carrega uma enorme responsabilidade no processo de reparação histórica ao povo ne. Acesso em: 22 fev. 2026.



“SUA TRAJETÓRIA É EXEMPLO DE RESILIÊNCIA, CUIDADO E COMPROMISSO COM A COMUNIDADE.”

MARIA BERNADETE DE OLIVEIRA

Autor
Alison Azevedo da Silva

Nascida em Bocaiúva, no interior de Minas Gerais, Bernadete enfrentou dificuldades desde a infância. Fruto de um ambiente desafiador, foi separada dos pais ainda muito jovem para estudar em uma vila próxima, vivenciando a dor da solidão e a angústia de estar entre estranhos. O tempo parecia se arrastar enquanto ela chorava, ansiando por voltar para casa. No entanto, essas adversidades não a quebraram; ao contrário, moldaram a resiliência e a força que se tornariam suas marcas registradas.

Aos 17 anos, em 1977, Bernadete mudou-se para São Paulo em busca de oportunidades que sua cidade natal não podia oferecer. Em 1978, iniciou sua trajetória profissional como recepcionista em um restaurante típico baiano chamado Buffet Maria Fulô. Esse foi o primeiro passo em uma jornada cheia de reviravoltas.

Depois de um tempo, decidiu deixar o restaurante e ingressar no mundo das vendas, trabalhando em uma loja de departamentos chamada Supermercado Morita. Lá, aprendeu a arte de vender, aperfeiçoando suas habilidades durante um ano. Em seguida, mudou-se para a zona norte da cidade, onde começou a trabalhar na manufatura de brinquedos Estrela. No entanto, o forte cheiro de tinta no local provocou uma alergia grave, forçando-a a buscar outro emprego.

Determinada a seguir em frente, conseguiu um trabalho como balconista nas Lojas Marisa, mas rapidamente percebeu que a função não a satisfazia. Não querendo se limitar a fazer pacotes, ingressou na Ultralar, onde começou a estudar para melhorar sua qualificação. Fez estágio na Caixa Econômica Estadual e depois no Banco do Brasil, sempre em busca de crescimento e novas oportunidades. Eventualmente, encontrou uma posição na Clínica de Olhos Paulista.

Em 2008, Bernadete deu um passo crucial em sua carreira ao se formar técnica em Podologia pelo Senac. Essa formação foi um marco em sua vida, pois consolidou seu caminho na área de podologia, profissão na qual encontrou sua verdadeira vocação. Hoje, ela se destaca como uma profissional dedicada, atendendo com paixão e cuidado em uma periferia, onde enfrenta o desafio adicional da falta de conhecimento por parte dos clientes sobre a importância do cuidado com os pés. Mas essa dificuldade não a desanima; ela vê seu papel como fundamental para a conscientização e o bem-estar da comunidade.

A vida também trouxe desafios pessoais significativos. Após uma longa e dolorosa batalha contra o câncer, a irmã de Bernadete faleceu, deixando para trás duas filhas, Camila e Letícia. Bernadete, com seu coração generoso, assumiu a responsabilidade de cuidar das sobrinhas, que passaram a morar com ela. Embora a perda tenha sido devastadora, a chegada das meninas trouxe um novo sentido à sua vida. Ela sente imenso orgulho por ter criado Camila e Letícia, equilibrando as responsabilidades de mãe e profissional e sendo um exemplo de força e determinação para suas filhas.

Hoje, Bernadete atua em sua própria clínica de podologia na zona leste de São Paulo, um espaço que construiu com muito esforço e dedicação. Ao longo dos anos, conquistou uma base fiel de clientes que valorizam profundamente seu trabalho e a atenção cuidadosa que dedica a cada atendimento. Sua clínica tornou-se um ponto de referência na comunidade, não apenas pela qualidade dos serviços prestados, mas também pelo carinho e respeito com que trata cada cliente. Esse reconhecimento é fruto de sua trajetória perseverante e de seu compromisso com o bem-estar dos outros, solidificando sua posição como uma empreendedora de sucesso na área de podologia.

Recentemente, sua experiência foi reconhecida de maneira significativa: foi convidada a lecionar Higiene e Profilaxia em um curso superior de tecnologia da Universidade Anhanguera, onde agora compartilha seu conhecimento e experiência com novos profissionais. Sua trajetória é um testemunho vivo de superação e resiliência, refletindo os desafios e as conquistas de ser uma mulher negra no Brasil.

MARIA CÉLIA MALAQUIAS

Autora
Soraia André César



Os pais de Maria Célia Malaquias eram mineiros e moravam, juntamente com os filhos, em Minas Gerais. Ela passou a primeira infância em um vilarejo, onde seu pai tinha uma olaria, fábrica de tijolos e telhas. Foi uma infância rodeada de amigos, vizinhos e filhos de funcionários da olaria. Maria Célia é a primeira filha desse casal mineiro, que teve seis filhos. Os pais trabalhavam muito e, por meio do trabalho, conseguiram oferecer uma vida confortável a ela e aos irmãos mais velhos. Foi uma infância linda, com todos os brinquedos que desejava. Muito bem cuidada, bem-vestida, ela se sentia uma princesa.

Começou a ser alfabetizada em casa, pela mãe e por uma professora particular, contratada pelo pai para dar aulas também aos filhos dos funcionários da olaria. Aos seis anos, mudaram-se para a cidade, para que ela fosse matriculada na escola regular.

ELA CARREGA A FORÇA DOS PAIS COMO BASE PARA ENFRENTAR O RACISMO E SEGUIR REALIZANDO SONHOS.

A cidade onde moravam tinha dois clubes: um clube dos pretos e um clube dos brancos. Eram a única família negra que frequentava os dois clubes. Até os seus dez anos, eram vistos como uma família rica, de referência na cidade. No entanto, quando seu pai vendeu a olaria e passou a trabalhar como produtor rural, plantando arroz, feijão e milho, começou a ter prejuízos financeiros. Como pequeno produtor rural da época, ficava na dependência das condições climáticas e sofreu muitas perdas nas plantações.

Com isso, rapidamente foi perdendo todo o dinheiro ganho com o trabalho da olaria. A família empobreceu. Seu pai passou de empregador a empregado. A vida mudou muito. No início da adolescência, Maria Célia começou a trabalhar para ajudar nas despesas da casa.

A educação, no sentido dos estudos e de cursar uma faculdade, sempre foi um valor muito importante na família. Seus pais incentivavam muito. Viam na educação a possibilidade de uma vida melhor, mesmo com sacrifícios. Estudo e trabalho foram os principais legados que seus pais deixaram. Valores esses que, desde sempre, nortearam sua vida.

Ao concluir o ensino médio, na época chamado de colegial/normal, como em sua cidade não havia universidade, mudaram-se para São Paulo. A família do pai já morava na capital. Ela foi para São Paulo para trabalhar e estudar. Trabalhava durante o dia e estudava à noite. Terminou a faculdade e, junto com alguns colegas de turma, abriu seu primeiro consultório. Trabalhava em uma empresa e atendia pacientes à noite e aos sábados. Os colegas de consultório foram desistindo e logo ela ficou sozinha. Não foi fácil mantê-lo. O salário que recebia como assalariada ajudou muito a sustentar o consultório durante vários anos, até decidir sair da empresa e investir integralmente no trabalho no consultório e como professora.

Os cursos de especialização e o mestrado em Psicologia Social contribuíram muito para o desenvolvimento de sua vida profissional. Sua forma de ser, sem receio de aprender algo novo, muitas vezes aprendendo fazendo, possibilitou que ousasse, arriscasse — e sempre deu certo. Durante anos, o papel profissional ocupou um espaço maior em sua vida. Muito trabalho, até tarde da noite, fins de semana, uma semana emendada na outra. Muito cansaço, peso. Um preço muito alto para ter acesso a uma certa estabilidade.

Ela diz: “Não foi fácil, não deveria ser tão pesado para nós, negros. Mas ainda é. Não lamento, pelo contrário, constato essa realidade e sigo.”

Hoje, conseguiu diminuir significativamente a quantidade de trabalho para ter melhor qualidade de vida. Está aprendendo a usufruir momentos de não fazer nada. Para ela, tem sido uma experiência interessante e prazerosa. Mas diz persistir nesse aprendizado, necessário e justo.

Aprendeu que primeiro vem a obrigação e depois o prazer, e atualmente está gostando de inverter essa ordem.

Atua nas áreas da saúde e da educação: na saúde como psicóloga clínica; na educação, como professora.

Sente-se realizada como pessoa e como profissional. Tem uma família da qual sente orgulho. Guarda na memória afetiva seus pais como principais referências. Foram e continuam sendo, para sempre, os melhores pais que poderia ter. Foi recebida como bem-vinda. Sempre teve a certeza de que nunca estaria sozinha, com a confiança de que há pessoas que a amam.

Como mulher preta, diz saber o quanto essa vivência é fundante em sua vida. Ter essa referência sempre foi um facilitador para lidar com o racismo fora de casa e entender que o problema não é dela, mas do racista. Aprendeu com seus pais que seu lugar é onde ela quiser estar e que nunca deveria desistir dos seus sonhos.

Profissionalmente, sente-se realizada. Diz que: “Não foi fácil, como nunca é fácil para pessoas pretas, como eu, nesse país estruturado pelo racismo. Mas trago comigo a presença firme, afetiva e confiante dos meus pais, me dizendo de várias maneiras: Vá! Você consegue.”

Orgulha-se de sua escolha profissional, de ter conseguido sobreviver e, há alguns anos, viver da profissão. Orgulha-se de ter conquistado respeito e reconhecimento profissional e sente gratidão pela oportunidade de estar com pessoas diversas, em espaços diversos, podendo compartilhar o que conseguiu aprender. Tem prazer em ensinar pela riqueza do processo ensinar-aprender, contribuindo e tentando facilitar a caminhada de quem chegou depois dela.

“Assim como referencio e agradeço a minha ancestralidade, às mais velhas, aos mais velhos, a quem chegou antes e facilitou minha caminhada para chegar até aqui.”

Gosta de pessoas, busca cada vez mais estar com pessoas com as quais se identifica em termos de valores e princípios, escolhe estar com quem lhe faz bem e busca praticar o bem. Estar com pessoas que querem e buscam somar, e nunca dividir.

Acredita haver espaço para cada pessoa. Lealdade, honestidade e justiça são valores que precisam estar presentes e ser compartilhados em todas as relações, em todos os papéis e contrapapéis em que atua.

Maria Célia ficou muito grata pela oportunidade de revisitar parte de sua história e caminhada.

Nessa caminhada, nos encontramos. Fui fazer minha segunda graduação e escolhi Psicologia. A abordagem de intervenção em que escolhi atuar foi o Psicodrama e, durante a pós-graduação, era obrigatório fazer psicoterapia com alguém que atuasse nessa abordagem. Encontrei Maria Célia e passamos longos anos na relação psicóloga-paciente. Ela me ajudou a resolver muitas questões, inclusive esteve presente em um dos momentos mais difíceis da minha vida: a morte da minha mãe.

Nosso vínculo paciente-psicóloga foi encerrado em 2020. Iniciamos outro tipo de vínculo. Maria Célia coordena grupos de estudos de Psicodrama e Relações Étnico-Raciais. Faço parte do grupo número 2. As reuniões ocorrem no primeiro sábado de cada mês. Juntas, estudamos e refletimos sobre vários livros, tais como Psicologia Social do Racismo, Tornar-se Negro, Memórias da Plantação e, atualmente, estamos nos debruçando sobre o livro Negro Sou: história de Guerreiro Ramos, organizado por Muryatan Barbosa.

O grupo de estudos lançou, em 2023, o livro ETNODRAMA, no qual 20 mulheres escreveram capítulos, organizados por Maria Célia. Eu e uma amiga discorremos sobre envelhecimento, psicodrama e negritude. No Congresso Brasileiro de Psicodrama de 2024, realizado em Belo Horizonte, Maria Célia e eu ministramos um minicurso sobre relações raciais.

MARIA IRENICE DA SILVA SANTOS

Autora
Janaina de Moura Sampaio

Maria Irenice da Silva Santos, a doce e forte Nice, é a terceira filha dentre cinco irmãos. Nascida em 16 de setembro de 1985, na zona rural de Milagres/CE, ficou órfã de pai aos três anos de idade. Nice destaca a importância de sua mãe, dona Irene, uma mulher jovem que ficou viúva, na época com quatro filhas para criar, mas que nunca deixou nada faltar. Após a morte do pai, a família veio residir em Brejo Santo/CE, onde Nice permanece até os dias atuais.





FÉ
RAÍZES
ANCESTRALIDADE

Devido ao fato de sua mãe precisar sair para trabalhar, Nice e suas irmãs acabaram tendo muitas responsabilidades ainda na infância, que iam desde cuidar umas das outras até dividir as tarefas do lar. Isso não impediu que vivessem sua infância usando a imaginação, fazendo do pé da máquina de costura o carro de passeio e, das toalhas na cabeça, os longos cabelos que tanto desejavam ter.

Além das tarefas domésticas, para que sua mãe pudesse continuar trabalhando fora, Nice também tinha a missão de cuidar de seu irmão mais novo, fruto de um novo relacionamento de sua mãe. Walisson (in memoriam), com paralisia cerebral, apesar das limitações físicas, muito a ensinou, e Nice destaca que tinha prazer em cuidá-lo.

Rememorando sua juventude, um dos principais arrependimentos de Nice foi não concluir os estudos, mesmo quando pouco faltava para terminar o ensino médio. E o que estava por vir seria mais desafiador ainda!

Nice é auxiliar de serviços gerais, casada há vinte e dois anos com Edson, mãe de Stefany e de Ystella, com vinte e dezoito anos, respectivamente. Dentre as dores e amores da maternidade, o mais doloroso foi receber o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) da filha mais nova, quando ela tinha quatro anos. Ela relata que sua reação não foi muito diferente da de tantas famílias, pois veio a negação, o choro e o desespero.

Toda essa mudança em sua vida a fez descobrir forças que jamais imaginaria ter! Vendo a realidade à qual teria que se adaptar para ser suporte e ponte para que sua filha não se privasse de experiências na vida, Nice se dedicou a entender melhor o que seria o TEA: estudou, fez cursos, pesquisou sobre o assunto e, ao mesmo tempo, conversou com outras pessoas, repassando suas descobertas.

Sua rotina mudou completamente e passou a ser preenchida pelo acompanhamento da filha a terapias e consultas com vários profissionais. Por um bom tempo, ela viveu exclusivamente para a filha mais nova; percebendo isso, passou a inserir a filha mais velha nessa nova rotina, fazendo-a entender melhor os cuidados com a irmã caçula.
Nice relata com orgulho que, atualmente, a filha mais velha cursa a faculdade de Artes Visuais e a mais nova concluiu o ensino médio. Para completar sua alegria, Nice está finalmente concluindo o ensino médio por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e já cultiva planos de cursar Direito.

Nice pegou gosto pelas causas sociais e pela militância, passando a integrar e a ser atuante no Movimento Negro Unificado (MNU) e na Associação de Pais e Amigos das Crianças com Autismo em sua cidade.

Toda essa reviravolta em sua vida a fez aprofundar-se em suas raízes, de modo que ela iniciou no Candomblé em 2024. Teve contato com a religião por meio de uma sobrinha e, no último ano, aprofundou-se junto à sua filha mais velha. Nice comenta que foi um verdadeiro encantamento, como se tivesse voltado para casa e que tudo, agora, fazia sentido. Percebeu que tudo está se alinhando, “falando a mesma língua”. Está sendo uma verdadeira (re)descoberta de si, do seu lugar, e de que sua fé é a mesma de seus ancestrais.

Ela comenta que, durante sua vida, sofreu muito preconceito, fosse pela cor da pele ou pelos cabelos. Com o passar do tempo e do conhecimento adquirido nas militâncias, aprendeu a se impor perante essas situações, ao invés de permitir que a diminuíssem ou a excluíssem. Relata com revolta situações de preconceito vivenciadas até em seu ambiente de trabalho, onde é funcionária pública efetiva de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), atuando como auxiliar de serviços gerais em um ambiente majoritariamente formado por pessoas brancas.

Nice pode ser mais uma mulher negra, cearense, nordestina e brasileira que tem uma longa história para contar, com nuances felizes e tristes, mas, acima de tudo, com intensidade, resistência, coragem e gigantismo nas suas ações e escolhas de vida. Como iniciei: Nice é doce e forte!

MARIA FRANCINILDA DA SILVA SANTOS

Autora
Raquel Célia Silva de Vasconcelos



…a todos nós que amamos a negritude, que ousamos criar no dia a dia de nossas vidas espaços de reconciliação e perdão onde deixamos vergonhas, medos e mágoas do passado, e nos seguramos uns nos outros, bem próximos. Somente o ato e a prática de amar a negritude nos permitirá ir além e abraçar o mundo sem a amargura destrutiva e a raiva coletiva corrente. (Bell Hooks)

A escrita deste texto foi muito significativa para mim, porque representou traduzir um pouco da história de vida de uma mulher negra. No momento da produção deste relato, eu estava lendo o livro de Angela Davis intitulado Mulheres, Raça e Classe (2016), o que foi muito emblemático, pois a história de Maria Francinilda da Silva Santos, conhecida como Nilda, me fez lembrar de Davis quando afirma que "[...] O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão" (Davis, 2016, p. 24).

Assim, minha escrita descreve as nuances da vida de uma jovem mulher negra cuja trajetória reflete experiências vivenciadas resultantes de práticas de uma sociedade escravocrata, misógina e patriarcal. Confesso que a escolha da mulher aqui descrita nasceu de uma reflexão sobre quem eu poderia contemplar em meu texto, pois são tantas mulheres negras cujas histórias de vida precisam ser contadas — sobretudo porque praticamente todas elas têm em comum a vulnerabilidade e a exclusão sociais, vivenciando constantemente os racismos estrutural e institucional.

Minha decisão sobre quem contribuiria para o texto partiu de uma reflexão sobre qual mulher negra poderia contar sua história, cuja trajetória de vida eu tivesse acompanhado de perto, inclusive na identificação de seu processo de empoderamento. Diante disso, escolhi Nilda, uma pessoa próxima que conheço desde a sua adolescência, cuja caminhada não foi fácil, mas sua capacidade de superação e de profunda resiliência permitiu-lhe tornar-se uma mulher forte e decidida.

Nilda busca firmar-se como uma mulher negra; ou seja, em sua tentativa constante de transgredir e superar o "pacto da branquitude" em direção à sua negritude.

Como assinala bell hooks (2020, p. 39), “amar a negritude é perigoso em uma cultura supremacista branca — tão ameaçadora, uma brecha tão grave no tecido da ordem social, que a punição é a morte”. Nilda é uma mulher jovem, de 37 anos, que precisou driblar situações difíceis de abuso sexual durante a infância, como relatou durante a entrevista.

Suas palavras são sempre seguidas de um silêncio ensurdecedor, pois a expressão de seu olhar diz muito mais do que a linguagem configurada em palavras consegue mensurar. Então, ela prossegue dizendo: “minha infância foi uma fase muito triste porque minha família precisou sair do interior do Maranhão para a casa de minha avó na cidade de Fortaleza”. Na verdade, em seu relato ela deixa transparecer que sua infância era repleta de memórias ruins porque a promessa de uma vida melhor em Fortaleza significou vivenciar sua infância sendo roubada por um adulto que deveria protegê-la. Como ela afirma: “minha infância foi muito sofrida porque eu fui abusada sexualmente pelo esposo de minha avó… eu dizia para meus familiares, mas eles não acreditavam”.

O silêncio e os olhos de Nilda, após esse relato, apontam o quanto isso a afetou, descrevendo com mais detalhes o quanto o abuso sexual que sofreu reverberou no decorrer de sua vida adulta ao dizer que: “a minha vida na adolescência foi muito traumatizada por conta desse abuso que eu sofri. E aí comecei a não acreditar em mim mesma, tinha vergonha, fiquei tímida por conta do abuso, e levei isso para minha fase adulta. Isso me impediu até de acreditar que eu conseguiria trabalho… afetou meus estudos”.

Tal herança é muito presente no período colonial durante a escravidão, afetando especialmente crianças e mulheres indígenas e negras que estão à mercê do estado de exceção.

Um controle que gira em torno das pessoas vistas como subumanas, habitantes de todos os lugares do mundo: os afrodescendentes e os povos originários que sentem o quão doloroso é o campo de ação da biopolítica.

Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica. Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema de colonização e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção.

Aqui, essa figura é paradoxal por duas razões. Em primeiro lugar, no contexto da colonização, figura-se a natureza humana do escravo como uma sombra personificada. De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político. Essa perda tripla equivale à dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão da humanidade de modo geral). Para nos certificarmos, como estrutura político-jurídica, a fazenda é o espaço onde o escravo pertence a um mestre. Não é uma comunidade porque, por definição, implicaria o exercício do poder de expressão e pensamento. (Mbembe, 2016, p. 9-10)

Acredito que Nilda vivencia o silenciamento, pois seu calar, todas as vezes que relato sobre sua história, pressupõe um momento de reflexão sobre as formas de violência vivenciadas em todos os espaços institucionais. Contudo, isto não a impede de prosseguir afirmando, com mais detalhes, o peso do abuso, da exclusão e da vulnerabilidade social, e como isso trilhou suas escolhas, inclusive no mercado de trabalho, quando questionada sobre sua trajetória profissional. A esse respeito, ela diz: “Então, resolvi trabalhar em casa de família porque para mim era mais fácil; o medo também, a vergonha e o problema da baixa autoestima me fizeram desacreditar na minha capacidade, mas aí comecei a acreditar que a vida não era assim.

Comecei a dar o primeiro passo, voltei a estudar e consegui um emprego melhor.”

Sobre os espaços em que atua profissionalmente, Nilda conta que iniciou o trabalho como babá, depois como diarista e, atualmente, trabalha em uma instituição pública municipal, no setor administrativo, cujo vínculo empregatício dá-se a partir de uma empresa terceirizada que presta serviço à Prefeitura de Fortaleza. No momento em que falava de seu novo trabalho, ela trouxe lembranças que descrevem suas experiências com colegas racistas no espaço institucional no qual trabalha atualmente. Ela afirma sofrer racismo e assédio constantemente, sobretudo de seus superiores.

Seu relato me fez pensar que ela deve se sentir constantemente desqualificada e colocada na berlinda acerca de sua capacidade intelectual para assumir a função que exerce. Como assinala hooks (2020, p. 47): “toda pessoa negra consciente de que foi ‘o único’ em um ambiente predominantemente branco sabe que tal posição é

em geral convidativa para ouvir narrativas racistas, rir de piadas sem graça, ser submetida a várias formas de assédio racista."

Creio que Nilda passa por um processo de transformação identitária à medida que se autorreconhece como uma mulher negra e periférica que vivencia a vulnerabilidade social, precisando constantemente se firmar como profissional. Ela também fala a respeito de suas realizações e conquistas, as quais considera importantes, e afirma orgulhosamente: "minha maior conquista foi entrar na universidade, consegui minha formação de nível superior… foi uma realização muito grande na minha vida, que hoje eu agradeço por ter dado esse grande passo: hoje eu sou graduada em Serviço Social."

Por certo, a educação como realização profissional e pessoal, para Nilda, é a via de acesso ao crescimento tanto intelectual quanto emocional e, sobretudo, profissional. Isto pressupõe capacidade de resistência às intempéries que a vida lhe impõe — resistir sempre que alguém lhe diz não.

A resistência reside na interação consciente com os discursos e representações dominantes e normativos e na criação ativa de espaços de oposição analíticos e culturais. Evidentemente, uma resistência aleatória e isolada não é tão eficaz quanto aquela mobilizada por meio da prática politizada e sistêmica de ensinar e aprender. Descobrir conhecimentos subjugados e tomar posse deles é um dos meios pelos quais as histórias alternativas podem ser resgatadas.

(MOHANTY, 1990 apud hooks, 2013, p. 36).

Ao contar sobre seus sonhos e sua relação com as pessoas de modo geral, Nilda afirma que seu maior desejo "é passar em um concurso público; e minha relação com as pessoas está bem… consigo me relacionar com todo mundo de modo geral". Após essa fala, sugeri que ela discorresse um pouco mais sobre suas realizações. A esse respeito, ela afirma com orgulho: "eu tenho uma filha de dezoito anos, sou muito grata às pessoas que estiveram do meu lado, que me ajudaram, que me incentivaram, que cuidaram de mim também nessa parte da gravidez e às pessoas que me motivaram muito".

Diante dessa fala, solicitei que ela explicasse sobre sua gestação; então, ela diz: "Bom, a minha gravidez foi muito difícil, eu tinha dezenove anos, o pai da minha filha não quis aceitar a gravidez de jeito nenhum… levei a gravidez adiante, sozinha, mãe solo, e hoje a minha filha tem dezoito anos. A relação que tenho com o pai dela… a gente não tem… porque a gente não tem contato, a gente não se fala, nem eu e nem a minha filha. Foi uma gravidez, assim…, sofrida por conta da falta de apoio que eu não tive dele. Só tive apoio mesmo da minha família, que me ajudou e me ajuda até hoje."

O relato de Nilda me fez pensar o quanto ser mulher negra, vítima de violência sexual, de racismo e de exclusão social, torna-se um desafio para quem escolhe seguir adiante sem ignorar o passado opressor, mas lançando um novo olhar sobre ele. Ela precisou encontrar linhas de fuga em direção a novas possibilidades de criação e restituição de si, com a dignidade e a certeza de que o presente é sempre um momento de reconstrução de novas formas de vida, permitindo-se experienciar caminhos outros de percepção de si como potência.

O cientista político camaronês Achille Mbembe, em seu ensaio Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte (2016), delineia o conceito de "devir-negro no mundo" para se referir às práticas colonialistas que estabelecem o lugar da exclusão e da degradação ao transformarem africanos em "negros" — uma denominação que desumaniza, transformando-os em coisas ou mercadorias.

O discurso e a prática do colonialismo firmam-se em uma lógica racista como estratégia de universalização da precariedade, no intuito de legitimar a exploração de pessoas que, no processo de desumanização, tornam-se reféns de uma política que as inviabiliza. Trata-se de uma invisibilidade na qual é impossível prevalecer a alteridade na relação eu-outro; na verdade, o que prevalece é um assujeitamento.

Em outras palavras, o ser humano verdadeiramente "torna-se um sujeito" – ou seja, separado do animal – na luta e trabalho pelos quais ele ou ela enfrenta a morte (entendida como a violência da negatividade). É por meio desse confronto com a morte que ele ou ela é lançado(a) no movimento incessante da história. Tornar-se sujeito, portanto, supõe sustentar o trabalho da morte. Sustentar o trabalho da morte é precisamente como Hegel define a vida do espírito.

A vida do espírito, ele diz, não é aquela vida que tem medo da morte e se poupa da destruição, mas aquela que pressupõe a morte e vive com isso.

O espírito só alcança sua verdade quando descobre em si o desmembramento absoluto. A política é, portanto, a morte que vive uma vida humana. Essa também é a definição de conhecimento absoluto e soberania: arriscar a totalidade de uma vida. (Mbembe 2016, p. 4).

Nesse sentido, vale ressaltar que o "devir-negro do mundo" corresponde a um conceito que, atualmente, refere-se a um número crescente de pessoas no mundo que não precisam, necessariamente, ter a pele negra; são indivíduos cuja vida precária e substituível facilita a aplicação da necropolítica. Ou seja, está nas mãos do Estado (ou do capital) o poder de decisão sobre quem pode viver e quem deve falecer. Como assinala Mbembe (2016, p. 3), "os campos da morte, em particular, são interpretados de diversas maneiras: como a metáfora central para a violência soberana e destrutiva, e como o último sinal do poder absoluto do negativo".

Creio que Nilda segue na direção da desconstrução do conceito de "negro" como uma invenção colonialista. Ela tem plena consciência de que a cor de sua pele ainda representa o lugar da exclusão, do racismo e da invisibilidade como uma constante que desqualifica sua vida. Por certo, compreendemos, a partir de Mbembe, que o "devir-negro do mundo" não pressupõe apenas uma identificação racial, mas uma leitura paradigmática das relações atuais de poder, nas quais o binômio "raça/negro" passa a abranger populações subalternizadas, independentemente da cor da pele, cujas vidas são definidas pelas condições de viver ou morrer determinadas pelo Estado ou pelo capital.

Concluo esta escrita afirmando que compreendo muito bem a vivência de Nilda. Embora não na mesma intensidade e dimensão, enquanto mulher indígena, posso afirmar que a exclusão, a invisibilidade e o silenciamento também rondam o meu cotidiano como um fantasma que insiste em se fazer presente todas as vezes que me sinto fragilizada. O sujeitamento nos faz perceber o quanto o "devir-negro do mundo" assombra e persiste em permanecer, afugentando nossa existência fugaz.

REFERÊNCIAS

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. E-book. Disponível em: https://piape.prograd.ufsc.br/files/2020/07/Angela-Davis-Mulheres-ra%C3%A7a-e-classe-Boitempo.pdf. Acesso em: 28 jan. 2026.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/bell_hooks_-_Ensinando_a_Transgredir_1.pdf. Acesso em: 28 jan. 2026.

HOOKS, Bell. **Olhares negros:** raça e representação. São Paulo: Elefante, 2020. Disponível em: https://cpdel.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/10/bell-hooks-Olhares-Negros.pdf. Acesso em: 28 jan. 2026.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/43520006/Necropol%C3%ADtica_livro_Achile_Mbembe. Acesso em: 2 fev. 2026.

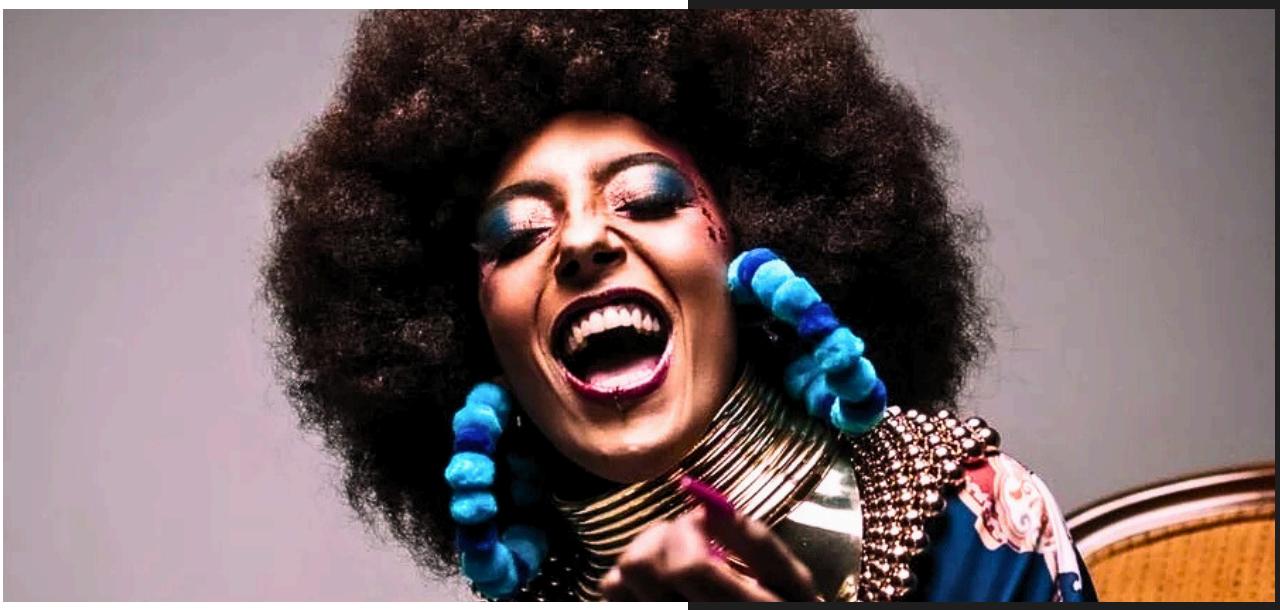
MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016. Disponível em: https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf. Acesso em: 2 fev. 2026.

MARIANA ABREU MARMONTEL

Autora
Silvânia Silva Santos



No caso de Mariana, a trajetória resultou em fortalecimento. Filha única de um músico negro e de uma produtora cultural nascida em Taquari/RS, ela destaca a força de sua mãe — uma mulher negra de pele clara (sarará) que a criou praticamente sozinha. Com sabedoria, sua mãe a envolveu desde cedo em espaços culturais e ambientes que fortaleceram sua identidade e a consciência de seu papel em um mundo marcado por preconceitos e privações.



Mariana Abreu Marmontel é uma mulher negra nascida em Porto Alegre. A maior parte de sua família reside em Lajeado/RS, cidade que ela descreve como composta por uma maioria de moradores brancos. Diante dessa realidade, Mariana compreendeu desde a infância que a vida impõe inúmeros obstáculos e que, para uma mulher negra, esses desafios tendem a crescer, podendo levar tanto ao esmorecimento quanto ao fortalecimento.

Em seus relatos, Mariana recorda que sempre enfrentou dificuldades no ambiente escolar por ser uma pessoa que contesta e se posiciona; não havia movimentos de luta no colégio nos quais ela não estivesse, de alguma forma, envolvida. Mariana era a única criança que não alisava os cabelos e sofria constantes importunações por sua condição racial e social. Até a 5ª série, estudou como bolsista em uma escola particular de Porto Alegre e expressa profunda gratidão à mãe, que sempre reforçou sua beleza e a singularidade de seu cabelo.

Por essa razão, Mariana busca não carregar em suas falas apenas o peso das memórias difíceis, preferindo focar no que está sendo conquistado e no que se deseja alcançar. Ao analisar a trajetória familiar, ela identifica um sentimento de ascensão constante.

No âmbito pessoal, Mariana expõe que sua vida amorosa foi marcada por momentos dolorosos, incluindo relações abusivas e agressões físicas. Essa bagagem, embora triste, contribuiu para sua formação e hoje auxilia em suas tomadas de decisão. Atualmente, Mariana é uma figura de visibilidade em Porto Alegre, integrando diversos movimentos e participando ativamente de shows e apresentações. Reconhecida como referência artística, ela é frequentemente consultada para indicações de profissionais; nesses momentos, Mariana prioriza indicar pessoas que defendam causas sociais e que não reproduzam, fomentem ou inflijam qualquer tipo de violência, especialmente contra as mulheres.

Sendo esse preconceito presente nos ambientes dos quais ela faz parte, ela compartilha que: “Eu, enquanto uma mina preta no movimento Hip Hop, principalmente nas batalhas — que é onde eu fui mais atuante durante a maior parte do tempo —, bah, eu sofri muita perseguição. Muito, muito, muito, porque os caras são muito machistas; eles não aceitam, entendeu? Eles não aceitam que é uma mina que está ali”.

Hoje, ela é muito respeitada aonde vai, mas, quando estava em processo de construção de seu fazer artístico, foram muitos os que a desacreditavam e que a julgavam em suas ações pela sua cor, pelo seu sexo ou pela maneira como planejava constituir-se. Ela compartilhou que, quando começou sua carreira, em algum momento conseguiu conquistar seu espaço e ser respeitada por todos; em algumas situações, recebia elogios carregados de bajulação e percebeu que “as pessoas admiram as pessoas sem conhecer”.

Segundo ela, em alguma medida as pessoas consideravam que o que ela fazia era só discurso, mas a partir do momento em que começou a se posicionar e a denunciar situações de racismo — saindo do personagem que o imaginário de algumas pessoas criara sobre sua figura —, foi que ela, de fato, conheceu um pouco mais sobre si e sobre o que é ser uma pessoa exposta.

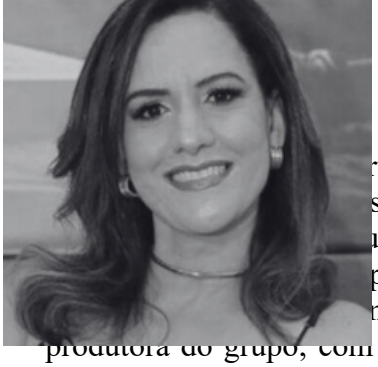
Nesse período, Mariana relata serem constantes as microviolências dirigidas contra ela, geralmente praticadas por homens, por meio de ameaças, acusações de que seria “canceladora” e questionamentos sobre os motivos de sua presença naquele espaço. Esse período foi bem doloroso para ela, pois se sentiu refém de diversas situações ofensivas que a fizeram se afastar de pessoas, sair de grupos de WhatsApp e parar, por um tempo, de postar nas redes sociais de modo geral.

Hoje, ela é grata por toda essa vivência, pois as experiências a fortaleceram e consolidaram partes importantes de sua personalidade e de sua autovalorização. Mariana vive um relacionamento saudável e se sente muito feliz com a pessoa com quem se encontra. Ela relata que passaram juntos pela pandemia e pela enchente ocorrida no Rio Grande do Sul, durante a qual perderam todos os seus bens, mas seguem unidos e se apoiando.

Trazendo mais informações sobre sua evolução profissional, Mariana atualmente é estudante de pedagogia, artista, atriz, afroempreendedora da marca “Dona da Roda”, produtora dos Poetas Vivos e mestre de cerimônias (Slammaster). Sua trajetória profissional iniciou-se quando criança, pois fazia aulas de circo; na adolescência, participou de um espetáculo muito conhecido chamado “Adolescer” (em cartaz há mais de 20 anos), fez figuração em filmes e sempre sentiu que sua grande paixão era atuar.

Quando teve contato com o movimento hip hop, fez parte de um grupo chamado “Rap pela Rua”, que, segundo ela, era composto por vários jovens que se reuniam nas praças da cidade de Porto Alegre. Buscavam juntar dinheiro para comprarem equipamentos e, assim, poderem fazer shows e eventos itinerantes; ela fez parte desse grupo por algum tempo, sentindo que, nesse período, seu amor pelo estilo hip hop se consolidou. Em 2014, começou a atuar no Rap com as batalhas, indo a escolas e falando sobre literatura negra, artistas, atores e autores pretos, principalmente os de seu estado.

Inicialmente eram ações realizadas de maneira individual, até que, em 2019, surgiu o convite para ingressar no coletivo “Poetas Vivos”, e estes se somaram às ações que ela já executava.



rtística que ela começou a
s e a fortalecer o
uipe, pois já atuava há
possuía uma boa rede de
m, sua atuação como
produtora do grupo, com essa nova função, sentiu seu lado artístico aflorar, passando a cantar e a participar do coletivo de maneira ainda mais atuante.

Hoje, ela se sente realizada profissionalmente graças a esta parceria e prática com a "Iniciativa Cultural Poetas Vivos", atuante não somente nesse estado, mas presente também no Acre. Atualmente possuem dois livros lançados: "Vozes da Revolução" e "Nós — Versos de Liberdade e Melanina". Mariana não compõe, mas fez parte da organização do segundo livro. Tal realização só se tornou possível graças a um prêmio que ganharam ao participarem de uma competição de Slam em equipes, ocorrido durante a pandemia no estado de São Paulo.

Sendo atualmente esse coletivo "Poetas Vivos" a principal renda dos integrantes do grupo, eles conseguem se manter sem CLT, e a maioria consegue viver da renda adquirida em suas produções artísticas. Têm atuado em diferentes espaços: vão a escolas, fazem oficinas e rodas de conversa, apresentam-se em bares, congressos ou fornecem informações que abordam diferentes temas.

Mariana não abandonou suas ações individuais: faz assessoria, vende pelúcia, organiza e apresenta Slams e eventos. É mestre de cerimônias, ministra oficinas e, atualmente, além das muitas atuações citadas, está responsável pelo processo seletivo do campeonato estadual de batalhas de rima, competição que ocorre anualmente em Belo Horizonte.

Mariana tem orgulho de sua trajetória, e sua grande realização é ser motivo de orgulho para sua mãe; desta conquista, ela expõe, de maneira emocionada, que não abre mão, pois é, de longe, sua maior vitória. Ver-se hoje apresentando eventos e estando em lugares que pareciam distantes — ou que, em alguns momentos da sua vida, nunca foram idealizados — a deixa feliz e grata por toda sua trajetória, sendo estas conquistas de peso para ela por serem individuais. Relata que: "Às vezes ficamos tão absorvidos na busca pelas realizações coletivas que nos esquecemos de comemorar nossas próprias conquistas individuais".

Recentemente, após a tragédia da enchente do RS, ela foi convidada pelo Instituto Ling a participar de um de seus projetos, o "Frequências Sonoras". Nesse evento, ela recitou e cantou no palco; todos os presentes ficaram encantados com sua performance e, a partir desta atuação, ela teve visibilidade suficiente para ser convidada para outra apresentação semelhante.

Atualmente, é curadora oficial da Batalha do Olimpo — sendo a batalha do evento "Rap in Cena" — e tem sido também curadora, junto aos Poetas Vivos, do "Slam em Cena". Em meio a todas estas conquistas, ela relata que tem como prática, sempre que possível, levar consigo pessoas negras, estimulando a ocupação de lugares e ambientes onde, de maneira velada, muitos buscam ter pessoas negras no enredo, porém limitadamente.

Ela notou que, sempre que levava vários amigos negros consigo, era rechaçada ou não contratada para uma segunda edição, compartilhando que parte significativa dos eventos que frequenta faz uma inclusão apenas "simbólica" e que, em muitas das vezes, permitem apresentações de teor racista, xenofóbico ou preconceituoso de modo geral. Notando estas situações recorrentes, ela busca, incisivamente, romper com esse tipo de prática e, mesmo com receio de perder espaço, segue desafiando este sistema excludente e expondo as exclusões presentes nesses espaços.

Ela segue em sua luta, sonhando com uma realidade em que mais pessoas pretas tenham oportunidades como as dela. Busca sempre ser elo e fortalecer redes de coletivos de pessoas pretas que garantam ou fomentem essas mudanças tão sonhadas.



ELA TRANSFORMOU A SUPERAÇÃO PESSOAL EM CAUSA COLETIVA, ESPECIALMENTE NO FORTALECIMENTO E NA DIGNIDADE DA MULHER NEGRA.

MÍLDIMA FERREIRA LIMA

Autora
Maria Gildacy Araújo Lôbo Gomes

Míldima foi a primeira presidenta da Sociedade Amigos do Bairro de Vila Amélia e a primeira conselheira artesã no Conselho da Secretaria de Turismo do município de Poá/SP. Uma mulher forte, mãe e avó, criou os filhos sozinha após ser vítima de excessos por parte de seu companheiro. Ativista em defesa dos direitos humanos e comprometida com sua promoção, transformou a superação pessoal em causa coletiva, especialmente no fortalecimento e na defesa da dignidade das mulheres negras.

Hoje, continua morando em Poá, onde integra os seguintes órgãos: presidenta da LIBRA – Liga das Mulheres Eleitoras; presidenta do Conselho Municipal dos Direitos Políticos da Mulher de Poá; Promotora Legal Popular, dentre outros coletivos.

Sua trajetória ganhou novos rumos em 2019, quando teve seu primeiro contato com a academia como discente do curso Africanidades, Literatura Infantil e Circularidades, da UFABC. Durante uma das aulas de sábado, Míldima presenteou-nos para o "ajeum" com um belo cacho de bananas, cultivado em seu quintal, tornando o encontro uma vivência de memórias afetivas e ancestrais.

Em reconhecimento à sua notável trajetória na defesa de políticas públicas voltadas à valorização dos saberes ancestrais, ao cultivo das culturas orais e populares e ao empoderamento de mulheres em contexto de vulnerabilidade, a Universidade Federal do ABC (UFABC) outorgou-lhe o título de Mestra Griô (PL 1786/2021).

E foi nessas andanças que descobriu que sua luta poderia ser ampliada para outros horizontes — e Míldima não parou mais. Atualmente, é Educadora Griô, diplomada pela Escola de Formação em Pedagogia Griô/DIVERSITAS/USP. A partir de então, seu trabalho de conclusão de curso, intitulado "Costurando Minhas Raízes", foi transformado em palestra, materializando sua trajetória em diversas instituições educacionais.

A trajetória de Míldima evidencia que a memória, quando reconhecida e compartilhada, transforma-se em instrumento de formação, resistência e emancipação coletiva. Ao costurar suas raízes, ela reafirma a força dos saberes ancestrais, da oralidade e das experiências construídas nos territórios, convertendo as marcas de sua própria história em caminhos de fortalecimento para outras mulheres. Sua atuação como Mestra e Educadora Griô demonstra que o conhecimento não se limita aos espaços acadêmicos, pois também nasce da vida vivida, do cuidado, da luta comunitária e da palavra transmitida entre gerações. Assim, Míldima segue semeando dignidade, pertencimento e consciência, deixando como legado uma pedagogia fundada na ancestralidade, na justiça social e na transformação do mundo.

NEIDE PEREIRA LEITE

Autora
Simone Cristina dos Santos



Como parte fundamental de minha pesquisa, tive o privilégio de entrevistar Neide, um encontro que transcendeu a simples coleta de dados para se revelar uma profunda imersão em uma trajetória marcada pela resiliência e por uma visão de mundo humanitária. Ao rememorar sua infância e adolescência, Neide descreveu um cenário de felicidade genuína, embora forjado na dinâmica de uma casa com oito irmãos homens.



Com um sorriso, ela me explicou que a força foi uma necessidade precoce; as brincadeiras agitadas e, por vezes, rudes da fraternidade masculina a ensinaram a se defender e a não "amolecer" diante dos desafios. Dessas vivências, ela guarda o simbolismo da liberdade encontrado no equilíbrio da bicicleta, nas partidas de bola e na conquista do topo das árvores — atividades que, em sua visão, funcionaram como um ensaio para as exigências da vida adulta. A principal lição que Neide herdou dessa fase é a de que o amor e a proteção de quem nos cerca são os pilares que permitem a construção de uma pessoa forte e próspera.

Hoje, percebo em Neide uma mulher plenamente consciente de sua autonomia, movida pela convicção de que a busca pelos próprios objetivos é uma jornada que exige protagonismo. Ela se define como uma mãe presente e a provedora dedicada de seu lar, conciliando essa responsabilidade com uma atuação profissional de destaque. Contudo, é no engajamento social que sua identidade se expande: Neide ocupa espaços vitais de apoio a famílias em vulnerabilidade, oferecendo suporte que transita entre o acolhimento emocional e a assistência material e jurídica.

Para ela, o bem-estar individual é indissociável das causas coletivas. Essa força de vontade materializa-se em suas conquistas mais valiosas — a proximidade constante da filha e a consolidação da casa própria —, marcos que representam muito mais do que estabilidade, sendo símbolos de sua perseverança contra as adversidades.

Seus sonhos convergem para a ideia de dignidade; pessoalmente, ela busca a paz e a segurança de um lar confortável para sua filha, enquanto, no plano coletivo, milita para que o direito à moradia seja uma realidade acessível a todos. Essa sensibilidade social transborda para o cotidiano, fazendo dela uma figura central em sua comunidade, sempre atenta às necessidades alheias e pronta para oferecer auxílio. Ao final de nossa conversa, Neide deixou um manifesto de resistência: enfatizou que, independentemente da condição social, ninguém deve aceitar a subalternidade ou abrir mão de seus direitos por se sentir "menor" que o outro. Para ela, essa caminhada de luta é sustentada por uma fé inabalável em Deus, que descreve como o alicerce sem o qual a existência perderia o sentido. Esta entrevista foi, para mim, uma lição sobre a coragem silenciosa de mulheres que, como Neide, transformam a realidade ao seu redor através da fé e da determinação.

PÂMELA MÉRCIA PINTO GOMES

Autora
Ana Paula Gonçalves Cordeiro





A mulher que me inspira chama-se Pâmela Mércia. Nascida em Petrópolis, RJ, em uma família de oito irmãos, sendo a mais nova entre as mulheres, foi criada apenas pela mãe. Sua mãe sempre lhe ensinou a partilhar com o outro e a respeitar os mais velhos.

Começou a trabalhar ainda muito jovem. Aos 13 anos foi babá e, na adolescência, trabalhou em salão de beleza, lanchonete, entregando panfletos, limpando casas, em joalheria, loja de roupas, escritório como auxiliar e realizando outros trabalhos informais. Sempre estudou, pois sua mãe a incentivava constantemente. Entrou na faculdade muito nova, interrompeu os estudos por um período, mas retornou aos 24 anos para cursar Biologia, embora não tenha concluído. Formou-se em Gestão Ambiental. Foi aprovada em quatro universidades federais, porém nunca conseguiu frequentá-las por não ter condições financeiras de se manter. Cursou pós-graduação em Engenharia Ambiental, mas não concluiu o trabalho de conclusão de curso. Apaixonada pela área ambiental desde os 18 anos, foi nesse período que iniciou seu ativismo.

Foi voluntária em diversas áreas, adquirindo conhecimentos que contribuíram para sua trajetória até chegar onde está hoje. Com espírito de liderança, é fundadora do Instituto TJNS (Todos Juntos Ninguém Sozinho), que atua na cidade de Petrópolis desde 2020. O instituto começou com atividades de atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade social e, atualmente, é a única organização na cidade que trabalha de forma simultânea as dimensões racial, ambiental e climática.

O TJNS já impactou diversas comunidades, alcançando mais de 100 pessoas por meio de campanhas, ações e aulas ao nível nacional.

O instituto participou da criação do projeto de lei que instituiu, na cidade de Petrópolis, o Dia Mundial de Enfrentamento ao Racismo Ambiental, reconhecendo que, em um dos municípios mais afetados por desastres ambientais, pessoas racializadas — em sua maioria negras — são as mais atingidas. Essa iniciativa evidencia como os desastres afetam diretamente a vida de muitos petropolitanos que vivem em áreas de risco e contribui para o fortalecimento do diálogo na construção de políticas públicas que atendam essas populações.

O Instituto TJNS já realizou a distribuição de alimentos nos cinco distritos de Petrópolis e de mais de 350 kits de higiene pessoal no combate à pobreza menstrual. O instituto também participa de movimentos nacionais, representando Petrópolis em espaços como a Coalizão Brasileira de Educação Climática, o Fórum Nacional de Mudanças Climáticas e o Grupo de Trabalho de Racismo Ambiental da Frente Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Desde 2020, Pâmela vem se dedicando intensamente ao Instituto e ao ativismo climático, gerando resultados significativos e de grande impacto, reflexo de muitos estudos, capacitações e comprometimento. É um grande exemplo não apenas para a cidade de Petrópolis, mas para todo o país.

SOBRE SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Pós-graduanda em Política e Governança Climática na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Formada em Gestão Ambiental pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e mestranda em Políticas Públicas e Direitos Humanos pela UFRJ. Empreendedora de impacto na Germinação do Instituto Gênesis (PUC-Rio). É Diretora-Presidente do Instituto Todos Juntos, Ninguém Sozinho (TJNS), onde articulou o processo que resultou na Lei de Enfrentamento ao Racismo Ambiental — um marco histórico para a cidade e referência nacional no combate às desigualdades socioambientais e raciais.

É integrante da Coalizão Brasileira de Educação Climática (CBEC), no GT Advocacy; membro do Conselho Consultivo da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional, no GT de Racismo Ambiental; pesquisadora e fundadora do conceito Climacídio; integrante do Fórum Nacional de Mudanças Climáticas. Atua como ativista por justiça climática e igualdade de gênero, coordenadora e produtora de projetos de impacto socioambiental, consultora, assessora e educadora social e ambiental.
Foi TEDx Speaker em Petrópolis e recebeu o Prêmio Chico Mendes em 2018 e 2024 pela Câmara Municipal, além do Prêmio Chico Vive em 2025, na categoria Mata Atlântica.



“ROSA MARIA TRANSFORMOU DIFICULDADES EM FORÇA E FEZ DA EDUCAÇÃO O FIO CONDUTOR DE SUA TRAJETÓRIA DE SUPERAÇÃO.”

ROSA MARIA DE JESUS SANTOS MAYWORM

Autora

Marcia Marcatto Fernandes

Rosa Maria de Jesus Santos Mayworm, nascida em 11 de março de 1962, natural do bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Mãe de dois filhos gêmeos, Yohan e Guilherme, construiu ao longo da vida uma trajetória marcada pela busca constante por formação e superação. Possui formação técnica de nível médio em laboratório de química, cursos nas áreas de administração e logística, habilitação como corretora de imóveis, capacitação em capelania oferecida pelos municípios de Petrópolis e Macaé, além de especialização em segurança do trabalho. Também concluiu o dobro do curso de Teologia, atuou como inspetora de disciplina e, em 2023, exerceu a função de conselheira escolar.

Durante a juventude, enfrentou severas dificuldades socioeconômicas, tendo crescido sem moradia própria e convivido, até a adolescência, com discursos desmotivadores que associavam sua condição financeira e sua cor de pele a limites intransponíveis. Ainda assim, manteve firme o desejo de estudar e transformar sua realidade por meio do conhecimento. Seu primeiro grande sonho foi tornar-se médica, motivada pelo desejo de salvar vidas, especialmente por não ter a oportunidade de salvar a de seu pai. No entanto, as circunstâncias da vida e os desafios enfrentados redirecionaram seus caminhos profissionais.

Rosa Maria também se destaca pela prática de atividades esportivas e pela forte dedicação à família após o casamento, priorizando a criação e a educação dos filhos. Esse compromisso, porém, não a afastou do propósito de continuar aprendendo e se desenvolvendo, sempre buscando ser exemplo para seus filhos e contribuir com a educação. Atualmente, deseja cursar Licenciatura em História, reafirmando que a busca pelo conhecimento e pela realização pessoal permanece viva em sua trajetória, mesmo após décadas de experiências diversas e enriquecedoras.



“ENTRE A UNIVERSIDADE E O QUILOMBO, ROSEANE TRANSFORMA CONHECIMENTO EM RESISTÊNCIA, CULTURA E LUTA COLETIVA”

ROSEANE MEDEIROS DA SILVA

Autor
Rubens dos Santos Celestino

Roseane Medeiros da Silva, nascida e criada na comunidade quilombola Monte Recôncavo, em São Francisco do Conde, a 70 quilômetros da cidade de Salvador, na Bahia, autodeclara-se mulher negra quilombola de 41 anos, cuja descendência materna é de origem indígena. Sua bisavó foi encontrada ainda criança, perdida na mata, às margens do rio Paraguaçu, após seus pais terem sido capturados por homens brancos.

Ela cursou Letras Vernáculas na Universidade Federal da Bahia (UFBA), é mestra em Estudos de Linguagens pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e, atualmente, é estudante do curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

É filha de Antônia Medeiros da Silva, lavadeira de roupas, e de Domingos Gonçalves da Silva, agricultor. Ambos não conseguiram dar continuidade aos estudos, mas acreditavam que a educação era um caminho promissor para que seus(suas) filhos(as) pudessem vislumbrar novos horizontes e ocupar espaços historicamente negados.

A infância dessa liderança quilombola foi marcada por constantes deslocamentos, em razão da profissão de seu pai, trabalhador rural. Assim, sua família passou longos períodos morando em fazendas.

Nesses espaços, Roseane aprendeu a "ler o mundo" e a compreender, desde cedo, as relações de opressão de gênero, raça e classe. Ainda assim, sua infância foi profundamente marcada pelo contato contínuo com os(as) mais velhos(as), seus(suas) primeiros(as) mestres(as). Foi por meio da sabedoria ancestral, da oralidade e da transmissão de saberes tradicionais que ela ampliou sua leitura de mundo. Esses ensinamentos a tornaram uma amante da literatura, compreendida por ela como um instrumento de transformação da vida humana, capaz de restituir a humanidade historicamente negada.

Roseane considera que sua leitura e compreensão da realidade foram se entrelaçando com o saber-fazer das lavadeiras de roupas de ganho, dos vaqueiros, das benzedeiras, das apanhadeiras de lenha, das marisqueiras, das quebradeiras de cacau, do trabalho do pai arando a terra, das mulheres nas casas de farinha, do vai e vem das apanhadeiras de água nas fontes, entre tantas outras vivências. Essas experiências foram fundamentais para sua formação pessoal e profissional, além de contribuírem para que sua comunidade quilombola salvaguardasse valores e princípios afro-brasileiros.

Durante a adolescência, essa também artista plástica e agente cultural relata que sua entrada na universidade pública contou com o incentivo de militantes negros(as) e professores(as) que promoviam, em cursos pré-vestibulares, discussões sobre racismo, cotas raciais, autoestima da população negra e literatura negra, apresentando autores(as) como Cuti e Conceição Evaristo.

Ao ingressar na universidade pública por meio do sistema de cotas raciais, tornou-se a primeira pessoa de sua família a alcançar o ensino superior. Esse foi um marco importante em sua vida. No entanto, a universidade ainda resguardava, em sua estrutura institucional e curricular, espaços de silêncio e invisibilização das mulheres negras quilombolas. Muitas vezes, sentia-se um "corpo estranho" em um curso extremamente canônico, como o de Letras Vernáculas, no qual não via suas vivências quilombolas reconhecidas nem encontrava a presença de autores(as) negros(as) nas ementas curriculares.

Movida pelo desejo constante de aprender, passou a buscar, por conta própria, livros de autoria negra, encontrando neles a possibilidade de preencher lacunas epistemológicas deixadas pelo curso universitário e de acessar saberes historicamente ignorados pelas instituições de ensino superior.

No período de 2017 a 2021, assumiu a gestão da Escola Municipal Duque de Caxias, localizada no quilombo Monte Recôncavo, onde reside e onde cursou todo o ensino fundamental (anos iniciais). Atuar como gestora escolar nesse período foi uma experiência significativa, pois lhe permitiu avançar no diálogo entre o currículo escolar e a realidade quilombola local. Ao reconhecer as potencialidades e riquezas do quilombo, sua atuação foi orientada para evidenciar a importância desse território como espaço de luta e resistência à colonialidade e ao racismo.

Roseane destaca ainda que sua participação em atividades comunitárias ocorre desde a adolescência, período em que organizava coletivos juvenis e promovia ações na comunidade. Atualmente, integra a diretoria da Associação de Moradores(as) Quilombolas do Monte Recôncavo, atuando ativamente na mobilização pela demarcação e titulação das terras junto ao INCRA.

Cabe ressaltar que Roseane também atuou na Gerência de Educação Escolar Quilombola da Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Conde, buscando efetivar uma educação escolar quilombola nas unidades que atendem estudantes das comunidades locais, como Monte Recôncavo, Dom João e Ilha do Paty.
Sua trajetória evidencia a relevância dessa mulher negra, professora e militante quilombola no enfrentamento ao racismo e na busca por melhorias para o quilombo Monte Recôncavo, sobretudo por meio da educação e da cultura.



“SUA TRAJETÓRIA MOSTRA QUE A ANCESTRALIDADE, O CONHECIMENTO E A CORAGEM PODEM ROMPER CICLOS DE EXCLUSÃO E CONSTRUIR NOVOS FUTUROS.”

ROSENILDE SOUSA CARVALHO

Autora
Sheila Cristina Costa Carreiro

Rosenilde Sousa Carvalho, uma mulher negra retinta de 58 anos, carrega uma trajetória marcada por desafios, resiliência e uma profunda ligação com sua ancestralidade. Segunda filha de Maria do Nascimento Sousa Carvalho e Leomar Carvalho, ambos negros e de origem humilde, Rosenilde cresceu em um lar permeado por dificuldades, mas também por coragem, afeto e força de vontade.

Desde cedo, sua vida foi atravessada por obstáculos. Seu pai deixou a cidade de Cururupu e foi para São Luís em busca de trabalho, enquanto sua mãe lutava para sustentar a família como lavadeira e engomadeira. Apesar das privações, Rosenilde guarda lembranças afetuosas da infância, vivida em um ambiente de união, mesmo diante da pobreza. Seu pai, antes de se tornar militar reformado, trabalhou como sapateiro e pedreiro, enquanto sua mãe só conseguia garantir o alimento após longas jornadas de trabalho.

Com o agravamento das dificuldades financeiras, o pai de Rosenilde precisou buscar emprego em Belém do Pará, na Odebrecht, pois não encontrava oportunidades em São Luís. Durante sua ausência, Maria foi obrigada a fechar a casa onde moravam e mudar-se com os filhos para a residência da avó materna, no bairro Anjo da Guarda. Lá, enfrentaram uma rotina ainda mais dura, vivendo em uma casa pequena e superlotada, com muitos parentes, o que tornava a sobrevivência diária ainda mais difícil.

Nesse contexto, Rosenilde, ainda muito jovem, decidiu ir morar com outra família em um estado distante, na esperança de escapar da fome e da miséria. Contudo, ao chegar, sofreu maus-tratos e humilhações, retornando para casa marcada não apenas por um acidente que deixou cicatrizes em sua testa, mas também por uma determinação renovada de superar as adversidades.

Mesmo em meio a tantas dificuldades, a luta pela educação nunca foi abandonada. Rosenilde e seus irmãos foram alfabetizados por uma professora vizinha que se dispôs a ensinar sem cobrar, enquanto seus pais faziam o possível para comprar o material escolar.

Com esforço e perseverança, ela ingressou na escola pública, onde enfrentou novos desafios, como a falta de professores, que levava à transmissão de aulas pela televisão.

O desejo de continuar estudando a levou a cursar o técnico em enfermagem, enfrentando mais obstáculos, inclusive a repetição de um ano por reprovação em uma disciplina que considerava pouco relevante para sua formação. Ainda assim, concluiu o curso e passou a trabalhar na Farmácia Vênus, na Cidade Operária, bairro periférico de São Luís do Maranhão.

Foi nesse período que Rosenilde conheceu o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), onde se envolveu em projetos educacionais e participou de encontros nacionais de mulheres negras. O CCN foi fundamental em sua trajetória, fortalecendo sua identidade e ampliando seu compromisso com a luta antirracista e feminista. No entanto, com o nascimento dos filhos e as responsabilidades da maternidade, precisou adiar parte de seus sonhos para garantir a sobrevivência da família.

Após a separação do companheiro, que não assumia as responsabilidades do lar, Rosenilde passou a exercer integralmente o papel de mãe solo. Kayalla, sua filha mais velha, tornou-se sua principal aliada, assumindo responsabilidades desde cedo e ajudando a cuidar dos irmãos enquanto a mãe trabalhava em dois hospitais para sustentar a casa. A rotina foi árdua, mas Rosenilde nunca deixou de acreditar na educação como caminho para uma vida melhor.

Hoje, sente orgulho de cada filho: Kayalla formou-se em Biblioteconomia, Kayman seguiu a carreira de Física Nuclear, e Kayllana, estudante de Teologia, continua construindo sua trajetória. Mesmo diante de tantas dificuldades, seus filhos escolheram o estudo como ferramenta para romper o ciclo de pobreza e discriminação.

Rosenilde segue atuando como enfermeira, trabalhando incansavelmente para sustentar a família e, ao mesmo tempo, realizando um antigo sonho: cursa História na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no curso de Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (LIESAFRO). Sua trajetória acadêmica reafirma sua convicção de que a educação é um dos instrumentos mais poderosos de transformação social e pessoal.

A história de Rosenilde Sousa Carvalho é um exemplo inspirador de resistência, amor e luta incessante por dignidade e direitos. Mesmo diante de tantas adversidades, ela nunca deixou de sonhar e de lutar por um mundo mais justo para si e para sua família. Sua vida é testemunho da força da mulher negra que resiste, se reinventa e constrói caminhos de justiça e igualdade, tornando-se referência para outras mulheres e famílias negras.

Autor
Ronaldo Luiz Camilo Filho



SOB AS LENTES DE SARALI

Desde o início de sua trajetória, SaraLi compreendeu que a fotografia poderia ir além do registro de imagens, tornando-se uma poderosa ferramenta de narrativa capaz de traduzir emoções, preservar tradições culturais profundas e promover mudanças sociais por meio da valorização das histórias afro-brasileiras e africanas.

SaraLi, fotógrafa autodidata e artista visual nascida em Uberlândia, Minas Gerais, tem alcançado reconhecimento internacional por meio de seu trabalho expressivo, que revela sua visão única e histórias marcantes através das lentes. Desde o início de sua carreira, SaraLi encontrou na fotografia uma forma de narrativa que não apenas captura momentos, mas também traduz emoções e tradições culturais profundas. Seu envolvimento com a revista Raça Brasil, uma importante publicação dedicada às comunidades afrodescendentes, foi um ponto decisivo em sua trajetória. Foi nessa experiência que ela compreendeu o poder transformador das imagens, percebendo como elas podem promover mudanças sociais e resgatar histórias de resiliência e identidade.

Ao longo de sua carreira, SaraLi consolidou sua atuação como fotógrafa de retratos e moda, desenvolvendo projetos de grande relevância nacional e internacional. Com uma abordagem eclética e versátil, sua fotografia consegue captar emoções sutis e complexas, seja em retratos íntimos ou em editoriais de moda. Atualmente residente na Holanda, seu trabalho tem sido amplamente reconhecido e publicado em revistas como Vanity Fair Itália, Vogue Arábia, British Vogue, Tatler, Arte Magazine, da Alemanha, e Raça Brasil, além de ser exibido em exposições de prestígio. Um dos projetos mais significativos de SaraLi foi a série de fotografias desenvolvidas em suas viagens à África, especialmente em Angola e Marrocos.





Nesses países, ela documentou o trabalho de designers de cabelos afro que utilizam penteados para contar histórias ancestrais e resgatar a riqueza cultural africana. Esses artistas, embora atuem em contextos diferentes, compartilham a mesma temática: a valorização da herança ancestral por meio da arte capilar.

Sua habilidade em traduzir essas histórias em imagens poderosas e cativantes rendeu a SaraLi diversos prêmios e reconhecimentos. Ela foi vencedora do Prêmio Escolha do Público na categoria “Foto de Maquiagem”, na Holanda, em 2016 e 2019, sendo homenageada como uma das 50 melhores fotógrafas de retratos internacionais em 2021 e 2022 pela Inspirations Photographers. Além disso, já colaborou com nomes de destaque, como o maquiador de Beyoncé, Sir John, a Fuji Film, a Dutch Beauty Academy e a Vlisco, e participou das semanas de moda de Amsterdã, Roterdã e Paris. SaraLi também se destaca por suas exposições em renomados eventos internacionais, como o projeto Unity, em Milão, e a exposição Rebirth, em colaboração com o dançarino sírio Ahmad Joudeh e a Ópera Nacional Holandesa.

Sua jornada artística continua a se expandir, com a curadoria de sua coleção de fotografias e o desenvolvimento de seu primeiro livro oficial.

O que realmente diferencia o trabalho de SaraLi é sua capacidade de se conectar com as pessoas e as culturas que fotografa. Seu desejo de criar arte que inspire, provoque e construa pontes entre diferentes realidades é o que motiva seu trabalho. Cada fotografia é uma oportunidade de transcender barreiras culturais e geográficas, resgatando memórias, tradições e identidades que podem ser compartilhadas com o mundo. Ao longo de sua carreira, SaraLi mantém-se fiel às suas raízes, utilizando sua arte para celebrar e preservar as tradições culturais afro-brasileiras e africanas. Seja em suas viagens ou nas colaborações que realiza, seu objetivo permanece o mesmo: criar imagens que conectem o passado ao presente e inspirem as futuras gerações.

SUELEN DA SILVA RIBEIRO

Autora
Rubia Regina Souza Gonçalves



Suelen, a caçula de três irmãs, nasceu em 1988, crescendo em uma Diadema marcada pela violência, mas cercada por uma vizinhança amigável e pelo aconchego da cultura mineira. Embora protegida pela família, o entorno era pesado, com tiroteios frequentes. Como caçula, viveu uma situação financeira minimamente mais estável, embora as crises de desemprego do pai trouxessem apertos.



Nascida Suelen da Silva Ribeiro em uma família de raízes diversas — negra, indígena e branca —, ela carrega em sua história a herança de Minas Gerais. Seus pais, Janice da Silva Ribeiro e Messias Minervino Ribeiro, nativos de Inhapim e Ipatinga, passaram a infância trabalhando na roça antes de migrarem para Diadema, na Grande São Paulo, em busca de melhores condições de vida. Na metrópole, trabalharam com limpeza até que o pai se tornasse torneiro mecânico e ferramenteiro. A mãe, após um breve período em fábrica, foi impelida pelo machismo estrutural a dedicar-se exclusivamente ao lar e a "bicos" como passadeira após o nascimento da primeira filha.

Suas memórias mais ricas vêm das férias no interior mineiro: frutas no pé, banhos de cachoeira e a cultura essencial da "família buscapé", elementos que reverberam em sua identidade atual.

O lado mais difícil de sua infância foi marcado por graves problemas respiratórios e internações frequentes. Por recomendação médica, iniciou a prática da natação, apesar da fobia paralisante que, à época, sentia de água. Paralelamente, alimentava o desejo secreto de se tornar atriz.

Aos 15 anos, a rotina pesada como auxiliar de dentista e os estudos no período noturno desencadearam um quadro de depressão grave. Suelen enfrentava conflitos de identidade racial e os constantes assédios e humilhações gerados pelos estereótipos da "mulata exótica" e da "cor do pecado". Sem pulsação vital e com pensamentos suicidas, a reconexão com a vida veio em uma viagem com as irmãs: diante do mar, o cheiro do sal e o som das ondas trouxeram-na de volta (hoje, ela se reconhece como filha de Iemanjá).

Ao retornar, pediu demissão e entregou-se ao teatro. Iniciou em oficinas gratuitas e no programa Teatro Vocacional, levando os pais para assistirem à sua primeira peça. Em 2008, ingressou no curso de Artes Cênicas da Faculdade São Judas Tadeu por meio do ProUni (Enem). Desde então, sua trajetória é imparável: festivais internacionais, palhaçaria, contação de histórias e atuação como arte-educadora. Suelen encontrou seu caminho e permitiu que o segredo guardado por anos finalmente florescesse.

Suelen esteve por sete anos à frente do PIÁ (Programa de Iniciação Artística), uma experiência que ela descreve como ímpar. Tendo iniciado sua trajetória no Vocacional — programa irmão do PIÁ —, perceber-se agora como artista-educadora, articuladora e coordenadora na outra ponta trouxe o que ela chama de "a roda virada". Para Suelen, a troca com as crianças é pura luz e fundamental em sua vida.

Como artista, esse ambiente permitiu que ela revisse sua própria história e compreendesse sua identidade. Dentro do PIÁ, encontrou grupos voltados para pedagogias africanas, afro-diaspóricas e indígenas, processo que foi essencial para que se entendesse como mulher negra. No contexto em que cresceu, a negritude era frequentemente negada; o sistema violento impunha a ideia de que o pertencimento racial estava restrito apenas aos retintos. Através dessas novas referências, Suelen mergulhou nas lutas e pluralidades dos movimentos negros, um aprendizado que ela acredita ser contínuo.

Atualmente, integra o coletivo N'KINPA (Núcleo de Culturas Negras e Periféricas), nascido dentro do PIÁ, que desenvolve ações educativas e artísticas fundamentadas nas culturas africana, afro-brasileira e indígena. Contempladas pelo fomento ao teatro da cidade de São Paulo, realizam um intercâmbio criativo com duas escolas públicas da Zona Sul, referenciando as Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008.

No campo autoral, Suelen desenvolve um espetáculo baseado em histórias de parteiras. Além disso, integra o espetáculo As DanSadeiras, da Cia. As Marias, uma homenagem às mulheres da cultura popular. O termo "danSadeira", com o "S" estilizado, é uma licença poética que simboliza uma letra que dança.

O que ela mais valoriza é o privilégio de viver da arte que inspira sua alma. Diferente das gerações anteriores, que lutaram apenas pela sobrevivência, Suelen é a primeira de sua linhagem a ter o poder da escolha e a concluir o ensino superior. Ela sente um imenso orgulho de sua atuação no PIÁ, onde lutou pela implementação de um projeto político-pedagógico antirracista e pela introdução de cotas nos editais, mudando o olhar outrora elitizado do programa. Essa vitória contra a perseguição sistêmica está registrada no livro Brinquedo, que serve como memória de uma política pública bem executada.

Seus sonhos são de expansão: deseja que sua arte seja valorizada, que a dignidade seja constante e que o direito à saúde e ao sustento flua para toda a sua gente. Seu próximo passo é o audiovisual, linguagem que pretende utilizar para levar culturas historicamente abafadas a públicos ainda maiores.

Como ela mesma define:

"Ser negra no Brasil é uma experiência muito complexa, mesmo, e há muitas negritudes, há muitos modos de existir, mas a gente não pode perder de vista uma luta que é maior: que é, de fato, barrar esse processo de morte, que acontece de tantas formas…"

Evoé, Suelen Ribeiro.

TAMIRES DE OLIVEIRA SANTOS

Autora
Maria Virginia Oliveira Santos



Tamires de Oliveira, mulher negra, natural de Salvador/BA, é mãe solo de um casal de filhos e vem de uma família negra e humilde. Aos 3 anos de idade, mudou-se para Jequié/BA, cidade onde sua mãe foi criada e onde viveu uma infância maravilhosa, segundo seu próprio relato.

Na infância, suas brincadeiras eram simples e felizes. Com o passar do tempo, ao entrar na adolescência, teve uma criação incrível proporcionada por sua mãe e por uma tia, a quem considera como uma segunda mãe. Foi criada em um ambiente repleto de princípios, sem violência, sem xingamentos, onde nunca faltou o pão de cada dia. Atualmente, busca reproduzir esses ensinamentos na educação de seus filhos.

Durante a adolescência, Tamires desenvolveu uma visão de mundo mais ampla e consciente. É importante ressaltar que essas duas mulheres pretas, mencionadas anteriormente, fizeram de tudo para garantir sua educação, seu bem-estar e a formação de seu caráter. Graças a essa base sólida, hoje ela é uma mulher adulta, mãe, filha e empreendedora.

TRANCISTA

Ao longo de sua trajetória, Tamires desempenhou diversas atividades até encontrar algo com o qual realmente se identificasse. Descobriu que seu dom era proporcionar autoestima, autocuidado e beleza às pessoas. Atualmente, é trancista afrodescendente e, por meio dessa profissão, mostra diariamente que as tranças não se limitam a uma referência histórica aos períodos de escravização, constituindo também expressões de beleza, identidade, memória e resistência cultural, mas também uma expressão de beleza, identidade e resistência cultural. Hoje, ela faz dessa arte seu sustento e tem orgulho de se reconhecer como uma empreendedora negra.

Por meio de seu trabalho, “Milly”, como gosta de ser chamada, já alcançou diversas conquistas, entre elas a aquisição de sua casa própria e a criação de seu estúdio, chamado Trançadeira. Ainda assim, mantém muitos planos, sendo um deles a expansão de seu trabalho.

Seu maior sonho é tornar-se uma profissional cada vez mais aperfeiçoada e reconhecida, para continuar oferecendo o melhor às suas clientes. Ela constrói uma excelente relação profissional com todas, inclusive comigo, que sou uma delas. Milly é uma pessoa incrível, com facilidade para fazer amizades e manter vínculos positivos. Destaco também a importância da gratidão e da fé que ela cultiva no Criador e em seus ancestrais pelas oportunidades que tem recebido.

Admiro profundamente essa mulher negra por sua força, garra, humildade e independência. Ela luta diariamente pelo sustento e pelo bem-estar de seus filhos. Vinda de uma família negra e periférica, mesmo diante das dificuldades, prioriza a educação e o cuidado com os filhos e não se deixa abalar pelos desafios que surgem ao longo de sua caminhada.

ZELIA VASCONCELOS

Autor
Arthur Luis de Vasconcelos da Costa

Logo no início de sua trajetória educacional, Zélia percebeu, de maneira concreta, que ser uma mulher negra afetaria profundamente o modo como seria tratada na escola. Ainda no curso Normal, durante o ensino médio, era a única estudante negra da turma. A confirmação dessa diferença veio em um momento simbólico: por ter as melhores notas, foi escolhida, por mérito, oradora da formatura para representar todas as turmas da instituição. Contudo, a distinção não passou sem incômodo; os olhares de reprovação eram visíveis.



Naquele período, Zélia não tinha condições financeiras de comprar o traje para a cerimônia, que recebeu como presente de um tio alfaiate. Daquele dia, resta apenas uma fotografia: sem recursos para pagar um fotógrafo e sem câmera própria, o registro foi um presente de uma colega. Até então, ela não havia elaborado plenamente a ideia de que sua presença e seu destaque poderiam causar desconforto. Essa percepção, dura e precoce, passou a acompanhá-la em sua jornada como educadora.

As marcas da infância aparecem com nitidez na forma como Zélia concebe a educação infantil. Ela aprendeu a ler muito cedo; enquanto a mãe trabalhava, ficava na casa de uma cuidadora e, observando as outras crianças fazerem os deveres, alfabetizou-se sozinha. Ao chegar à casa da avó, reproduzia o ambiente escolar: imitava a professora, segurava a mão da idosa e a ensinava a escrever o próprio nome. Brincava de ensinar quase todos os dias, e a avó realizava com dedicação todos os exercícios que aprendia.

Dessas experiências nasce uma convicção que orienta sua prática pedagógica até hoje: quando há motivação, há aprendizagem. Para Zélia, a maturação não é um dado natural e isolado, mas um processo profundamente dependente do ambiente e dos estímulos oferecidos à criança.

Educar crianças negras, em sua visão, exige ir além do currículo formal; demanda cuidado, proteção e formação para a sobrevivência social. Zélia afirma exercer continuamente o empoderamento dos alunos, reafirmando-os como pertencentes e merecedores de todo o processo educacional. Oferecer uma educação de qualidade significa, para ela, criar oportunidades concretas para escolhas melhores.

Ao assumir cargos de direção em territórios socialmente vulnerabilizados, sua compreensão sobre a educação não se transformou radicalmente, mas se fortaleceu. O compromisso de oferecer o melhor e de criar condições reais para oportunizar saberes igualitários tornou-se ainda mais firme.

Ao longo da carreira, Zélia precisou desaprender certos conceitos. Em sua formação universitária e na pós-graduação, ouviu reiteradamente discursos sobre direitos iguais para todos — e chegou a acreditar neles. Com o tempo, compreendeu que essa ideologia, tal como apresentada, não se sustenta na realidade social. Reconhecer isso foi doloroso. O mais difícil foi abandonar a ingenuidade dessas percepções românticas e políticas que, na prática, acabam achatando ainda mais os sujeitos vulnerabilizados.

A partir dessa constatação, Zélia passou a agir para fazer a diferença no espaço concreto em que está inserida. Quando olha para as crianças negras da escola hoje, deseja a elas o melhor futuro possível. Sabe, no entanto, que os problemas estruturais não se encerram nos muros da instituição; eles reaparecem quando esses jovens encontram educadores que não oportunizam valores verdadeiramente igualitários, que não estimulam a autoestima nem valorizam o sonho de ir além. É contra essa lógica que Zélia educa — todos os dias.

BIODATA ORGANIZADORES



FABIANO NOGUEIRA DO NASCIMENTO - Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) Campus Ituiutaba (2016). Pós-graduado Processo do Trabalho e Imobiliário pela Universidade do Norte Paraná (UNOPAR) (2019). Pós-graduado em Direito Imobiliário pela Faculdade Venda Nova do Imigrante - (FAVENI) (2018). Pós-graduação em andamento em Direito do Trabalho Previdenciário na Universidade do Norte do Paraná Pólo Ituiutaba (UNOPAR). Tesoureiro da Associação BAOBÁ. Tesoureiro da ONG VÂNIA LAFIT. Atualmente atua como escrevente no 1º Tabelionato de notas da cidade de Ituiutaba, Minas Gerais. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho.



LUIZ GUSTAVO DE SOUZA ARAÚJO - LUIZA ARAÚJO - Graduada em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pelo Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO/UFU). Mestre em Geografia urbana pelo programa de pós-graduação em Geografia PPGEP-UFU; Professora do Programa Ações Formativas Integradas (AFIN) (2018/2019). Membro coordenador da Diretoria de Cultura da comissão (LGBTQI+) do Núcleo de Estudo Afro-brasileiros e Indígenas (NEABi PONTAL). Membro do Núcleo de Estudos e pesquisas em Educação para as Relações Étnico-raciais e Ações Afirmativas (NEPERE). Foi pesquisadora do censo multicêntrico do perfil socioeconômico de travestis e transexuais da região sudeste do Brasil pelo Instituto NESP/UNB; Organizadora da Parada (LGBTQI+) da cidade de Ituiutaba-MG (2015/2019). Presidente da ONG Vânia Lafit gestão (2021/2024). Secretária da Associação BAOBÁ gestão (2021/2024); Atua também como Produtora audiovisual em temáticas ligadas aos temas da exclusão social.



MARCELO VITOR RODRIGUES NOGUEIRA – Mestre em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM/UFU, 2025) e licenciado em Matemática pelo ICENP/UFU (2021). Foi coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABi Pontal/UFU) (2018–2023) e é diretor de Extensão do núcleo desde 2023. Integrou o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação para as relações étnico-raciais e Ações Afirmativas (NEPERE/UFU) (2017–2024). Vice-presidente da ONG Vânia Lafit desde 2020. Presidente da Associação BAOBÁ desde 2020. Atua como diretor financeiro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Ituiutaba–MG. Conselheiro Municipal nos Conselhos de: Assistência Social, Criança e Adolescente; Cultura e Promoção da Igualdade Racial. Proprietário e editor-chefe da Editora Baobá, dedica-se aos estudos sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais, formação docente e Etnomatemática.

BIODATA ORGANIZADORES



MARIA APARECIDA AUGUSTO SATTO VILELA - Graduação em Pedagogia pela Fundação Educacional de Ituiutaba (1996), com habilitação em Supervisão Escolar de Ensino Fundamental e Médio pela Fundação Educacional de Ituiutaba (1997). Mestrado (2006) e Doutorado em Educação (2011), pelo programa de estudos pós-graduados em História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação e Educação Especial, atuando principalmente nas seguintes áreas: educação inclusiva, psicologia da educação, relações étnico-raciais.



ADRIANE DAS NEVES SILVA – Mulher negra, lésbica e de axé, enfermeira e professora, é pós-doutora em Saúde Coletiva e pesquisa iniquidades em saúde que afetam populações negra e LGBTQIAPN+, com foco no racismo institucional. Foi reconhecida por militância e produção acadêmica com premiações no RJ (2021) e moção honrosa do MNU (2023). Atua pela educação em saúde antirracista e inclusiva, defendendo a inserção da PNSIPN e da PNSLGBT nos currículos formativos.



ALISON AZEVEDO DA SILVA – Professor de História da rede municipal de São Paulo, com mais de 15 anos de experiência na área da educação. Colaborou com a ONG MonaBantu, participando de ações de distribuição de alimentos em parceria com terreiros da cidade e de projetos voltados à promoção da saúde e ao fortalecimento das comunidades locais. Sua atuação é marcada pelo compromisso com a justiça social e pela valorização da cultura afro-brasileira.



ANA FLÁVIA MARQUES DOS SANTOS – Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (UFU, 2025). Graduada em Educação Especial pela FAVENI (2023) e em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG, 2019). Atua na docência desde 2022 e exerce os cargos de Professora PEB II pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba/MG e de Especialista em Educação Básica – Supervisora na rede estadual de Minas Gerais. Possui experiência na Educação Básica e desenvolve estudos sobre território, história e historiografia de instituições escolares, políticas educacionais e direito à cidade.



ANA PAULA GONÇALVES CORDEIRO – Nascida em Belo Horizonte, Minas Gerais, 59 anos, é formada em Pedagogia, pós-graduada em Gestão Escolar e Educação Ambiental, e mestranda em Educação. É professora da rede pública na cidade de Petrópolis (RJ). Concluiu, em 2024, o curso virtual de formação docente em Educação para as Relações Étnico-Raciais (Formação ERER).



ANA LISE COSTA DE OLIVEIRA – Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e mestre em Educação e Contemporaneidade pela UNEB. Especialista em Psicopedagogia, Educação e Pluralidade Sociocultural e Coordenação Pedagógica. Graduada em Pedagogia pela UEFS, possui experiência em docência, coordenação pedagógica e consultoria educacional, com atuação em programas como PETI, Projovem e Pró-Selo Unicef. Foi professora substituta da UNEB e lecionou na FARJ e UNOPAR. Atualmente, é coordenadora pedagógica da rede estadual da Bahia e integra o grupo de pesquisa Oju Obinrin (CNPq/UESB).

BIODATA AUTORES



ANDRÉIA DOS SANTOS BARBOSA – Mulher preta, mãe e educadora antirracista, formada em Pedagogia e Letras. Atua há 18 anos como professora de Educação Infantil na rede municipal de São Paulo. Finalista do Prêmio Educar com Equidade Racial e de Gênero na 8ª e 9ª edições, com os projetos As Cores das Infâncias e Nosso Brincar Faz História! – As Histórias que me Tornam Quem Eu Sou, que valorizam a identidade, a diversidade e as infâncias negras.



ARTHUR LUIS DE VASCONCELOS DA COSTA – Professor de História na cidade de Petrópolis e mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria da História e Educação e o Grupo de Estudos em História da América Latina do Tempo Presente. Desenvolve pesquisas nas áreas de história intelectual, cultura científica, eugenia, identidade nacional e ensino de História. Atua também no Projeto Sankofa, voltado à educação em história e cultura afro-brasileira.



COSME FREIRE MARINS - Atualmente, orientador educacional. Foi professor de História na Educação Básica por trinta anos, atuando também no Ensino Superior e em cursos de formação de profissionais da Educação em serviço. É doutor e mestre em Educação; possui diversas especializações; é graduado em História (USP), em Pedagogia (Uninove) e em Ciências Sociais (Umesp). É estudioso da Educação, do Ensino de História e das manifestações culturais brasileiras. Publicou materiais didáticos na área de Ciências Humanas.



ELAINE CRISTINA LINDOLFO DE LIMA - Mestranda em Ensino e História das Ciências e da Matemática pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Possui pós-graduação em Psicopedagogia Institucional e licenciatura em Pedagogia. Atuou por 33 anos na rede pública de ensino de São Bernardo do Campo, exercendo as funções de professora, coordenadora escolar e chefe de Divisão. Desde 2018, atua como formadora educacional e mentora no Brasil, desenvolvendo processos formativos voltados à educação antirracista. Trabalha na implementação das Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008 com conteúdos sobre literatura infantil, jogos e histórias africanas.



ESTEFANNE BEATRIZ CORDEIRO DO NASCIMENTO - Professora formada pelo Curso Normal, pedagoga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e educadora social. É pesquisadora voluntária do grupo GLOPEC (UERJ/FEBEF), com estudos voltados à globalização, discursos, políticas e teorias curriculares, bem como às avaliações externas em larga escala, com ênfase na formação de professores a partir dos estudos da subjetividade humana e da história dos sistemas de pensamento. É oriunda da escola pública, natural da Vila da Penha, subúrbio do Rio de Janeiro, e mantém forte vínculo com a cultura popular e a arte em suas múltiplas linguagens.

BIODATA AUTORES



ESTER ALVES DURANS - Especialista em Psicologia Clínica e Institucional. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Atua como professora de Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de São Luís. Integra o Grupo de Estudos, Pesquisas e Investigações Afro-Brasileiras (GIPEAB/UFMA). Desenvolve pesquisas nas áreas da educação das relações étnico-raciais, do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Infantil e da formação docente.



FABIANA FERNANDES CAMPOS – Mulher preta e periférica da Zona Oeste do Rio de Janeiro, nascida e criada em Realengo, costumo dizer que sou administradora por formação, artesã por vocação e poetisa de coração. Sou graduada em Administração pelas Faculdades Integradas Simonsen e atuo como servidora pública federal no Ministério da Saúde. Levo como premissa de vida a convicção de que o amor transforma e o afeto cura.



JANAINA DE MOURA SAMPAIO – Professora efetiva em Brejo Santo/CE e Porteiras/CE, licenciada em Geografia e Pedagogia, com especializações na área educacional. Atua da Educação Básica ao Ensino Médio, com experiência em formação docente e coordenação escolar, integrando a pauta antirracista e as culturas afro-brasileira e indígena em sua prática.



JODILCE PEREIRA DOS SANTOS - Professora da rede municipal de Santa Cruz Cabrália (BA) desde 1998, docente de História na Escola Municipal Victurino da Purificação Figueirêdo. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) na UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (2019), licenciada em Ciências Sociais (UESC, 2015), com licenciatura plena em História (FACE, 2007), bacharelado em Administração (FACDESCO, 2006) e especialização em História e Cultura Afro-brasileira (FINOM, 2010). Concluiu o Magistério no Colégio Polivalente de Itabuna (1992).



JORGE ANDRÉ PAULINO DA SILVA - Homem negro, piauiense residente em Alagoas, é poeta, produtor cultural da UFAL, advogado e comunicador social. Mestre em Sociologia (UFPI), autor do livro "'O Que tá acontecendo na Santa Maria?'", é doutorando em Artes (UNESP) e integra o grupo "Terreiro de Investigações Cênicas". Publicou "Traços Esparsos" e "1492 - O Encobrimento do Outro em poesia" e participa da coletânea "Vozes do Povo Negro".



JOSÉ IDINALDO BELTRÃO SÁ - Mestre em Educação pela UNIFAP (2025), com especializações em Ensino Religioso (UNIFATECIE), Currículo e Prática Docente nos Anos Iniciais, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Docência do Ensino Básico e Superior. Licenciado em Pedagogia (IESAP) e bacharel em Direito (CEAP). Atua como professor efetivo nas redes municipal de Macapá e estadual do Amapá, integrando a linha de pesquisa Educação, Culturas e Diversidades.



JOSIRLEIDE NASCIMENTO DOS SANTOS - Mulher preta, casada e mãe de um adolescente de 17 anos. Atua como professora de Educação Infantil na Prefeitura de São Paulo, como servidora pública, desenvolvendo práticas pedagógicas voltadas à educação antirracista e ao enfrentamento do racismo desde a primeira infância.



JULIANO HENRIQUE XAVIER CAVALCANTI - Graduado em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pelo Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (ICHPO/UFU), mestre e doutorando em Geografia pelo PPGEO/UFU. Suas pesquisas abordam as vivências, ações, cidadania e direitos da comunidade LGBTQIAPN+ no espaço urbano, com enfoque interseccional entre gênero, sexualidade, raça e classe social. Integra o Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR), o Núcleo Teoria Anticolonial (IGESC-UFU), a Associação BAOBÁ e a ONG Vânia Lafit.



LUCILEIDE MARTINS BORGES FERREIRA – Professora da rede pública municipal de São Luís–MA, Mestra em Educação, graduada em Pedagogia e bacharela em Administração Pública. É especialista em Educação do Campo e em Gestão Educacional e Escolar. Atuou como supervisora escolar na rede municipal de Alcântara–MA e como professora na rede pública municipal de Paço do Lumiar–MA. Integra o Grupo de Estudo e Pesquisa Investigações Pedagógicas Afrobrasileiras (GIPEAB/UFMA), desenvolvendo ações voltadas à valorização da educação e das práticas afro-brasileiras.



LUIZA DE SOUZA ARAÚJO – Graduada em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (ICHPO/UFU) e mestra em Geografia Urbana pelo PPGEP/UFU. Atuou como professora no Programa Ações Formativas Integradas (AFIN) e é coordenadora de Cultura da Comissão LGBTQIA+ do NEABi Pontal, além de integrar o NEPERE. Foi pesquisadora do censo sobre travestis e transexuais do Sudeste (NESP/UnB), organizou a Parada LGBTQIA+ de Ituiutaba e presidiu a ONG Vânia Lafit, atuando também na Associação BAOBÁ. Desenvolve produções audiovisuais voltadas à inclusão social e valorização das diversidades.

BIODATA AUTORES



MAICON RAIMUNDO ROCHA OLIVEIRA – professor da rede pública municipal de Portel–PA e coordenador pedagógico efetivo. Atua nas áreas de Educação para as Relações Étnico-Raciais, Educação Escolar Quilombola e Educação do Campo, das Águas e das Florestas, com enfoque socioambiental. É graduado em Pedagogia, graduando em Educação do Campo e possui diversas especializações na área educacional. Desenvolve práticas pedagógicas no território quilombola São Sebastião Cipoal, valorizando saberes ancestrais, cultura quilombola e a relação entre educação, território e meio ambiente.



MANUELA GUEDES VIANA – Graduada em Relações Internacionais pela UNINTER desde 2025. Atuou como Secretária Municipal de Meio Ambiente e da Causa Animal (2024). Atuou como Coordenadora de Proteção e Defesa Civil (2024). Atua como Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social desde 2024. Atua como voluntária na ONG Vânia Lafit, em Ituiutaba/MG, desde 2023. Participou do programa Global Student Ambassadors (2023/2024).



MARCELO VITOR RODRIGUES NOGUEIRA – Mestre em Ensino de Ciências e Matemática (UFU, 2025) e licenciado em Matemática pelo ICENP/UFU (2021). Foi coordenador do NEABi/UFU (2018–2023) e é diretor de Extensão do núcleo desde 2023. Integra o NEPERE/UFU (2017–2024), é vice-presidente da ONG Vânia Lafit e presidente da Associação BAOBÁ desde 2020. Atua como diretor financeiro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Ituiutaba–MG e participa de diversos conselhos municipais. Proprietário e editor-chefe da Editora Baobá, dedica-se aos estudos sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais, formação docente e Etnomatemática.



MARCIA MARCATTO FERNANDES - Professora da rede pública municipal de ensino em Petrópolis–RJ. Licenciada em Pedagogia e Literatura, pós-graduada em Literatura Africana Indígena e Latina, atua com educação antirracista e cultura afro-brasileira.



MARIA GILDACY ARAÚJO LÔBO GOMES - Professora há mais de 20 anos na rede municipal de São Paulo, licenciada em Pedagogia e Artes Visuais (UNIP). Possui pós-graduação em Educação em e para os Direitos Humanos (UFABC) e em Atendimento Educacional Especializado (UNESP). Ativista em Direitos Humanos, com foco na defesa da identidade de bebês e crianças. Integra grupos de pesquisa em Relações Étnico-Raciais, Gênero e Educação em Direitos Humanos, e é mestranda no PPGENS/UFABC, na linha Africanidades, Mulheres e Educação Antirracista nas Infâncias.

BIODATA AUTORES



MARIA VIRGINIA OLIVEIRA SANTOS - Maria Virginia Oliveira Santos é licenciada em Pedagogia e pós-graduada em Neuropsicopedagogia, com interesse em compreender os processos de aprendizagem e promover práticas educativas inclusivas e eficazes.



MARTA MARIA DE ANDRADE GOMES - Mulher preta e periférica, 57 anos, mãe solo de Juliana Gomes da Silva. É cristã protestante, feminista e ativista. Assistente social, possui especialização em Serviço Social e Sócio Jurídico, em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública (UFF) e em Relações Étnico-Raciais e Gênero (CEPED/UERJ), além de mestrado em Relações Étnico-Raciais (CEFET/RJ). Reside no bairro Engenho da Rainha, zona norte do Rio de Janeiro, onde vive desde a infância, e compartilha sua trajetória de vida com seu companheiro, Jaime Fernandes da Silva.



PATRÍCIA EMYDIO SAMPAIO DE SOUZA - Professora da rede particular de Itaquaquecetuba–SP, licenciada em Pedagogia, com pós-graduação em Educação Infantil e Alfabetização e licenciatura em Letras. Mulher negra, construiu sua trajetória com dedicação, autoconhecimento e superação. Na educação, encontrou um espaço de pertencimento e transformação. Hoje, atua com sensibilidade e compromisso, tornando-se referência e inspiração para seus alunos, especialmente crianças negras, que passam a se reconhecer e acreditar em seus próprios potenciais.



RAQUEL CÉLIA SILVA DE VASCONCELOS - Professora temporária no Departamento de Filosofia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), campus Mossoró. Licenciada em Filosofia e Pedagogia, atua nas áreas de educação antirracista, educação ambiental e questões de gênero. Também desenvolve projetos em artes plásticas voltados à representação de mulheres indígenas e à valorização da ancestralidade.



RODRIGO COSME DOS SANTOS – Professor e intérprete de Libras substituto da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF). Pedagogo, licenciado em Português/Libras, é pessoa com deficiência e tem como foco a educação especial e inclusiva. Participa ativamente de movimentos de pessoas com deficiência e da comunidade surda, promovendo a construção de uma sociedade mais inclusiva e acessível.



RONALDO LUIZ CAMILO FILHO - Educador popular, arte-educador, pesquisador, roteirista e produtor cultural, com atuação em Uberlândia, São Paulo e outras cidades do país. Cofundador do Ponto de Cultura Pérola Negra, desenvolve ações culturais e educativas voltadas às culturas afro-brasileiras e tradições populares. Professor da rede estadual paulista há 13 anos, realiza projetos culturais e audiovisuais em territórios periféricos, com foco em educação, memória coletiva e cidadania cultural, tendo seu trabalho reconhecido por coletivos culturais e pela UFU.



RUBENS DOS SANTOS CELESTINO - Liderança quilombola, educador popular e professor-artista, é fundador da Companhia Cultural Mont'Arte e Babalorixá do Ilê Axé Mean Jagum. Doutorando em Artes Cênicas pela UFBA, é mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas (UFRB) e mestre em Artes (UFBA). Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira, possui licenciaturas em Teatro (UFBA) e Pedagogia (UEFS), atuando como docente na Educação Básica.



RÚBIA REGINA SOUZA GONÇALVES – Pedagoga, arte-educadora, narradora de histórias e mediadora de leitura. Pós-graduada em A Arte de Contar Histórias – Abordagem Poética, Literária e Performática, com graduação em Pedagogia e Comunicação Social. Atua no SESI como analista técnica educacional, conduzindo formações continuadas para professores. Integra o Coletivo DiPéis, desenvolvendo projetos de mediação de leitura e narração artística. Idealizadora das oficinas Encenando Fábulas, Fazendo Arte na Sala de Aula e O Desenvolvimento da Competência Leitora e a Arte de Contar Histórias, e já atuou em projetos de contação de histórias nos colégios Marupiara e Bakhita.



SHEILA CRISTINA COSTA CARREIRO – Estagiária da rede privada e bolsista do subprojeto LIESAFRO do PIBID, onde atua no EJA/TEC de uma escola quilombola. Graduanda em Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e integrante do grupo de pesquisa N-Direitos. Desenvolve ações pedagógicas voltadas à educação básica, com foco nas relações étnico-raciais e nos direitos humanos, fundamentadas nas Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008.



SHERLENE REGEA ARAÚJO FARIAS – Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA/CE, 2011) e mestra em Educação pelo PPEEG/UFMA. É gestora escolar da Secretaria Municipal de Educação de São Luís. Atua no ensino superior desde 2012, com ênfase em Educação e Formação de Professores. Foi professora substituta da UEMA no campus Pinheiro (2016–2018) e no CESITA (2022.1), e integrou o Programa Darcy Ribeiro (2012–2017). Também é professora formadora I no PARFOR Equidade/UFMA e no Ensinar/UEMA, membro do GIPEAB/UFMA e da Comissão de Heteroidentificação do SiSU/UFMA.

BIODATA AUTORES



SILVÂNIA SILVA SANTOS – Professora da Educação Infantil no município de Porto Alegre, na EMEI Jardim Bento Gonçalves. Também é responsável pelas ações de Educação para as Relações Étnico-Raciais (EEABIs) na escola. Apesar de estar vivenciando um período de novidades e desafios, tem se dedicado a responder às demandas pedagógicas, especialmente às emergências relacionadas às práticas e ações voltadas às relações étnico-raciais.



SIMONE CRISTINA DOS SANTOS – Graduada em Ciências Contábeis. Recomecei fora do Brasil, trabalhando como housekeeper e babysitter, e enfrentei perdas e desafios profundos, como a morte do meu pai à distância e o cuidado do meu marido durante a leucemia. Essas experiências fortaleceram minha resiliência e empatia. Hoje, estudo idiomas e me preparo para atuar como educadora em relações étnico-raciais, transformando minha trajetória em compromisso com a igualdade e impacto positivo.



SORAIA ANDRÉ CESAR – Nascida na Casa Verde (São Paulo), iniciou no judô há 50 anos, quando a modalidade ainda era proibida para mulheres. Foi atleta da Seleção Brasileira por mais de uma década e pioneira na participação olímpica do judô feminino. Graduada em Educação Física e Psicologia, possui pós-graduações em Psicodrama, Direito Educacional, Psicopedagogia e Estudos Africanos e Afro-brasileiros. Integra o Quilombo Malaquias, é autora de Japonegra: uma história de superação, fé e amor e pesquisa o envelhecimento da população negra.



TATIANA LUÍSA DE MORAES PINTADO – Professora da rede pública municipal de Ivoti–RS, licenciada em Pedagogia e pós-graduada em Gestão Escolar e Educação para as Relações Étnico-Raciais. Atua com foco na Educação Infantil e desenvolve práticas pedagógicas antirracistas que valorizam as culturas afro-brasileira e indígena. Defende que a infância é o tempo ideal para cultivar princípios de equidade, identidade e pertencimento.



VILANIR LIMA DOS SANTOS - Professora efetiva do Município de Fortaleza–CE. Leciono a disciplina de Educação Física na Educação Infantil. Sou pesquisadora da minha própria prática e atuo como supervisora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que visa incentivar a formação de professores para a educação básica. Na docência, atuamos como mediadores de uma educação libertadora e emancipatória, capaz de formar e transformar uma sociedade mais justa e democrática.


Universidade
Federal de
Uberlândia


ASSOCIAÇÃO
BAOBÁ


ONG
VâniaLafit


FORMAÇÃO ERER


EDITORA
BAOBÁ